



João Cesa

Energia para a vida

2021

Relatório Anual
(Societário)





Índice

| | |
|---|-----|
| Relatório da Administração Societário | 5 |
| Balanço Patrimonial Societário | 24 |
| Demonstração do Fluxo de Caixa Societário | 26 |
| Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido Societário | 27 |
| Demonstração do Resultado do Exercício Societário | 28 |
| Notas Explicativas Societárias | 31 |
| Parecer dos Auditores Independentes Societário | 65 |
| Relatório da Administração Regulatório | 69 |
| Balanço Patrimonial Regulatório | 90 |
| Demonstração do Fluxo de Caixa Regulatório | 92 |
| Demonstração do Resultado do Exercício Regulatório | 93 |
| Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido Regulatório | 95 |
| Notas Explicativas Regulatório | 96 |
| Parecer dos Auditores Independentes Regulatório..... | 129 |



Relatório da Administração Societário

Senhoras e Senhores Acionistas,

Apresentamos a seguir, relatório das principais atividades no exercício de 2021, em conjunto com as Demonstrações Contábeis Societárias elaboradas de acordo com a legislação societária brasileira e com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, os quais consideramos importantes para divulgar o desempenho da Empresa Força e Luz João Cesa Ltda para a sociedade, parceiros, investidores e consumidores.



Carta da Diretoria

Senhores e Senhoras Sócios Cotistas:

Empresa Força e Luz João Cesa Ltda, nossa Concessionária, com mais de 70 anos de fundação, e, contemplada como uma das Concessionárias mais premiadas do Setor Elétrico, tanto na área da transparência e legalidade econômica e financeira, como na área técnica e comercial, através do IASC – Indicadores ANEEL de Satisfação dos Consumidores, e, através dos indicadores de Qualidade e Continuidade, indicadores esses nos quais possuímos certificado de ISO 9001 garantido fidedignidade em suas apurações, apresenta uma compilação nesta prestação de contas, do resultado obtido por este time de profissionais, gestores, funcionários e consultores. Vale enfatizar que, enfrentamos com vitória um exercício difícil, onde tivemos o processo quinquenal de Revisão Tarifária Periódica, realizada bem no auge da pandemia do COVID 19, e, os reflexos que a pandemia trouxe para o caixa da Empresa e o isolamento profissional dos envolvidos. Neste sentido, efusivamente, demonstraremos a seguir, a publicação de prestação de contas aos Senhores Sócios, à Agência Reguladora e demais interessados.

Enfatizamos que esta diretoria tem representado com sucesso os proprietários da Empresa, demonstrando de forma visível que nosso negócio está baseado no compromisso de desempenho com integridade. Esta é a herança sobre a qual nossa Empresa foi construída e é a base sobre a qual continuaremos a ampliar nosso negócio no município de Siderópolis. Mantivemos os mais elevados padrões de conduta ética em todas as atividades e em todos os locais em que realizemos manutenção. Agindo dessa maneira, continuamos a conquistar a confiança de nossos clientes, parceiros de negócios e comunidades, que nos ajudarão no progresso da Empresa.

O nosso sucesso está relacionado ao foco no cliente e em nossos colaboradores - principal patrimônio da Empresa Força e Luz João Cesa LTDA.

Por fim, apresentamos o relatório de administração societário e regulatório que objetiva, além de cumprir tempestivamente as obrigações setoriais, informar com qualidade, clareza e transparência os acontecimentos e resultados deste exercício, pelos quais agradecemos a DEUS, aos Sócios(as), aos Colaboradores, Órgãos Públicos, Fornecedores, Consultores, Auditores e Clientes.

Edson de Silvestre
Diretor Administrativo

Sednir Cesa
Diretor Financeiro



Carta do Contador

“Até aqui Deus nos abençoou”, não poderíamos iniciar essa carta a sociedade de outra forma. O ano de 2021 fora repleto de desafios, o primeiro deles: Seguir lidando com a realidade pandêmica que continuou fazendo parte de nossas rotinas, tomando todas as precauções para que a VIDA, o bem mais precioso, pudesse ser preservado.

Dentro dessa realidade encaramos nosso ano, dando início aos trabalhos do 5º Ciclo de Revisões Tarifárias (CRTP), a JOÃO CESA buscou evidenciar a qualidade das obras realizadas durante o último ciclo tarifário. Com o árduo trabalho de todos os Colaboradores, Diretoria, e, Consultorias Externas, obtivemos grande êxito, gerando uma Base de Remuneração condizente com seu Investimento, gerando assim a certeza de que mais um ciclo de crescimento e desenvolvimento para a Empresa e seus Consumidores estava a diante de nós, além de uma justa remuneração aos Sócios Quotistas.

Outro grande desafio, fora a implementação da nova versão do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, que entrará em vigência a partir de jan/2022, porém sua operacionalização fora necessária com considerável antecedência, afim de permitir toda a adequação necessária, para cumprirmos mais essa exigência. Com alegria comunicamos que esse desafio fora superado, e a nova versão encontra-se operacional em nossa Concessionária.

Por fim, tivemos a grata surpresa de sermos agraciados com o título dado pela ABRACONEE de: Melhores Demonstrações Contábeis em 2021, para Empresa de Pequeno Porte, o que muito nos honrou, e nos encheu de entusiasmo para seguirmos traçando esse caminho, trazendo informações Contábeis de qualidade para a tomada de decisão da Diretoria e Sócios Quotistas, atendendo as demandas dos FISCOS e Órgãos Reguladores e gerando a máxima transparência para a Sociedade como um todo.

Por fim, agradecemos à DEUS, à Diretoria, à nossa equipe contábil, bem como todos os departamentos, internos e consultorias e auditorias externas que colaboraram para a correta escrituração deste exercício.

Ian Lazzaris

Contador



Carta do Departamento Técnico

A pandemia de COVID-19 impôs grandes dificuldades em 2021. Medidas tiveram que ser tomadas para proteger colaboradores e clientes, assegurando o fornecimento de energia para a população num momento extremamente delicado. A EFLJC atuou de forma tempestiva seguindo uma estratégia de alocação eficiente de recursos humanos e financeiros, o que possibilitou concluir o ano com indicadores de continuidade entre os melhores do Brasil.

Investimentos na Rede de Distribuição

Em 2021 foram investidos 412 R\$/mil na rede de distribuição de energia elétrica, sendo 76 R\$/mil na expansão da rede, 50 R\$/mil na renovação de ativos e 286 R\$/mil em equipamentos de medição.

O maior investimento foi em equipamentos de medição, devido a substituição de medidores de energia elétrica em 108 unidades consumidoras, por medidores especiais que monitoram a conformidade do nível de tensão, conforme estabelecido nos Procedimentos de Distribuição da ANEEL.

Dentre as principais obras realizadas, destaca-se a expansão de rede para atender Edifício Residencial com múltiplas unidades consumidoras na Rua Vereador José Feltrin no valor de 35 R\$/mil e a melhoria de rede de baixa tensão na Rua Sebastião Toledo dos Santos para instalação de rede trifásica a 4 fios no valor de 23 R\$/mil.

Qualidade do Fornecimento

No ano de 2021 a EFLJC manteve um bom desempenho na continuidade do fornecimento de energia elétrica prestado aos consumidores, em virtude dos investimentos em manutenção e reforço da rede de distribuição, o emprego de materiais de boa qualidade, e, também, ao treinamento do pessoal envolvido na manutenção do sistema elétrico. Cumprimos desta forma, as metas estabelecidas pela ANEEL, que são de 9 horas para o DEC (Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora) e 8 interrupções para o FEC (Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora).

Programa de Eficiência Energética

A EFLJC concluiu em 2021 o Programa de Eficiência Energética "PE-00088- 2019/2019", que tinha por objetivo promover a eficientização no uso da energia elétrica em unidades consumidoras da classe residencial com a substituição de 3,3 mil lâmpadas incandescentes e fluorescentes por lâmpadas LED econômicas e também a regularização de 42 padrões de entrada de energia elétrica. Foram investidos no programa aproximadamente 106 R\$/mil e beneficiadas 327 unidades consumidoras.

Base de Dados Geográfica da Distribuição

A EFLJC conseguiu entregar e validar a Base de Dados Geográfica da Distribuição - BDGD data-base 31/12/2020 dentro dos prazos regulatórios da ANEEL. O protocolo de validação e envio da base, foi obtido em junho de 2021.

Neste sentido, apresentamos com satisfação os resultados operacionais no presente relatório da Administração e nas Notas Explicativas dos Balanços Regulatório e Societário, compilados por nosso Departamento Contábil.

Att

Emerson José Mendes Silva

Engenheiro



Cenário

A Empresa Força e Luz João Cesa Ltda atua no segmento de Distribuição de Energia Elétrica, aproveitando seu acervo de conhecimentos técnicos e gerenciais acumulados ao longo de mais de 75 anos de existência.

Durante o exercício de 2021 seguimos a luta contra a Pandemia que assolou o mundo. O cenário era extremamente desafiador, haja vista todas as incertezas geradas, não apenas nas questões de saúde pública mas na Sociedade como um todo. Diante de tantas incertezas, nosso município demonstrou solidez no que tange o consumo de Energia Elétrica. Auferimos assim, um pequeno aumento em nosso número de consumidores na ordem de 0,44%. Com relação ao mercado atendido, obteve-se um aumento similar, na ordem de 0,41%. A classe Comercial colaborou com um crescimento de 2,90%, que mesmo sendo inferior em termos percentuais a outras classes, em relação ao consumo teve maior impacto, seguidas pela classe Poder Público com aumento de 5,85%, Rural 3,94% e Residencial 0,08%. A retração das classes Industrial em (1,04)% e iluminação pública em (9,31)% fizeram com que o resultado global, fosse menos expressivo.

Já com relação a utilização de nossas redes por consumidores que adquirem Energia no Mercado Livre, houve nesse exercício, uma diminuição na ordem de (3,92)%.





Distribuição e Comercialização de Energia Elétrica

Distribuição

A João Cesa distribui energia elétrica para parte do Município de Siderópolis – SC, não atendendo a nenhum consumidor livre fora de sua área de Concessão. Conecta, contudo, 3 Consumidores Não cativos (livres especiais), ou seja, que operam no Mercado Livre de Energia Elétrica, sendo 2 deles Industriais e 1 Comercial.

Ligação de consumidores - Foram realizadas no ano, 18 novas ligações, sendo, 16 Residenciais, 6 Comerciais, (-5) Industriais, além de uma migração de consumidor Cativo Comercial para Potencialmente Livre. Nosso atendimento totalizou 3.847 consumidores (3.850 com o Consumo Próprio), base dezembro de 2021, apresentando um crescimento de 0,44% em relação a 2020.

Número de Consumidores

| Consumidores | 2017 | 2018 | 2019 | 2020 | 2.021 |
|-----------------------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|
| Residencial | 3.116 | 3.168 | 3.237 | 3.294 | 3.310 |
| Comercial | 377 | 379 | 392 | 391 | 397 |
| Industrial | 109 | 79 | 79 | 86 | 81 |
| Rural | 4 | 4 | 4 | 4 | 4 |
| Poderes Públicos | 41 | 51 | 53 | 53 | 53 |
| Iluminação Pública | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 |
| Serviço Público | - | - | - | 1 | 1 |
| Total | 3.648 | 3.682 | 3.766 | 3.830 | 3.847 |
| Variação | 0,77% | 0,93% | 2,28% | 1,70% | 0,44% |
| Consumidor Livre (especial) | 2 | 2 | 2 | 2 | 3 |
| Total Geral | 3.650 | 3.684 | 3.768 | 3.832 | 3.850 |

O consumo de Energia Elétrica na área de atuação da Empresa Força e Luz João Cesa Ltda, no ano 2021, foi de 21.388,45 megawatts-hora, tendo apresentado um leve aumento 4,28% em relação a 2020 (2,03% positivos quando analisado juntamente com a conexão dos clientes que operam no mercado livre de energia). O consumo faturado foi na ordem de 15.924,60 megawatts-hora, apresentando também, um acréscimo de 4,28%.



A seguir são apresentados resultados sobre o consumo e sua variação no período:

Mercado Atendido

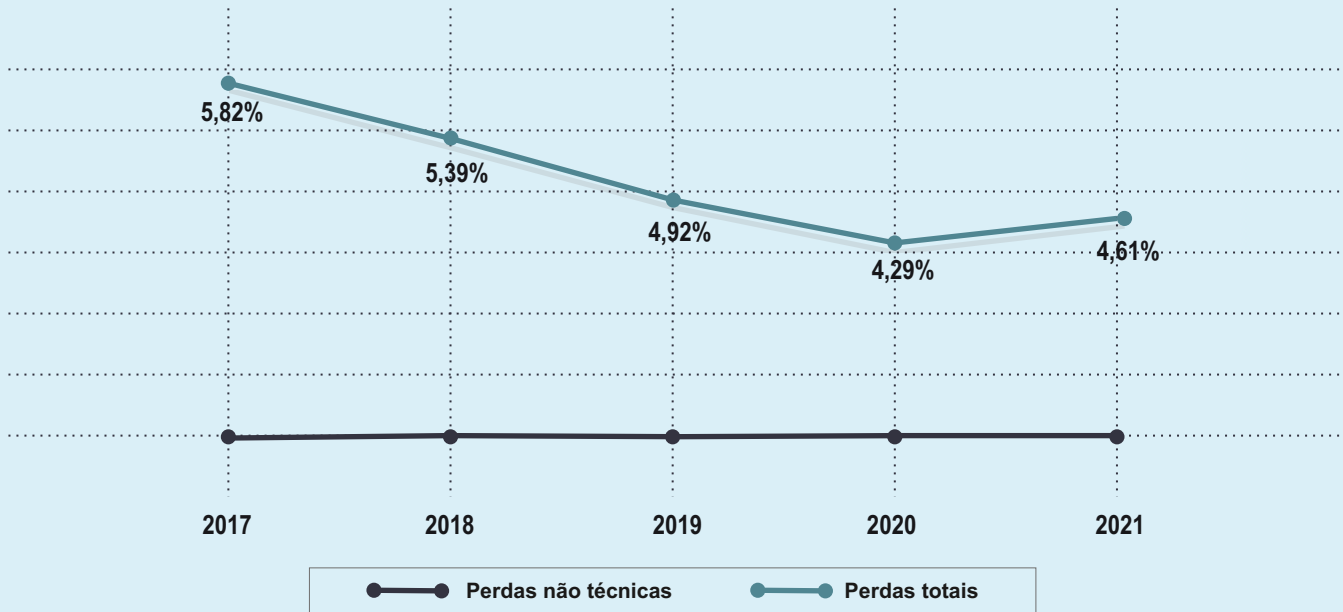
| Mercado Atendido - GWh | 2017 | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 |
|---------------------------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|
| Energia Faturada | 13.414,82 | 13.209,23 | 13.832,04 | 14.937,82 | 14.998,47 |
| Fornecimento | 13.414,82 | 13.209,23 | 13.832,04 | 14.937,82 | 14.998,47 |
| Residencial | 6.832,95 | 6.787,78 | 6.927,01 | 7.301,47 | 7.307,56 |
| Comercial | 2.994,86 | 2.826,26 | 2.878,50 | 3.301,25 | 3.397,04 |
| Industrial | 2.384,72 | 2.434,01 | 3.012,01 | 3.472,25 | 3.436,12 |
| Rural | 12,86 | 12,87 | 11,42 | 11,67 | 12,13 |
| Poderes Públicos | 539,42 | 529,27 | 523,56 | 449,98 | 476,32 |
| Iluminação Pública | 650,01 | 619,04 | 479,55 | 393,78 | 357,10 |
| Serviço Público | - | - | - | 7,42 | 12,20 |
| Suprimento p/ agentes de distribuição | - | - | - | - | - |
| Uso da Rede de Distribuição | 3.768,39 | 4.202,15 | 4.576,70 | 5.687,01 | 5.463,86 |
| Consumidores Livres/Dist./Ger. | 3.768,39 | 4.202,15 | 4.576,70 | 5.687,01 | 5.463,86 |
| Consumidores Rede Básica | - | - | - | - | - |
| Total | 17.183,21 | 17.411,38 | 18.408,74 | 20.624,83 | 20.462,33 |
| Variação | 1,43% | 1,33% | 5,73% | 12,04% | (0,79)% |

Balanco Energético

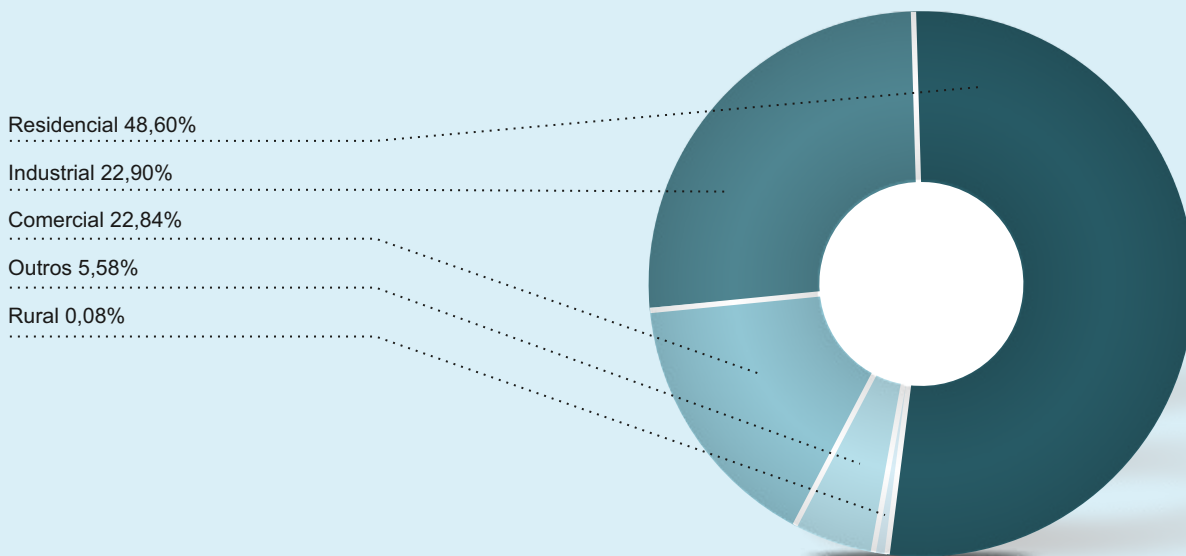
| Energia Requerida | 2017 | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 |
|---------------------------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|
| Venda de Energia | 13.240,94 | 13.105,88 | 13.933,63 | 15.270,27 | 15.924,60 |
| Fornecimento | 13.240,94 | 13.105,88 | 13.933,63 | 15.270,27 | 15.924,60 |
| Suprimento p/ agentes de distribuição | - | - | - | - | - |
| Consumidores Livres/Dist./Ger. | 3.768,39 | 4.253,32 | 4.634,16 | 5.693,38 | 5.463,86 |
| Consumidores Rede Básica | - | - | - | - | - |
| Mercado Atendido | 17.009,33 | 17.359,19 | 18.567,78 | 20.963,65 | 21.388,45 |
| Perdas na Rede Básica | | | | | |
| Perdas na Distribuição | 1.050,22 | 989,08 | 960,85 | 938,96 | 1.033,44 |
| Perdas Técnicas | 1.050,22 | 989,08 | 960,85 | 938,96 | 1.033,44 |
| Perdas não Técnicas - PNT | - | - | - | - | - |
| PNT / Energia Requerida % | 0,00% | 0,00% | 0,00% | 0,00% | 0,00% |
| Perdas Totais - PT | 1.050,22 | 989,08 | 960,85 | 938,96 | 1.033,44 |
| PT / Energia Requerida % | 5,82% | 5,39% | 4,92% | 4,29% | 4,61% |
| Total | 18.059,55 | 18.348,28 | 19.528,64 | 21.902,61 | 22.421,89 |



PERDAS NÃO TÉCNICAS E TOTAIS



Consumo por Classe de Consumidores





Receita - A receita decorrente do fornecimento de energia elétrica no exercício, líquida do ICMS, PIS, COFINS e BANDEIRAS, importou em R\$ 8.947,45 R\$/mil, conforme quadro a seguir:

Receita líquida em R\$ Mil

| Classe | 2021 | 2020 | % |
|--------------------|-----------------|-----------------|--------------|
| Residencial | 4.662,59 | 4.482,39 | 4,02% |
| Comercial | 2.115,40 | 2.000,59 | 5,74% |
| Industrial | 1.709,83 | 1.673,56 | 2,17% |
| Rural | 6,73 | 5,79 | 16,17% |
| Outros | 452,91 | 426,72 | 6,14% |
| Poderes Públicos | 313,40 | 285,26 | 9,87% |
| Iluminação Pública | 131,42 | 136,72 | (3,87)% |
| Serviço Público | 8,09 | 4,74 | - % |
| Total | 8.947,45 | 8.589,06 | 4,17% |

Receita Líquida por Classe de Consumidores

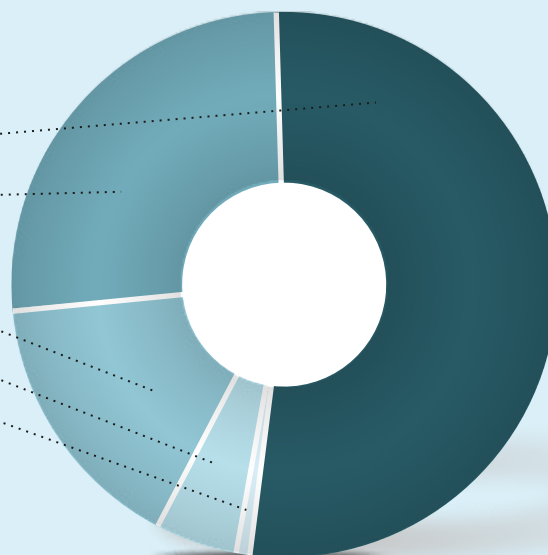
Residencial 52,11%

Comercial 23,64%

Industrial 19,11%

Outros 5,06%

Rural 0,08%





Número de consumidores - O número de consumidores faturados em dezembro de 2021, apresentou um crescimento de 0,47% sobre o mesmo mês do ano anterior, como se pode observar no quadro a seguir:

| Classe | 2021 | 2020 | Var % |
|--------------------|--------------|--------------|--------------|
| Residencial | 3.310 | 3.294 | 0,49% |
| Comercial | 397 | 391 | 1,53% |
| Industrial | 81 | 86 | (5,81)% |
| Rural | 4 | 4 | - % |
| Outros | 58 | 58 | 0,00% |
| Poderes Públicos | 53 | 53 | - % |
| Iluminação Pública | 1 | 1 | - % |
| Serviço Público | 1 | 1 | - % |
| Consumo Próprio | 3 | 3 | - % |
| Acessantes | 3 | 2 | |
| Livres Especiais | 3 | 2 | 50,00% |
| Total | 3.853 | 3.835 | 0,47% |

Tarifas - A média da tarifa residencial de fornecimento de energia elétrica em dezembro de 2021, atingiu R\$ 596,63 /MWh, um aumento de 3,75% com relação a dezembro de 2020. Por meio da Resolução Homologatória ANEEL Nº 2.923 de 24 de agosto de 2021 a Empresa Força e Luz João Cesa Ltda foi autorizada a aplicar sobre sua venda de Energia Elétrica, um reajuste médio (BT) de 13,32%, sendo 12,86%, o efeito a ser percebido por seus consumidores.

| Classe | Tarifa Média |
|---------------|---------------------|
| Residencial | 638,05 |
| Comercial | 622,72 |
| Industrial | 497,61 |
| Rural | 554,64 |
| Outros | 537,96 |

| Tarifa Residencial Baixa Renda Por faixa de Consumo | Kwh 0 a 30 | Kwh 31 a 80 | Kwh 81 a 100 | Kwh 101 a 220 |
|--|-------------------|--------------------|---------------------|----------------------|
| Tarifas Brutas | 0,254 | 0,435 | 0,435 | 0,652 |



Qualidade do fornecimento - Os dois principais indicadores da qualidade do fornecimento de energia elétrica são o DEC (duração equivalente de interrupções por consumidor) e o FEC (frequência equivalente de interrupções por consumidor). A evolução desses indicadores é apresentada no quadro a seguir:

| Ano | DEC(Horas) | FEC (Interrupções) | Tempo de espera (horas) |
|------|------------|--------------------|-------------------------|
| 2016 | 2,78 | 1,70 | 0,59 |
| 2017 | 1,83 | 3,53 | 0,49 |
| 2018 | 1,56 | 1,77 | 0,56 |
| 2019 | 4,13 | 3,83 | 0,57 |
| 2020 | 2,48 | 3,76 | 0,50 |
| 2021 | 2,90 | 2,80 | 0,51 |

No ano 2021 a Empresa Força e Luz João Cesa manteve um bom desempenho na continuidade do fornecimento de energia elétrica prestado aos consumidores, em virtude dos investimentos em manutenção e reforço da rede de distribuição, o emprego de materiais de boa qualidade e também ao treinamento do pessoal envolvido na manutenção do sistema elétrico. Cumprimos desta forma, as metas estabelecidas pela ANEEL, que são 9 horas para a DEC e 7 interrupções para a FEC.

Também, conseguimos manter o tempo médio de atendimento as emergências, que representa o tempo ocorrido entre o conhecimento da ocorrência por nossa equipe e a solução para o consumidor, em torno de 30 minutos, reforçando o nosso compromisso de atender o nosso consumidor o mais rápido possível.

Atendimento ao consumidor - A Empresa Força e Luz João Cesa Ltda não participa do Programa Luz para Todos, tendo em vista que todos os domicílios do Município de Siderópolis se encontram atendidos no que diz respeito ao fornecimento de Energia Elétrica. Efetua, assim, todos os atendimentos nos prazos legais e regulamentares.

Desempenho econômico-financeiro

Em 2021, o lucro líquido societário foi de R\$ 260,19 mil, contra um lucro de R\$ 252,95 mil em 2020. Diante de todos os desafios enfrentados no decorrer do ano, o resultado foi recebido com bons olhos pela Diretoria, que manteve suas ações afim de manter equacionado o fluxo de caixa, absorvendo sempre com capital próprio um investimento recorde na Rede de Distribuição, além de todos os custos com a Reavaliação de Ativos conforme rito tarifário concernente ao 5º CRTP (Ciclo de Revisão Tarifária Periódica).

Por questões Setoriais, a Empresa realiza concomitantemente à sua Contabilidade Societária, a Contabilidade Regulatória e Fiscal. A Contabilidade Regulatória é realizada a partir de determinações da ANEEL que não reconhece efeitos de vários procedimentos da Contabilidade Internacional, bem como inclui, para fins de gerência Setorial, a Reavaliação Regulatória Compulsória.

Já com relação à Contabilidade Fiscal, a mesma contempla os efeitos de adição ou subtração de despesas e receitas não permitidas no cálculo da base dos impostos. Adicionalmente, é realizado o estorno dos efeitos da Contabilidade Internacional, pois, a Receita Federal determinou que sua base de cálculo deve seguir os conceitos contábeis vigentes até dezembro de 2007 (BRGAAP e USGAAP). Para melhor visualização, segue abaixo demonstração e comparação do resultado líquido da Contabilidade Societária, Regulatória e Fiscal:

RESULTADO SOCIETÁRIO: R\$ 260,19 mil

RESULTADO REGULATÓRIO: R\$ 193,26 mil

RESULTADO FISCAL (BASE PARA IMPOSTOS): R\$ 356,69 mil

A receita operacional líquida societária atingiu R\$ 10.221,58 mil, enquanto em 2020 situou-se em R\$ 8.959,36 mil.

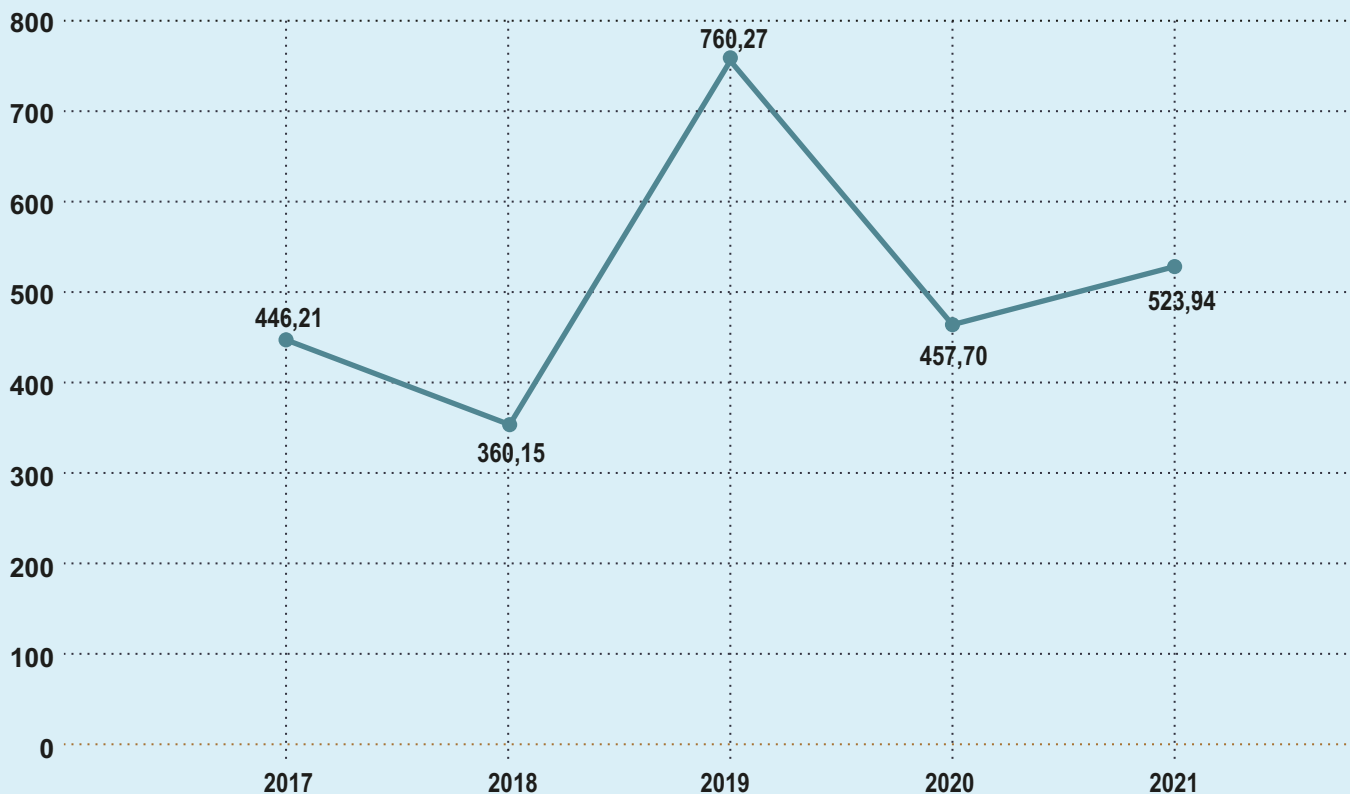
As despesas operacionais societárias totalizaram em 2021 R\$ 10.203,97 mil, 14,63% superior em relação à 2020, sendo destaque deste montante os custos com: Energia comprada para revenda 66,00% do montante, e um expressivo aumento do total das taxas regulamentares no valor de R\$ 2.255,75, representando um aumento de 94,19% em relação ao ano anterior, onde, também, teve influência nos custos dos serviços



e consultorias que envolvem a elaboração de laudo e documentos para a Revisão Tarifária Periódica encerrada no aniversário tarifário da Empresa, ou seja, agosto de 2021. A rentabilidade do Patrimônio Líquido do Exercício foi de 11,42 % contra 12,09 % em 2020.

O EBITDA ou LAJIDA, lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização (cálculo societário) foi de R\$ 523,94 mil, superior em 14,47% a 2020, que foi de R\$ 457,60 mil, conforme evolução abaixo:

EBITDA OU LAJIA - Resultado Societário



Investimentos: Seguindo os expressivos aumentos de investimentos realizados nos últimos 3 anos, o exercício de 2021 contou com investimentos de R\$ 506,11 mil, sendo este o maior investimento em apenas um exercício de sua história, o mesmo representa um aumento de 63,53% em relação à 2020, onde frisamos que todos investimentos foram efetuados com capital próprio, em decorrência da eficiente gestão de fluxo de caixa por parte da Diretoria. A Empresa estima um investimento total de R\$ 828,72 mil nos próximos 4 (quatro) anos para essa mesma rubrica.

| Empresas | Investimento(em R\$ Mil) | Participação da Outorgada (em %) | Negócio |
|--------------|--------------------------|----------------------------------|---------|
| | 452,64 | 100,00% | LR |
| EFLJC | 53,47 | 100,00% | ADM |
| TOTAL | 506,11 | 100,00% | |



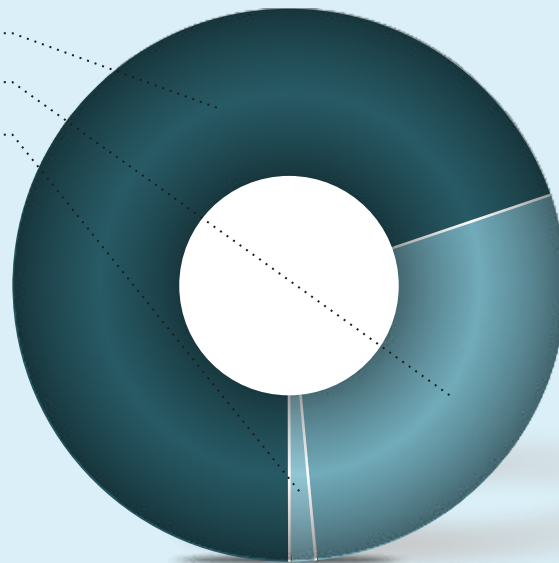
Captações de recursos: Todos os recursos utilizados nos investimentos realizados da Empresa Força e Luz João Cesa Ltda., foram de origem própria.

Valor adicionado: Em 2021, o valor adicionado líquido gerado como riqueza pela Outorgada foi de R\$ 8.390,70 mil, representando 50,36% da Receita operacional bruta, com a seguinte distribuição:

Governo 82,14%

Pessoal 14,76%

Acionistas 3,10%





Política de reinvestimento e distribuição de dividendos: Anualmente os sócios cotistas se reúnem e deliberam sobre a destinação dos lucros acumulados do exercício anterior. A Assembleia Geral Ordinária ocorre sempre no mês de abril de cada ano e tem contado, nos últimos anos, com a participação de mais de 80% do Capital Social da Empresa. Para o exercício 2021 foi distribuído dividendos aos Sócios Quotistas na ordem de 70,00 R\$/mil referente ao resultado do ano calendário 2020.

Composição acionária: Em 31 de dezembro de 2021 o capital social da Empresa era de R\$ 1.022,73 R\$/mil, composto por 1.022,73 cotas, com valor nominal de R\$ 1,00 cada.

Atendimento aos sócios cotistas: Coerente com a filosofia de postar-se diante do mercado como uma empresa transparente, moderna e aberta, a Empresa Força e Luz João Cesa Ltda sempre se coloca à disposição para atendimento personalizado aos seus Sócios Cotistas, independente de fazerem parte do Grupo Controlador ou não, não importando, também, seu percentual de participação na Sociedade. O atendimento é realizado na sua sede em Siderópolis, preferencialmente após agendamento junto aos Diretores por telefone.

Gestão

Planejamento empresarial: O êxito que a Outorgada vem obtendo em seu processo de adaptação às mudanças aceleradas no Setor Elétrico se deve em grande parte à qualidade de seu planejamento empresarial.

Os rumos da JOÃO CESA vêm sendo definidos com base no moderno conceito de planejamento por meio de cenários alternativos. Pelo menos a cada trimestre a Diretoria da Empresa têm se reunido com os Consultores e responsáveis por cada área, a fim de entender o avanço da Regulação Setorial, bem como os caminhos que devem ser norteados para estabelecer prioridade nos investimentos. Tal procedimento tem apresentado resultados surpreendentes, como o recebimento de prêmios de qualidade no atendimento ao seu consumidor, além da premiação das Demonstrações Contábeis de 2020. Vale salientar que, neste exercício, seguimos utilizando predominantemente o formato de Reuniões Virtuais para atender à questão do distanciamento social.

O planejamento realizado, juntamente com os resultados dos cenários empresariais discutidos trimestralmente, serviu de base para a definição das recomendações, metas e ações estratégicas das ações a serem tomadas para os horizontes de curto e médio prazos.

Gestão pela qualidade total: Em 2021, as atividades relacionadas com a Gestão pela Qualidade Total compreenderam o desenvolvimento de estudos e projetos, certificações de qualidade de gestão, e reuniões relacionadas com o gerenciamento da rotina em diferentes áreas da Empresa. Recebemos semanalmente consultoria que analisa, na prática, nossos processos, e, periodicamente apresenta orientação para que nossas rotinas estejam de acordo com a Gestão pela Qualidade, permitindo nossa recertificação ISO 9.001.

Recursos humanos: Em 2021 a JOÃO CESA investiu R\$ 1,55 mil em programas de formação técnica e desenvolvimento profissional e humano de seus empregados. Na visão da JOÃO CESA, o melhor investimento a ser realizado, é no crescimento de seus colaboradores. Por essa razão, auxilia com um terço do valor da universidade de sua equipe.

Adicionalmente, a EFLJCL concedeu aos seus colaboradores, no exercício de 2021 os seguintes benefícios: a) Auxílio Alimentação: R\$ 102,72 mil; b) Auxílio médico R\$ 68,00 mil; c) Auxílio Transporte: R\$ 2,46 mil; d) Auxílio Odontológico R\$ 2,65 mil e, e) Seguro de Vida: R\$ 2,11 R\$ mil.

Responsabilidade social: Cada vez mais, a JOÃO CESA vem reforçando seu papel de empresa cidadã. Ciente de sua responsabilidade social, tem atuado por meio de políticas, programas e práticas voltadas para o meio ambiente, o desenvolvimento econômico, social e cultural junto à comunidade. O detalhamento destas atividades e projetos está sendo apresentado no Balanço Social da Empresa.



| Outorgada em números | 2021 | 2020 | % |
|---|---------------|---------------|-----------------|
| Atendimento | - | - | - |
| Número de consumidores | 3.853 | 3.835 | 0,47 % |
| Número de empregados | 15 | 14 | 7,14 % |
| Número de consumidores por empregado | 257 | 274 | (6,23)% |
| Número de localidades atendidas | 1 | 1 | - % |
| Número de agências | 1 | 1 | - % |
| Número de postos de atendimento | 1 | 1 | - % |
| Número de postos de arrecadação | 5 | 5 | - % |
| Mercado | | | |
| Área de concessão (Km2) | 263,00 | 263,00 | - % |
| Geração própria (GWh) | - | - | - % |
| Demanda máxima (MWh/h) | 5,08 | 5,30 | (4,15)% |
| Distribuição direta (GWh) | 21,31 | 20,79 | 2,50 % |
| Consumo residencial médio (KWh/ano) | 607.575 | 605.978 | 0,26 % |
| Tarifas médias de fornecimento (R\$ por MWh) | 596,63 | 575,06 | 3,75 % |
| Total (exceto curto prazo) | 578,25 | 549,58 | 5,22 % |
| Residencial | 638,05 | 613,90 | 3,93 % |
| Comercial | 622,72 | 606,01 | 2,76 % |
| Industrial | 497,61 | 481,98 | 3,24 % |
| Rural | 554,64 | 496,44 | 11,72 % |
| Suprimento | - | - | - % |
| DEC (horas) | 2,90 | 2,48 | 16,94 % |
| População antecipada - Urbana (em milhares de habitantes) | 14,00 | 14,00 | - |
| População atendida - Rural (em milhares de habitantes) | 0,02 | 0,02 | - % |
| FEC (número de interrupções) | 2,80 | 3,76 | (25,53)% |
| Número de reclamações por 10.000 consumidores | 0,02 | 0,02 | - % |
| Operacionais | | | |
| Número de usinas em operação | - | - | - % |
| Número de subestações | - | - | - % |
| Linhas de transmissão (Km) | - | - | - % |
| Linhas de distribuição (Km) | 78,48 | 78,32 | 0,20 % |
| Capacidade instalada (MW) | 13,90 | 13,50 | 2,96 % |
| Financeiros | | | |
| Receita operacional bruta (R\$ mil) | 16.660,45 | 13.991,47 | 19,08 % |
| Receita operacional líquida (R\$ mil) | 10.221,58 | 8.959,36 | 14,09 % |
| Margem operacional do serviço líquida (%) | 61,35% | 64,03% | (4,19)% |
| EBITDA OU LAJIDA | 523,94 | 457,70 | 14,47 % |
| Lucro líquido (R\$ mil) | 260,20 | 252,95 | 2,87 % |
| Lucro líquido por lote de mil ações | 0,26 | 0,25 | 2,87 % |
| Patrimônio líquido (R\$ mil) | 2.278,94 | 2.091,54 | 8,96 % |
| Valor patrimonial do lote de mil ações | 1,00 | 1,00 | - % |
| Rentabilidade do patrimônio líquido (%) | 11,42% | 12,09% | (5,59)% |
| Endividamento do patrimônio líquido (%) | 158,15% | 145,20% | 8,92 % |
| Em moeda nacional (%) | 158,15% | 145,20% | 8,92 % |
| Em moeda estrangeira (%) | - | - | - % |
| Indicadores de performance | | | |
| Salário Médio dos Funcionários: | 3,62 | 3,54 | 2,26 % |
| Energia Gerada / Comprada por Funcionário: | 1.001,10 | 1.063,68 | (5,88)% |
| Energia Gerada / Comprada por Consumidor: | 3,90 | 3,88 | 0,37 % |
| Retorno de ativos por unidade | - | - | - % |



Agradecimentos

Registramos nossos agradecimentos à DEUS, à Diretoria, aos Sócios Cotistas, aos nossos Colaboradores, aos nossos Consultores e Auditores, aos nossos Consumidores, ao Órgão Regulador e a todos que direta ou indiretamente nos apoiaram no debate e encaminhamento das questões de maior interesse da JOÃO CESA, contribuindo para o cumprimento da missão do exercício de 2021 da Empresa Força e Luz João Cesa Ltda.

Siderópolis, 31 de dezembro de 2021.

A Administração



EMPRESA FORÇA E LUZ JOÃO CESA LTDA

CNPJ Nº 86.301.124/0001-22

Balanco Social dos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais)

Balanco Patrimonial

| | Consolidado | |
|---|-----------------|-----------------|
| | 2021 | 2020 |
| Ativos | | |
| Ativo Circulante | 3.332,45 | 2.953,75 |
| Caixa e equivalentes de caixa | 790,56 | 926,82 |
| Consumidores | 1.686,18 | 1.373,04 |
| Concessionárias e permissionárias | 0,00 | 0,00 |
| Serviços em curso | 2,16 | 164,10 |
| Tributos compensáveis | 23,23 | 91,91 |
| Depósitos judiciais e cauções | 0,00 | 0,00 |
| Almoxarifado operacional | 15,51 | 11,51 |
| Investimentos temporários | 0,00 | 0,00 |
| Empréstimos | 0,00 | 0,00 |
| Ativos financeiros setoriais | 476,14 | 266,27 |
| Despesas pagas antecipadamente | 52,86 | 16,31 |
| Instrumentos financeiros derivativos | 0,00 | 0,00 |
| Outros ativos circulantes | 285,81 | 103,80 |
| Ativos de operações descontinuadas | - | - |
| Bens destinados à alienação | - | - |
| Ativo Não-Circulante | 2.550,64 | 2.174,67 |
| Consumidores | - | - |
| Concessionárias e permissionárias | - | - |
| Serviços em curso | - | - |
| Tributos compensáveis | 18,93 | 10,66 |
| Depósitos judiciais e cauções | 3,37 | 3,37 |
| Investimentos temporários | 8,12 | 6,12 |
| Empréstimos | - | - |
| Tributos diferidos | - | - |
| Ativos financeiros setoriais | - | - |
| Despesas pagas antecipadamente | - | - |
| Bens e direitos para uso futuro | - | - |
| Instrumentos financeiros derivativos | - | - |
| Outros ativos não circulantes | 133,70 | 117,01 |
| Bens e atividades não vinculadas à concessão do Serviço Público de Energia Elétrica | - | - |
| Imobilizado | - | - |
| Intangível | 2.386,53 | 2.037,52 |
| Total do ativo | 5.883 | 5.128 |



Balanco Patrimonial

Consolidado

| | 2021 | 2020 |
|--|-----------------|-----------------|
| Passivo | | |
| Passivo Circulante | 3.234,50 | 2.751,15 |
| Fornecedores | 1.029,41 | 833,24 |
| Empréstimos, financiamentos e debêntures | 77,09 | 76,15 |
| Obrigações sociais e trabalhistas | 178,89 | 151,83 |
| Benefício pós-emprego | - | - |
| Tributos | 849,77 | 746,64 |
| Provisão para litígios | 190,62 | 98,56 |
| Dividendos declarados e juros sobre capital próprio | - | - |
| Encargos setoriais | 519,01 | 462,86 |
| Provisão para descomissionamento | - | - |
| Passivos financeiros setoriais | 239,48 | 287,10 |
| Provisão para uso do bem público | - | - |
| Instrumentos financeiros derivativos | - | - |
| Obrigações com associados | - | - |
| Outros passivos circulantes | 150,23 | 94,77 |
| Passivos de operações descontinuadas | - | - |
| Passivo Não-Circulante | 369,65 | 285,74 |
| Fornecedores | - | - |
| Empréstimos, financiamentos e debêntures | - | - |
| Benefício pós-emprego | - | - |
| Tributos | - | - |
| Provisão para litígios | - | - |
| Encargos setoriais | - | - |
| Provisão para descomissionamento | - | - |
| Tributos diferidos | - | - |
| Passivos financeiros setoriais | 21,65 | 122,46 |
| Provisão para uso do bem público | - | - |
| Instrumentos financeiros derivativos | - | - |
| Obrigações com associados | - | - |
| Outros passivos não circulantes | - | - |
| Obrigações vinculadas à concessão do Serviço Público de Energia Elétrica | 348,00 | 163,29 |
| Total do passivo | 3.604 | 3.037 |
| Patrimônio líquido | 2.278,94 | 2.091,54 |
| Capital social | 1.022,73 | 1.022,73 |
| Reservas de capital | (12,66) | - |
| Outros resultados abrangentes | - | - |
| Reservas de lucros | - | - |
| Recursos destinados a aumento de capital | - | - |
| Lucros ou prejuízos acumulados | 1.268,87 | 1.068,81 |
| Ações em tesouraria | - | - |
| Proposta para distribuição de dividendos adicionais | - | - |
| Participação de não controladores | - | - |
| Reserva de sobras | - | - |
| Sobras à disposição da Assembleia | - | - |
| Perdas não cobertas pelos cooperados | - | - |
| Total do patrimônio líquido | 2.278,94 | 2.091,54 |
| Total do passivo e do patrimônio líquido | 5.883,09 | 5.128,43 |



EMPRESA FORÇA E LUZ JOÃO CESA LTDA

CNPJ Nº 86.301.124/0001-22

Demonstração do Fluxo de Caixa dos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais)

| | Consolidado | |
|--|-----------------|---------------|
| | 2021 | 2020 |
| FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS | (137,21) | 510,01 |
| Fornecimento de Energia | 16.339,23 | 14.442,34 |
| Suprimento de Energia | - | - |
| TUSD de Consumidores Livres e Geradores | - | - |
| Suprimento a Concessionárias | - | - |
| Recebimento da CCEE - Energia de Curto Prazo | - | - |
| Recebimento de RAP de Transmissão | - | - |
| Repasse do Fundo da Conta de Desenvolvimento Energético | 439,07 | 575,77 |
| Outros Recebimentos Operacionais | 172,28 | 143,80 |
| Fornecedores - Materiais e Serviços | (1.342,29) | (942,68) |
| Fornecedores - Energia Elétrica | (6.664,94) | (6.218,88) |
| Salários e Encargos Sociais | (1.948,23) | (1.791,23) |
| Tributos sobre a Receita - Federais | (765,77) | (785,21) |
| Tributos sobre a Receita - Estaduais e Municipais | (4.206,72) | (3.756,19) |
| Tributos sobre o Lucro (IRPJ / CSLL) | (106,82) | (149,01) |
| Encargos de Transmissão | - | - |
| Demais Encargos Regulatórios | (2.041,74) | (1.002,04) |
| Outras Despesas Operacionais | (11,28) | (6,66) |
| FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO | 0,95 | 1,50 |
| Aquisição de Participações Societárias | - | - |
| Aportes / Aumento de Capital em Controladas | - | - |
| Investimentos | - | - |
| Imobilizado | - | - |
| Intangível | - | - |
| Participação Financeira do Consumidor | - | - |
| Títulos e Valores Mobiliários Adquiridos | - | - |
| Empréstimos / Mútuos Concedidos | - | - |
| Proventos Recebidos | 0,95 | 1,50 |
| CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO | (136,26) | 511,51 |
| FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO | - | - |
| Empréstimos e Financiamentos Obtidos | - | - |
| Empréstimos e Financiamentos Pagos | - | - |
| Títulos e Valores Mobiliários Adquiridos Emitidos | - | - |
| Títulos e Valores Mobiliários Adquiridos Pagos | - | - |
| Juros sobre Capital Próprio e Dividendos Pagos | - | - |
| Adiantamento para Futuro Aumento de Capital | - | - |
| Integralização de Capital | - | - |
| CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO | (136,26) | 511,51 |
| VARIAÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA | (136,26) | 511,51 |
| DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA | (136,26) | 511,51 |
| No início do exercício | 926,82 | 415,31 |
| No fim do exercício | 790,56 | 926,82 |

O modelo de fluxo de caixa apresentado acima se refere ao fluxo de caixa preparado por meio do método direto, sendo que também é permitida a apresentação do fluxo de caixa preparado por meio do método indireto.



EMPRESA FORÇA E LUZ JOÃO CESA LTDA

CNPJ Nº 86.301.124/0001-22

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido - DMPL dos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais)

| | Capital Social | Reservas de capital | Outros Resultados Abrangentes | Reservas de lucros | Lucros (prejuízos) acumulados | "Recursos destinados a aumento de capital" | Total |
|--|-----------------|---------------------|-------------------------------|--------------------|-------------------------------|--|-----------------|
| Saldo em 31 de dezembro de 2019 | 1.022,73 | - | - | - | 938,67 | - | 1.961,40 |
| Remuneração das imobilizações em curso | - | - | - | - | - | - | - |
| Aumento de capital social | - | - | - | - | - | - | - |
| Incentivos fiscais | - | - | - | - | - | - | - |
| Realização de reservas | - | - | - | - | - | - | - |
| Proventos excedentes da contabilidade societária | - | - | - | - | - | - | - |
| Lucro líquido (prejuízo) do exercício | - | - | - | - | 252,94 | - | 252,94 |
| Destinação proposta à A.G.O.: | - | - | - | - | - | - | - |
| Reserva legal | - | - | - | - | - | - | - |
| Juros sobre o capital próprio | - | - | - | - | - | - | - |
| Dividendos | - | - | - | - | (122,80) | - | (122,80) |
| Reserva para investimentos | - | - | - | - | - | - | - |
| Reavaliação Regulatoria Compulsoria de Imobilizado - VNR | - | - | - | - | - | - | - |
| Efeitos IFRS | - | - | - | - | - | - | - |
| Saldo em 31 de dezembro de 2020 | 1.022,73 | - | - | - | 1.068,81 | - | 2.091,54 |
| Remuneração das imobilizações em curso | - | - | - | - | - | - | - |
| Aumento de capital social | - | - | - | - | - | - | - |
| Realização de reservas | - | - | - | - | - | - | - |
| Lucro líquido (prejuízo) do exercício | - | - | - | - | 260,20 | - | 260,20 |
| Destinação proposta à A.G.O.: | - | - | - | - | - | - | - |
| Reserva legal | - | - | - | - | - | - | - |
| Juros sobre o capital próprio | - | - | - | - | - | - | - |
| Dividendo | - | - | - | - | (72,80) | - | (72,80) |
| Reserva para investimentos | - | - | - | - | - | - | - |
| Reavaliação Regulatoria Compulsoria de Imobilizado - VNR | - | - | - | - | - | - | - |
| Efeitos IFRS | - | (12,33) | - | - | 12,66 | - | - |
| Saldo em 31 de dezembro de 2021 | 1.022,73 | (12,33) | - | - | 1.268,87 | - | 2.278,94 |



EMPRESA FORÇA E LUZ JOÃO CESA LTDA

CNPJ Nº 86.301.124/0001-22

Demonstração do Resultado do Exercício Findos em 31 de Dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais)

| | Consolidado | |
|---|-------------------|-------------------|
| | 2021 | 2020 |
| Operações em continuidade | | |
| Receita / Ingresso | 16.660,45 | 13.991,47 |
| Fornecimento de energia elétrica | 8.440,19 | 6.811,23 |
| Suprimento de energia elétrica | - | - |
| Energia Elétrica de Curto Prazo | - | - |
| Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição | 7.176,23 | 6.704,67 |
| Ativos e Passivos Financeiros Setoriais | 243,34 | (102,08) |
| Serviços cobráveis | 22,38 | 17,35 |
| Doações, contribuições e subvenções vinculadas ao serviço concedido | 568,86 | 500,94 |
| Receita de Construção | 209,45 | 59,35 |
| Outras receitas | - | - |
| Tributos | (4.183,12) | (3.870,50) |
| ICMS | (3.421,67) | (3.043,42) |
| PIS-PASEP | (136,81) | (147,70) |
| Cofins | (624,64) | (679,39) |
| ISS | - | - |
| Encargos - Parcela "A" | (2.255,75) | (1.161,61) |
| Pesquisa e Desenvolvimento - P&D | (50,12) | (44,51) |
| Programa de Eficiência Energética - PEE | (50,12) | (44,70) |
| Reserva Global de Reversão - RGR | - | - |
| Conta de Desenvolvimento Econômico - CDE | (1.120,49) | (1.006,54) |
| Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH | - | - |
| Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica - TFSEE | (15,33) | (14,23) |
| Outros encargos | (1.019,68) | (51,63) |
| Receita líquida / Ingresso líquido | 10.221,58 | 8.959,36 |
| Custos não gerenciáveis - Parcela "A" | (6.989,86) | (6.243,41) |
| Energia elétrica comprada para revenda | (6.991,70) | (6.247,92) |
| Encargo de transmissão, conexão e distribuição | - | - |
| Encargos e demais despesas setoriais | - | - |
| Perdas pelo valor de indenização / renovação | - | - |
| Provisão de baixa ou Baixa de RTP diferida | - | - |
| Provisão de baixa ou Baixa de CVA Ativa e Demais ativos regulatórios | 1,84 | 4,50 |
| (-) Reversão de devolução tarifária | - | - |
| (-) Reversão de CVA Passiva e Demais passivos regulatórios | - | - |
| Outros | - | - |
| Matéria-prima e Insumos para produção de energia elétrica | - | - |
| Reembolso de CCC/CDE de combustível para produção de energia elétrica | - | - |
| Resultado antes dos custos gerenciáveis | 3.231,73 | 2.715,94 |
| Custos gerenciáveis - Parcela "B" | (2.978,77) | (2.502,29) |
| Pessoal e administradores | (2.137,76) | (1.926,33) |
| Material | (139,00) | (110,30) |
| Serviços de terceiros | (350,95) | (198,12) |
| Arrendamento e aluguéis | - | - |
| Seguros | (2,49) | (2,58) |
| Doações, contribuições e subvenções | (18,73) | (19,26) |
| Provisões | (124,04) | (120,51) |
| Perdas na alienação de bens e direitos | - | - |
| (-) Recuperação de despesas | 18,93 | 15,18 |
| Tributos | (9,38) | (9,90) |
| Depreciação e amortização | (116,32) | (119,08) |
| Despesas de Construção | (209,45) | (59,35) |
| Gastos diversos | (124,93) | (108,26) |
| Outras Receitas Operacionais | 276,42 | 173,53 |
| Outras Despesas Operacionais | (41,08) | (17,34) |
| Resultado da Atividade | 252,96 | 213,66 |



EMPRESA FORÇA E LUZ JOÃO CESA LTDA

CNPJ Nº 86.301.124/0001-22

Demonstração do Resultado do Exercício Findos em 31 de Dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais)

| | Consolidado | |
|--|-----------------|----------------|
| | 2021 | 2020 |
| Equivalência patrimonial | - | - |
| Resultado Financeiro | 154,63 | 124,51 |
| Despesas financeiras | (40,98) | (24,69) |
| Receitas financeiras | 195,61 | 149,20 |
| Resultado antes dos impostos sobre os lucros | 407,59 | 338,17 |
| Despesa com impostos sobre os lucros | (147,39) | (85,22) |
| Resultado líquido das operações em continuidade | 260,20 | 252,95 |
| Operações descontinuadas | - | - |
| Lucro (prejuízo) após o imposto do exercício resultante de operações descontinuadas | - | - |
| Resultado líquido do exercício | 260,20 | 252,95 |
| Atribuível aos: | | |
| Acionistas controladores | 204,93 | 199,22 |
| Acionistas não controladores | 55,27 | 53,73 |
| Lucro por ação | 0,25 | 0,25 |
| básico - lucro do exercício atribuível a acionistas controladores detentores de ações ordinárias | 0,20 | 0,19 |
| diluído - lucro do exercício atribuível a acionistas controladores detentores de ações ordinárias | 0,05 | 0,05 |
| Lucro por ação originado das operações em continuidade | - | - |
| básico - lucro de operações continuadas atribuíveis a acionistas controladores detentores de ações ordinárias | - | - |
| diluído - lucro de operações continuadas atribuíveis a acionistas controladores detentores de ações ordinárias | - | - |



EMPRESA FORÇA E LUZ JOÃO CESA LTDA

CNPJ Nº 86.301.124/0001-22

Demonstrações do resultado abrangente dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais)

| | Consolidado | |
|---|-------------|------|
| | 2021 | 2020 |
| Resultado do exercício | | |
| Outros resultados abrangentes | - | - |
| Reserva de reavaliação | - | - |
| Efeito de imposto de renda | - | - |
| Ganho líquido sobre instrumentos financeiros | - | - |
| Efeito de imposto de renda | - | - |
| Equivalência sobre ganhos abrangentes de coligadas | - | - |
| Efeito de imposto de renda | - | - |
| Diferenças cambiais sobre conversão de operações estrangeiras | - | - |
| Efeito de imposto de renda | - | - |
| Previdência Privada – Superávit (Déficit) Atuarial | - | - |
| Diferenças atuariais | - | - |
| Efeito de imposto de renda | - | - |
| Outros resultados abrangentes | - | - |
| Efeito de imposto de renda | - | - |
| Outros resultados abrangentes do exercício, líquidos de impostos | - | - |
| Total de resultados abrangentes do exercício, líquidos de impostos | - | - |
| Atribuível a: | - | - |
| Acionistas Controladores | - | - |
| Acionistas Não Controladores | - | - |

Observação: Em nosso Balanço Patrimonial Societário não há outros resultados abrangentes

**Notas
Explicativas
Societárias**





1 - Contexto Operacional

A Empresa Força e Luz João Cesa Ltda - EFLJCL é uma sociedade por cotas de responsabilidade limitada, destinada a pesquisar, estudar, planejar, construir e explorar a Distribuição e Comercialização de Energia, em qualquer de suas formas, principalmente a Elétrica, sendo tais atividades regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia. Sua Concessão foi recém renovada, porém constantemente monitorada pelos critérios de equilíbrio econômico financeiro e indicadores de qualidade e continuidade do Serviço de Energia Elétrica.

2 - Das Concessões

A JOÃO CESA detém concessão válida até Julho de 2045, para a Distribuição e Comercialização de Energia Elétrica no Município de Siderópolis, Estado de Santa Catarina, conforme Contrato de Concessão nº 26/99, assinado em 30.03.1999 e renovado em 09/12/2015.

Atualmente (base Dezembro/2021 atende a 84,28% dos consumidores urbanos e somente 0,24% dos consumidores rurais do Município.

O restante da População é atualmente atendido pela Cooperativa de Eletrificação Rural de Treviso Ltda. – CERTREL e pela CELESC, conforme demonstrado no quadro abaixo:

População estimada 2015 (IBGE – Contagem Estimada 2021 em 14.176 habitantes

| EMPRESA | CONSUMIDORES URBANOS | CONSUMIDORES RURAIS |
|-----------------------|----------------------|---------------------|
| JOÃO CESA | 3.849 | 4 |
| CERTREL | 717 | 1.672 |
| CELESC | 1 | - |
| TOTAL DE CONSUMIDORES | 4.567 | 1.676 |
| % JOÃO CESA | 84,28% | 0,24% |

Atualmente a JOÃO CESA não atende a nenhum Consumidor Livre fora de sua área de atuação, porém, conecta 3 consumidores livres especiais que operam no Mercado Livre de Energia.

A Área de Concessão da JOÃO CESA abrange todo o município de Siderópolis, num total de 263 km². No entanto, após a deliberação da ANEEL sobre o atendimento da Cooperativa de Eletrificação Rural de Treviso - CERTREL, definindo a poligonal desta Cooperativa por meio da Resolução Homologatória ANEEL nº 269 de 19 de dezembro de 2005, nossa Área de Concessão ficou reduzida a 76 km². Nesta área já bastante reduzida, ainda existe o atendimento em processo de regularização da CERTREL nas localidades do Montanhão, Nossa Senhora da Saúde, São Geraldo, Santa Luzia e Rio Albina, cujo atendimento e acerto da poligonal seguimos negociando e vendo alternativas do montante de indenização e de cronograma para assumirmos os consumidores.

O Ativo Financeiro da Concessão está registrado no presente Balanço no Não Circulante, apresentando em 2021 R\$/Mil 133,69.



3 - Apresentação das Demonstrações Contábeis

As Demonstrações Contábeis estão sendo apresentadas de acordo com as disposições da Lei das Sociedades por Ações, conjugadas com a Legislação específica emanada pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL e instruções da Comissão de Valores Mobiliários - CVM, observando rigorosamente as exigências contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE, instituído pela Resolução Normativa ANEEL nº 605/2014, respeitando também, nossa particularidade como Empresa de Responsabilidade Ltda.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Empresa adotou as mudanças nas práticas contábeis adotadas no Brasil introduzidas pelos pronunciamentos técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, estando alinhado às Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS) emitidas pelo IASB – (International Accounting Standard Board) com vigência para os exercícios sociais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2010, com aplicação retrospectiva a 01 de janeiro de 2009 (balanço de abertura) para fins de comparabilidade.

Conforme determinação da SFF/ANEEL, com o intuito de buscar a harmonização com as normas internacionais de contabilidade, destacamos as transferências do Ativo Imobilizado Vinculado para o Grupo Intangível e Ativo Financeiro conforme ICPC 01 e OCPC 05, determinados pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

Como o ICPC no 01 não foi aprovado pela SFF/ANEEL, seus efeitos figuram somente nas Demonstrações Societárias. Em 2011, entrou em vigor a Contabilidade Regulatória, instituída pela Resolução ANEEL no 396/2010. Orientações complementares foram expedidas pela SFF/ANEEL através dos Despachos: nos 4.722/2009, 4.097/2010, 4.991/2011, 0155/2013, 4.413/2013, 4786/2014, 245/2016, 3.371/2016 e 4.356/2017. Para o presente exercício contábil, a SFF/ANEEL se manifestou renovando a vigência de todos os Despachos dos anos anteriores, e, esclarecendo que dúvidas e/ou novas orientações serão publicadas no site da Agência Reguladora, no canal "Gestão de dados e normatização Contábil".

A adoção deste procedimento resultou, em 2021 na reclassificação para o Ativo Intangível de R\$ mil 4089,27 em 2020 tal reclassificação fora de R\$ mil 3604,4 e para Ativos Financeiros, em 2021 de R\$ mil 133,69 e, em 2020 R\$ mil 117,01.

4 - Principais Práticas Contábeis

. Aplicações no mercado aberto e títulos e valores mobiliários

Estão, quando aplicável, demonstrados pelo custo, acrescido das remunerações contratadas, reconhecidas proporcionalmente até a data das demonstrações contábeis.

. Consumidores, Concessionárias e Permissionárias

Engloba o Fornecimento de Energia faturada e não faturada até 31 de dezembro de 2021 contabilizado com base no Regime de Competência.

. Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

Está reconhecido, em valor considerado suficiente pela Administração, para cobrir as possíveis perdas na realização das contas a receber, e, de acordo com as Instruções contidas no MCSE.

. Estoque (inclusive do Ativo Imobilizado)

Os materiais em estoque, classificados no Ativo Circulante estão registrados ao custo médio de aquisição e, aqueles destinados a Investimentos, estão classificados no Ativo Imobilizado em Curso pelo custo de aquisição, também controlados pelo custo médio.

. Investimentos

A Empresa Força e Luz João Cesa Ltda sempre destinou todos os seus recursos para seu Ativo Imobilizado, não possuindo assim, outros investimentos não vinculados ao objeto de sua Concessão.

. Imobilizado

Registrado ao custo de aquisição ou construção, deduzida de depreciação calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados nos respectivos Tipos de Unidades de Cadastro - TUC, conforme determina a Resolução ANEEL 674/2015, às taxas anuais constantes da tabela anexa XVI - TAXAS DE DEPRECIÇÃO.

Em função do disposto nas Instruções Contábeis do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, os juros, encargos financeiros e variações monetárias, relativos aos financiamentos obtidos de terceiros, efetivamente aplicados no Imobilizado em Curso, estão registrados



neste subgrupo como custo.

Salientamos que, em virtude da harmonização com as Normas Internacionais de Contabilidade, em função de nosso Ativo Imobilizado ser vinculado à Concessão, todo o ativo diretamente ligado à Distribuição de Energia Elétrica foi reclassificado para o Grupo de Intangíveis (os que já estarão reintegrados até o final da Concessão) e para o Grupo de Ativo Financeiro da Concessão a receber (para aqueles não reintegrados até o Final do prazo da Concessão).

. Imposto de renda diferido

A João Cesa não diferiu nenhum Imposto de Renda no exercício de 2021 e anteriores.

. Plano de complementação de aposentadoria e pensão

Não houve, no exercício de 2021, nenhum custo associado a um eventual plano de aposentadoria e pensão.

. Apuração do resultado

As receitas e despesas são reconhecidas pelo Regime de Competência.

. Outros direitos e obrigações

Demais Ativos e Passivos Circulantes e Não Circulante estão atualizados até a data do balanço, quando legal ou contratualmente exigidos.

. Estrutura das demonstrações contábeis

Com referencia às novas implementações na estrutura das demonstrações contábeis, em face a harmonização internacional e, em virtude do atendimento do Ofício de Encerramento no 2.775/2008 – SFF/ANEEL, no 0127/2009 – SFF/ANEEL e dos Despachos ANEEL 4.722/2009, 4.991/2011, 155/2013, 4.413/2013, 4.786/2014, 245/2016, 3.371/2016 e 4.356/2017, aplicou-se a mudança nos quadros do Ativo e Passivo, incluindo os subgrupos Ativo não Circulante e Passivo não Circulante, excluindo-se o grupo de Ativo Permanente, conforme determinação do Órgão Regulador.

Vale salientar que a partir do exercício de 2012 a SFF/ANEEL determinou que, no Balanço Regulatório, fossem utilizados modelos diferenciados com a exposição das informações de forma direcionada a apuração de dados tarifários e que demonstrem o equilíbrio econômico-financeiro da Concessão/Permissão. Adicionalmente, incluiu no rol das Demonstrações Contábeis, as chamadas Notas Conciliatórias que demonstram os ajustes efetuados entre o Balanço Societário e o Balanço Regulatório. Todos os quadros que compõem o Balanço Regulatório, deverão também ser auditados pelo mesmo Auditor Independente das Demonstrações Contábeis Societárias, conforme Manual expedido pela ANEEL exclusivamente para esse fim.

Adicionalmente, conforme Despacho SFF/ANEEL No. 4.097/2010, 4.991/2011, 155/2013, 4.413/2013, 4.786/2014, 245/2016, 3.371/2016 e 4.356/2017 estão sendo publicadas em volume separado as Demonstrações Contábeis Regulatórias, compostas de: RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO REGULATÓRIO, BALANÇO PATRIMONIAL REGULATÓRIO, NOTAS EXPLICATIVAS REGULATÓRIAS E PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS.

Vale destacar, também, a apuração e publicação, em Nota Explicativa do presente Balanço, o "Balanço Fiscal", composto das peças: BPF - Balanço Patrimonial Fiscal, composto dos quadros do Ativo Fiscal, Passivo Fiscal, DREF - Demonstração do Resultado do Exercício Fiscal, e, DMP LF - Demonstração da Mutação do Patrimônio Liquido Fiscal, expresso na Nota N 44.



5 - Aplicações no Mercado Aberto e Títulos e Valores Mobiliários

Em 2021 possuímos R\$/Mil 8,13 em títulos compulsórios, conforme abaixo:

| Instituição Financeira | Tipo de Aplicação | Vencimento | Remuneração | Legislação societária | |
|------------------------|-------------------|---------------|--------------|-----------------------|-------------|
| | | | | 2021 | 2020 |
| Título SICCOOB | RENDA | Indeterminado | 9,07% a.a. | 8,13 | 6,13 |
| | | | Total | 8,13 | 6,13 |

6 - Consumidores, Concessionárias e Permissionárias

Os valores referentes a Consumidores, Concessionárias e Permissionárias dos períodos de 2021 e 2020, estão assim alencados, a seguir:

| Consumidores | Legislação societária | |
|---|-----------------------|------------------|
| | 2021 | 2020 |
| Faturados | 14.123,48 | 12.345,46 |
| Não faturados | 66,43 | (97,45) |
| Sub total | 14.189,92 | 12.248,01 |
| Concessionárias e Permissionárias | - | - |
| Comercialização no âmbito do CCEE - Conexão consumidores livres especiais | 1.451,70 | 1.404,46 |
| Não faturados - Consumidores livres especiais | - | (109,29) |
| Sub total | 1.451,70 | 1.295,17 |
| Total | 15.641,62 | 13.543,18 |

Obs: não contempla o quadro acima os valores de consumo próprio na ordem de R\$/Mil 17,86 em 2021 e R\$/Mil 15,79 em 2020.



Composição das Contas a Receber

Legislação societária

| Consumidor / Concessionárias / Permissionárias | Vencidos | Vencidos até 90 dias | Vencidos há mais de 90 dias | Total | Provisão de Creditos para liquidação duvidosa | | Saldo | |
|--|-----------------|----------------------------|-----------------------------------|-----------------|--|-----------------|-----------------|-----------------|
| | | | | | 2021 | 2020 | 2021 | 2020 |
| Residencial | 64,04 | 316,17 | 113,44 | 493,65 | (109,99) | (92,75) | 383,66 | 241,93 |
| Industrial | 380,75 | 39,80 | 25,01 | 445,56 | (19,95) | (19,95) | 425,60 | 288,37 |
| Comércio, Serviços e Outras Atividades | 36,17 | 48,56 | 34,60 | 119,34 | (33,66) | (29,39) | 85,67 | 99,01 |
| Rural | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Poder Público | - | 0,99 | - | 0,99 | - | - | 0,99 | 10,43 |
| Federal | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Estadual | - | 0,99 | - | 0,99 | - | - | 0,99 | 10,43 |
| Municipal | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Iluminação Pública | 23,98 | - | - | 23,98 | - | - | 23,98 | 18,18 |
| Serviço Público | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Renda não Faturada | 683,04 | - | - | 683,04 | - | - | 683,04 | 616,61 |
| Atualização Regime Competência | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Encargo a Recuperar na Tarifa | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Subtotal - Consumidores | 1.187,98 | 405,52 | 173,06 | 1.766,55 | (163,60) | (142,10) | 1.602,95 | 1.274,53 |
| Concessionárias | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Permissionárias | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Comercialização no MAE: | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Concessionárias/permissionárias | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Total | 1.187,98 | 405,52 | 173,06 | 1.766,55 | (163,60) | (142,10) | 1.602,95 | 1.274,53 |

"Obs.: Valores deste demonstrativo foram formados por: Consumo+Demanda+ICMS+Energia Reativa Excedente+PIS+COFINS+ Bandeira, não sendo incluídas as receitas diversas, serviços taxados e juros e multa (Inclusive na PCLD).

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída considerando os principais critérios a seguir elencados:

- 1) Análise criteriosa das Contas a Receber para casos específicos;
- 2) Casos Normais, conforme MCSPEE, sendo:

- a) Residenciais vencidos a mais de 90 dias;
- b) Comerciais vencidos a mais de 180 dias e
- c) Industrial, Poder Público e Iluminação Pública vencida a mais de 360 dias."



7- IMOBILIZADO

Segue quadro de conciliação do Ativo Imobilizado Regulatório com o Ativo Imobilizado Societário:

| | Legislação societária | |
|---|-----------------------|-----------------|
| | 2021 | 2020 |
| Em Serviço Societário | - | - |
| Em Curso Societário | - | - |
| Ativo Financ. da Concessão | 133,70 | 117,01 |
| Ativo Intangível da Concessão | 2.307,93 | 1.906,67 |
| Ativo Intangível em Curso | 78,60 | 130,85 |
| Reavaliação Regulatória Compulsória | 2.053,53 | 480,79 |
| Total | 4.573,75 | 2.635,32 |
| Ativo Imobilizado Societário | - | - |
| Ativo Imob. Regulatório | 4.540,35 | 2.599,88 |
| Conciliação do VNR compulsório regulatório | | |
| Reavaliação Regulatória Compulsória - Obrigações Especiais - 2223 | (33,41) | (35,44) |
| Reavaliação Regulatória Compulsória - Ativo Imobilizado Regulatório | 2.053,53 | 480,79 |
| Total | 2.020,13 | 445,35 |

A partir de 2010, foram reclassificados valores do ativo imobilizado que estão em função do Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica para os grupos de Ativo Financeiro e Ativo Intangível, atendendo o OCPC 05. onde: "De acordo com os contratos de concessão, consideram-se bens vinculados aqueles construídos ou adquiridos pelo concessionário e efetivamente utilizados na prestação dos serviços públicos."

• Ativo intangível

Foi reclassificado para o ativo intangível os valores referentes ao imobilizado residual, onde estes têm sua reintegração total realizada dentro do prazo da concessão do serviços publico conforme abaixo:

| | Custo | Depreciação e/ou amortização acumulada | Valor Líquido 2021 | Valor Líquido 2020 |
|--------------------|-----------------|---|-----------------------|-----------------------|
| Intangíveis | | | | |
| Em serviço | 4.089,27 | (1.781,34) | 2.307,93 | 1.906,67 |
| Em curso | 78,60 | - | 78,60 | 130,85 |
| Total | 4.167,87 | (1.781,34) | 2.386,53 | 2.037,52 |

obs: O valor acima não contempla a Reavaliação Regulatória Compulsória



8 - Ativos e Passivos Financeiros Setoriais

Em 31 de Dezembro de 2021 conforme MCSE os Ativos e Passivos Financeiros Setoriais, de recebimento líquido e certo, quer seja via tarifa, quer seja via indenização ao final da concessão, somam:

Ativo Financeiro Setorial:

| | 2021 | 2020 |
|--|---------------|---------------|
| Total CVA (Conta de Compensação da Parcela "A") | 299,79 | 160,43 |
| CVA - Energia Comprada - 2019 - 2020 | 0,57 | - |
| CVA Energia Comprada - 2020/2021 | 120,03 | 82,95 |
| CVA PROINFA 2020/2021 | 20,38 | 4,15 |
| CVA CDE - Ciclo 2019 2020 | - | 63,63 |
| CVA CDE ACR - Ciclo 2019 2020 | 0,86 | - |
| CVA CDE - Ciclo 2020 2021 | 82,12 | 9,70 |
| CVA - Energia - Perda Não Técnica - 2020/2021 | 0,70 | - |
| CVA - Energia - Perda Técnica - 2020/2021 | 6,87 | - |
| CVA ENER - Perdas Não Técnicas 2019/2020 | 0,00 | - |
| CVA - Energia - Perdas Técnicas 2019/2020 | 0,03 | - |
| CVA Energia - 2021/2022 | 50,94 | - |
| CVA PROINFA 2019/2020 | 0,49 | - |
| CVA PROINFA 2021/2022 | 13,71 | - |
| CVA CDE - Ciclo 2021 2022 | 3,09 | - |
| Total Neutralidade | 162,90 | 94,24 |
| Perdas Técnicas - Neutralidade da Parcela A - Ciclo 2018 2019 | - | - |
| CDE - Neutralidade Parcela A - Ciclo 2019-2020 | - | - |
| PROINFA - Neutralidade Parcela A - Ciclo 2019 2020 | - | - |
| TFSEE - Neutralidade Parcela A - Ciclo 2019 2020 | - | - |
| Neutralidade EUSD - Ciclo 2018 2019 | - | - |
| Perdas Técnicas - Neutralidade da Parcela A - Ciclo 2019 2020 | - | 5,11 |
| Neutralidade - P&D - Ciclo 2019 2020 | - | 0,05 |
| EUSD - Neutralidade da Parcela A - Ciclo 2019 2020 | - | 40,23 |
| EUSD - Neutralidade da Parcela A - Ciclo 2020 2021 | 109,92 | 47,37 |
| Perdas Técnicas - Neutralidade Parcela A - Ciclo 2020 2021 | 3,00 | 1,48 |
| CDE - Neutralidade Parcela A - Ciclo 2020-2021 | 0,11 | - |
| Receita Irrecuperavel - Neutralidade Parcela A - Ciclo 2020 2021 | 0,09 | - |
| CDE - Neutralidade Parcela A - Ciclo 2021-2022 | 10,39 | - |
| PROINFA - Neutralidade Parcela A - Ciclo 2021 2022 | 1,68 | - |
| TFSEE - Neutralidade Parcela A - Ciclo 2021 2022 | 0,15 | - |
| EUSD - Neutralidade da Parcela A - Ciclo 2021 2022 | 17,04 | - |
| ENERG REQ SEM PERDAS - Neutralidade da Parcela A - Ciclo 2021 2022 | 3,13 | - |
| Perdas Não Técnicas - Neutralidade Parcela A - Ciclo 2021 2022 | 14,36 | - |
| Perdas Técnicas - Neutralidade Parcela A - Ciclo 2021 2022 | 3,04 | - |
| P&D - Neutralidade Parcela A - Ciclo 2021 2022 | 0,00 | - |
| Receita Irrecuperavel- Neutralidade Parcela A - Ciclo 2021 2022 | 0,00 | - |
| Total Item Financeiro | 13,44 | 11,60 |
| tem Financeiro - PIS/Consumo | 2,47 | 2,23 |
| Item Financeiro - COFINS/Consumo | 10,97 | 9,36 |
| TOTAL - ATIVO FINANCEIRO SETORIAL | 476,14 | 266,27 |



Passivo Financeiro Setorial:

| | 2021 | 2020 |
|---|-----------------|-----------------|
| Total CVA (Conta de Compensação da Parcela "A") | (41,31) | (57,30) |
| CVA ENERG 2018 - 2019 | - | (9,47) |
| CVA ENERG - 2019/2020 | - | (10,28) |
| CVA ENERG - Perdas Técnicas 2019/2020 | - | (0,62) |
| CVA ENERG - Perdas Não Técnicas 2019/2020 | 0,00 | (0,13) |
| CVA - Energia Comprada - Perdas Não Técnicas - 2018/2019 | - | (0,12) |
| CVA - Energia Comprada - Perdas Técnicas - 2018/2019 | - | (0,55) |
| CVA PROINFA - 2019/2020 | - | (10,87) |
| CVA PROINFA - 2018/2019 | - | (0,91) |
| CVA CDE ACR - 2019 2020 | - | (15,20) |
| CVA CDE 2018 2019 | - | (8,56) |
| CVA CDE ENERG ACR - 2018/2019 | - | (0,58) |
| CVA CDE Energia - 2020/2021 | (3,83) | - |
| CVA CDE - Cilco 2019 2020 | (2,67) | - |
| CVA CDE - Cilco 2021 2022 | (34,82) | - |
| Total Neutralidade | (39,08) | (224,13) |
| CDE ACR - Neutralidade Parcela A 2019 2020 | - | (1,49) |
| CDE Uso - Neutralidade Parcela A 2019 2020 | - | (43,17) |
| PROINFA - Neutralidade Parcela A 2019 2020 | - | (8,94) |
| TFSEE - Neutralidade Parcela A 2019 2020 | - | (0,63) |
| Energia para Revenda - Neutralidade Parcela A 2019 2020 | - | (12,71) |
| Perdas Não Técnicas - Neutralidade Parcela A 2019 2020 | - | (1,32) |
| Receita Irrecuperavel - Neutralidade Parcela A 2019 2020 | - | (0,16) |
| CDE Uso - Neutralidade Parcela A 2020 2021 | (20,59) | (18,70) |
| PROINFA - Neutralidade Parcela A 2020 2021 | (2,83) | (2,76) |
| TFSEE - Neutralidade Parcela A 2020 2021 | (0,32) | (0,22) |
| Neutralidade Parcela A - Energ Requerida SEM PERDAS 2020 2021 | (3,12) | (88,78) |
| Neutralidade Parcela A - Perdas Não Técnicas 2020 2021 | (0,73) | (0,95) |
| Neutralidade Parcela A - P&D 2020/2021 | (0,00) | (7,03) |
| Neutralidade Parcela A - Receita Irrecuperavel - 2020 2021 | - | (0,13) |
| Neutralidade Parcela A - EUSD - 2020 2021 | - | (34,75) |
| Neutralidade Parcela A - Perdas Técnicas - 2020 2021 | - | (2,39) |
| Neutralidade Parcela A - CDE - 2021 2022 | (10,93) | - |
| TFSEE - Neutralidade Parcela A 2021 2022 | (0,10) | - |
| Perdas Técnicas - Neutralidade Parcela A 2021 2022 | (0,45) | - |
| Neutralidade Parcela A - Receita Irrecuperavel - 2021 2022 | (0,00) | - |
| Total Item Financeiro | (159,08) | (5,67) |
| IF - Ajuste CUSD 2019 2020 - RES 2.761 | - | (5,67) |
| IF - Ajuste EUSD 2020 2021 - RES 2.923 | (9,63) | - |
| IF - Reversão Conselho de Conusmidores RES 2.923 | (106,42) | - |
| IF - Diferimento - Energia de Revenda - RES 2923 | (39,55) | - |
| IF - Diferimento - Perda Não Técnica - RES 2923 | (0,32) | - |
| IF - Diferimento - Perda Técnica - RES 2923 | (3,15) | - |
| TOTAL - PASSIVO FINANCEIRO SETORIAL | (239,48) | (287,10) |



9 - Fornecedores

Legislação societária

| | 2021 | 2020 |
|---|-----------------|---------------|
| CELESC - Centrais Elétricas de Santa Catarina S/A | 992,00 | 733,24 |
| PROINFA | - | - |
| Sub Total | 992,00 | 733,24 |
| Fornecedores de energia elétrica – CCEE | - | - |
| Materiais e serviços | 37,41 | 100,00 |
| Sub Total | 37,41 | 100,00 |
| Total | 1.029,41 | 833,24 |

10 - Empréstimos e Financiamentos

Os empréstimos e financiamentos possuíam os seguintes saldo em Dez/2021

| | Legislação Societaria | | | | | |
|---|-----------------------|----------|-------------|----------|--------------|--------------|
| | Circulante | | Longo Prazo | | Total | |
| | Principal | Encargos | Principal | Juros | 2021 | 2020 |
| Moeda Estrangeira | - | - | - | - | - | - |
| (...) | | | | | | |
| Sub Total | - | - | - | - | - | - |
| Moeda Nacional | | | | | | |
| Banco nacional de Desenvolvimento -BNDES | - | - | - | - | - | - |
| Caixa Economica Federal - CEF | - | - | - | - | - | - |
| BB - Banco do Brasil - Limite Conta Garantida | 77,09 | - | - | - | 77,09 | 76,15 |
| Total | 77,09 | - | - | - | 77,09 | 76,15 |

Detalhamento do Empréstimo ou financiamento:

Em 2021 não foi contraído nenhum financiamento, exceto o de curtíssimo prazo Conta Garantida, no Banco do Brasil

| | Contratado | | | Em aberto/2021 | | |
|---------------------------------|--------------|----------|--------------|----------------|----------|--------------|
| | Principal | Encargos | Total | Principal | Encargos | Total |
| Conta Garantida Banco do Brasil | 77,09 | - | 77,09 | 77,09 | - | 77,09 |
| Total | 77,09 | - | 77,09 | 77,09 | - | 77,09 |

Composição dos Empréstimos e Financiamentos por tipo de Moeda ou Indexador



| Moeda (Equivalente em R\$) / Indexador | Legislação Societaria | | | |
|--|-----------------------|-------------|--------------|-------------|
| | 2021 | % | 2020 | % |
| Moeda Estrangeira | | | | |
| Dólar Norte Americano | - | - | - | - |
| Yen japonês | - | - | - | - |
| Cesta de Moedas | - | - | - | - |
| Moeda Nacional | | | | |
| TR | 77,09 | 100% | 76,15 | 100% |
| URBNDES e TJLP | - | - | - | - |
| IGP-M | - | - | - | - |
| UFIR | - | - | - | - |
| | 77,09 | 100% | 76,15 | 100% |

Vencimentos das Parcelas a Longo Prazo:

| | |
|--------------|----------|
| 2023 | - |
| 2024 | - |
| 2025 | - |
| 2026 | - |
| 2027 | - |
| 2028 | - |
| 2029 | - |
| Após 2029 | - |
| Total | - |

Obs: Não há parcelas de empréstimos e financiamentos a longo prazo a vencer.



| | Legislação Societária | | | |
|--|-----------------------|----|-------------------|----|
| | Moeda Nacional | | Moeda Estrangeira | |
| | CP | LP | CP | LP |
| Mutação de Empréstimos e Financiamentos | | | | |
| Saldo em 31 de Dezembro de 2019 | 92,93 | - | - | - |
| Ingressos | 76,15 | - | - | - |
| Encargos | - | - | - | - |
| Variação monetária e cambial | - | - | - | - |
| Transferencia | - | - | - | - |
| (...) | - | - | - | - |
| Amortizações | (92,93) | - | - | - |
| Saldo em 31 de Dezembro de 2020 | 76,15 | - | - | - |
| Ingressos | 77,09 | - | - | - |
| Encargos | - | - | - | - |
| Variação monetária e cambial | - | - | - | - |
| Transferencia | - | - | - | - |
| Ajustes saldo negativo | - | - | - | - |
| Amortizações | (76,15) | - | - | - |
| Saldo em 31 de Dezembro de 2021 | 77,09 | - | - | - |

11 - Taxas Regulamentares

Demonstramos abaixo as Taxas Regulamentares sob responsabilidade de nossa Empresa, referente exercícios 2021 e 2020.

| | 2021 | 2020 |
|---|-----------------|-----------------|
| Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos | - | - |
| Quota de Reserva Global de Reversão – RGR | - | - |
| Cota de Desenvolvimento Energético – CDE | 1.120,49 | 1.006,54 |
| Taxa de Fiscalização – ANEEL | 15,33 | 14,23 |
| Programa de Eficiência Energética – PEE | 50,12 | 44,70 |
| Programa de P&D | 50,12 | 44,51 |
| Outros - Bandeiras Tarifárias | 1.019,68 | 51,63 |
| Total | 2.255,75 | 1.161,61 |

12 - Tributos e Contribuições Sociais - Longo Prazo

Apresenta-se no Não Circulante, neste exercício, unicamente o ICMS SOBRE NOTAS FISCAIS DE IMOBILIZADO, compensáveis em 48 avos, cujos valores são:

| | 2021 | 2020 |
|--------------|--------------|--------------|
| Longo Prazo | 18,93 | 10,66 |
| Curto Prazo | 14,23 | 6,62 |
| TOTAL | 33,16 | 17,28 |

Não possuímos tributos e Contribuição Social a pagar em nosso Passivo Não Circulante (Longo Prazo).



13 - Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 não possuíamos nenhum imposto de renda ou contribuição social diferidos.

14 - Provisões para Contingências

Após análise de riscos realizada pela Administração da Empresa e seu Departamento Jurídico, a seguinte contingência foi provisionada durante o exercício 2021:

Legislação Societária

| Contingência | 2021 | | | 2020 | | |
|-------------------------|-------------------|-----------------|------------------------|-------------------|-----------|------------------------|
| | Valor da provisão | | Depósitos Judiciais | Valor da provisão | | Depósitos Judiciais |
| | No exercício | Acumulada | | No exercício | Acumulada | |
| Contingência | | | | | | |
| Trabalhistas | | | | | | |
| Plano Bresser | - | - | - | - | - | - |
| Plano Collor | - | - | - | - | - | - |
| Periculosidade | - | - | - | - | - | - |
| Outros | - | - | - | - | - | - |
| Subtotal | | | | | | |
| Cíveis | - | - | - | - | - | - |
| Fornecedores | (92,06) | (190,62) | - | (98,56) | - | - |
| Consumidores | - | - | - | - | - | - |
| Empreiteiros | - | - | - | - | - | - |
| Outros | - | - | - | - | - | - |
| Subtotal | (92,06) | (190,62) | - | (98,56) | - | - |
| Fiscais | - | - | - | - | - | - |
| Cofins | - | - | - | - | - | - |
| Pis/Pasep | - | - | - | - | - | - |
| CSLL | - | - | - | - | - | - |
| Subtotal | - | - | - | - | - | - |
| OUTRAS PROVISÕES | | | | | | |
| TOTAL | (92,06) | (190,62) | - | (98,56) | - | - |

Provisões CIVIS - Fornecedores: Trata-se da provisão referente processo junto a fornecedor por descumprimento contratual, o qual envolveu terceiros e encontra-se em tramitação judicial. A provisão adicional ocorrida no ano de 2021 refere-se ao mesmo assunto e foi recomendado pelo Departamento Jurídico da EFLJCL.

15 - Patrimônio Líquido

Capital Social

O Capital Social da Empresa Força e Luz João Cesa Ltda em 31 de dezembro de 2021 representa R\$ 1.022.730,89 (Um milhão e vinte e dois Mil, setecentos e trinta Reais e oitenta e nove centavos), composto por 1.022.730 (Um milhão e vinte e dois Mil, setecentos e trinta) cotas, sendo as mesmas de responsabilidade limitada valendo R\$ 1,00 (Um Real) cada, distribuída em 13 (Treze) cotistas, conforme segue:

| Acionistas | Cotas | % |
|----------------------------|-----------------|----------------|
| Espolio Victor Cesa | 774,62 | 75,74% |
| Helena Amália Frassetto | 102,34 | 10,01% |
| Inocente Frassetto | 45,91 | 4,49% |
| Angelica Feltrin Cesa | 42,95 | 4,20% |
| Edson de Silvestre | 15,44 | 1,51% |
| Daniel Paulino de Araujo | 15,44 | 1,51% |
| Alda Feltrin Patel | 5,42 | 0,53% |
| Vilson Moacir Cesa | 5,11 | 0,50% |
| Espolio Lírio Cesa | 5,11 | 0,50% |
| Emerson Cardoso Cesa | 5,11 | 0,50% |
| Jorge Henrique Cesa | 1,74 | 0,17% |
| Fátima Raquel Cesa Pereira | 1,74 | 0,17% |
| Hélio Roberto Cesa | 1,74 | 0,17% |
| Total | 1.022,73 | 100,00% |



Reserva de Capital e Reserva de Lucros

A composição das Reservas de Capital e Reserva de Lucros, estão desdobrados de acordo com a tabela a baixo:

Reservas de Capital

| | 2021 | 2020 |
|--|----------------|------|
| Remuneração do imobilizado em curso até 31/12/2001 | - | - |
| Doações e subvenções para investimentos | - | - |
| Conta de resultados a compensar (CRC) | - | - |
| Outras - Efeitos IFRS | (12,66) | - |
| Total | (12,66) | - |

Reservas de Lucros

| | | |
|---------------------------------------|-----------------|-----------------|
| Reserva legal | - | - |
| Lucros a realizar | - | - |
| Reserva para investimentos | - | - |
| Sub Total | - | - |
| Lucros Acumulados a disposição da AGO | 1.268,87 | 1.068,81 |
| Sub Total | 1.268,87 | 1.068,81 |
| Total Patrimonio Liquido | 2.278,94 | 2.091,54 |

Ajustes de Exercícios Anteriores

Durante o Exercício de 2021 não houve nenhum ajuste em exercícios anteriores.

16 - Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio

Não houve Juros sobre o Capital Próprio distribuído no exercício de 2021. A título de Dividendos, os Sócios optaram pela distribuição, durante o exercício, de R\$/Mil 70,00 referente a Lucros Acumulados até 2020.



17 - Fornecimento e Suprimento de Energia Elétrica

| | nº de Consumidores | | MWh | | Reais Mil | |
|------------------------------------|--------------------|--------------|------------------|------------------|------------------|------------------|
| | 2021 | 2020 | 2021 | 2020 | 2021 | 2020 |
| Consumidores | | | | | | |
| Residencial | 3.310 | 3.294 | 7.307,55 | 7.301,47 | 6.680,82 | 5.859,38 |
| Industrial | 81 | 86 | 3.436,11 | 3.472,24 | 3.237,39 | 2.856,80 |
| Comercial | 397 | 391 | 3.397,03 | 3.301,25 | 3.477,84 | 3.010,08 |
| Rural | 4 | 4 | 12,12 | 11,66 | 9,13 | 7,13 |
| Poder público | 53 | 53 | 476,31 | 449,97 | 477,56 | 402,55 |
| Iluminação pública | 1 | 1 | 357,09 | 393,77 | 228,62 | 203,06 |
| Serviço público | 1 | 1 | 12,19 | 7,42 | 12,10 | 6,43 |
| Consumo próprio | 3 | 3 | 16,35 | 16,17 | 17,86 | 15,79 |
| Sob total | 3.850 | 3.833 | 15.014,75 | 14.953,95 | 14.141,32 | 12.361,22 |
| Revendedores | | | | | | |
| Suprimento | - | - | - | - | - | - |
| Suprimento - curto prazo | - | - | - | - | - | - |
| Sob total | - | - | - | - | - | - |
| Conexão Consumidores livres | | | | | | |
| Consumidores Livres | - | - | - | - | - | - |
| Consumidores Livres Especiais | 3 | 2 | 5.463,85 | 5.687,00 | 1.451,70 | 1.404,46 |
| Sob total | 3 | 2 | 5.463,85 | 5.687,00 | 1.451,70 | 1.404,46 |
| Total | 3.853 | 3.835 | 20.478,60 | 20.640,95 | 15.593,02 | 13.765,68 |

Obs.: O Valor expresso em R\$/Mil foi formado por Consumo +Demanda+Energia Reativa Excedente+ICMS+PIS+COFINS+Bandeiras Salientamos que o classe Consumo Próprio foi contabilizada em grupo específico conforme determinação do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE.

Referente à conexão dos três consumidores livres especiais, os MWh referem-se ao encargo CUSD Mwh.

18 - Compra e Venda de Energia Elétrica de Curto Prazo no Âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE

Nos exercícios de 2020 e 2021 a Concessionária Empresa Força e Luz João Cesa Ltda não efetuou comercialização de Energia Elétrica no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, optando, neste exercício, pela continuidade do Suprimento de Energia via CELESC-D.

No exercício de 2021, a JOÃO CESA, buscou aperfeiçoamento na modalidade de compra de energia que trouxesse aos seus consumidores a menor tarifa possível. Fomos amparados pelos dados gerados por Empresa contratada no ano anterior, especializada no Setor para alinhamento e projeção de carga, análise de riscos das tão temidas cotas compulsórias de energia, planejamento de capital de giro, e, alinhamento de fluxo de caixa para equilíbrio econômico e financeiro da Empresa. Tais dados trouxeram a tona enormes desafios enfrentados por pequenas Concessionárias, ao lidarem com um ambiente tão complexo como a Comercialização de EE, junto ao Mercado Livre. A Empresa Força e Luz João Cesa LTDA segue em constante análise, no que tange o Âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, para que a tais ações resultem em Qualidade de Energia e modicidade tarifária.

Vale salientar que, na nota de EVENTOS SUBSEQUENTES que segue abaixo, teceremos comentário sobre a subvenção implementada em janeiro/2022 referente a lei 14.299/22.



19 - Energia Elétrica Comprada para Revenda:

| | Quantidade MWh | | Reais Mil | |
|-------------------------------|------------------|------------------|-----------------|-----------------|
| | 2021 | 2020 | 2021 | 2020 |
| CELESC Distribuição S.A. | 15.563,36 | 15.179,51 | 6.734,52 | 6.108,43 |
| PROINFA | 361,24 | 325,28 | 178,69 | 128,90 |
| Micro-geração por compensação | (0,08) | 39,77 | 76,63 | 6,07 |
| Total | 15.924,52 | 15.544,55 | 6.989,84 | 6.243,40 |

Os valores acima são líquidos de efeito dos Itens Financeiros Tarifários.

20 - Despesas Operacionais

| | Despesas com Vendas | | Despesas Operacionais | | Despesas Gerais | |
|---|---------------------|------|-----------------------|-----------------|-----------------|------|
| | 2021 | 2020 | 2021 | 2020 | 2021 | 2020 |
| Pessoal | - | - | - | - | - | - |
| Remunerações | - | - | 1.505,59 | 1.391,24 | - | - |
| Encargos sociais | - | - | 494,13 | 431,89 | - | - |
| Auxílio alimentação | - | - | 116,63 | 108,32 | - | - |
| Indenizações (Rescisões) | - | - | 18,96 | 1,04 | - | - |
| Participação nos Resultados | - | - | - | - | - | - |
| (-) Transferências para imobilização em curso | - | - | (86,53) | (91,96) | - | - |
| Auxílio Estudante | - | - | 0,30 | 4,14 | - | - |
| Outros Benefícios | - | - | 88,68 | 81,66 | - | - |
| Total Pessoal | - | - | 2.137,76 | 1.926,33 | - | - |
| Material | - | - | 139,00 | 110,30 | - | - |
| Serviços de Terceiros | - | - | 350,95 | 198,12 | - | - |
| Arrendamentos e Aluguéis | - | - | - | - | - | - |
| Depreciação e Amortização | - | - | 116,32 | 119,08 | - | - |
| Provisões | - | - | 124,04 | 120,51 | - | - |
| Outras | - | - | - | - | - | - |
| Energia Comprada para Revenda | - | - | 6.811,16 | 6.114,51 | - | - |
| PROINFA | - | - | 178,70 | 128,90 | - | - |
| Tributos | - | - | 9,38 | 9,90 | - | - |
| Despesas de Construção | - | - | 209,45 | 59,35 | - | - |
| Outras | - | - | 127,22 | 114,91 | - | - |
| Total Outras | - | - | 7.335,90 | 6.427,57 | - | - |
| Total Geral | - | - | 10.203,97 | 8.901,90 | - | - |



21 - Despesas Financeiras

Os encargos financeiros e as variações monetárias, distribuídos por macro-atividades, estão apropriados no Resultado e no Imobilizado em Curso, quando for o caso, de acordo com a Instrução Contábil no 6.3.6.2.d do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE e a Instrução CVM no 193, de 11 de julho de 1996, conforme demonstrativo abaixo:

| | Legislação societária | | | | | 2021 | 2020 |
|--|-----------------------|-----------|--------------|----------|--|--------------|--------------|
| | Geração | Transmis. | Distrib. | Comerc. | Atividades não vinculadas à concessão do Serviço Público de Energia Elétrica | | |
| Encargos financeiros totais | - | - | 40,98 | - | - | 40,98 | 24,69 |
| (-) Transferências para imobilizado em curso | - | - | - | - | - | - | - |
| Líquido apropriado no exercício | - | - | 40,98 | - | - | 40,98 | 24,69 |
| Efeitos inflacionários e cambiais totais | - | - | - | - | - | - | - |
| (-) Transferências para imobilizado em curso | - | - | - | - | - | - | - |
| Líquido apropriado no exercício | - | - | 40,98 | - | - | 40,98 | 24,69 |

22 - Reconciliação das Taxas Efetivas e Nominais da Provisão para o Imposto de Renda e Contribuição Social

A reconciliação das taxas efetivas e nominais, utilizadas para o cálculo das provisões para o Imposto de Renda e a Contribuição Social, é demonstrada a seguir:

| | Legislação societária | |
|--|-----------------------|---------------|
| | 2021 | 2020 |
| Lucro / (Prejuízo) - Reg | 340,66 | 297,25 |
| Ajuste IFRS/ANEEL | 66,93 | 40,92 |
| Lucro / (Prejuízo) - Societario | 407,59 | 338,17 |
| Ajuste LALUR | 124,30 | 120,74 |
| Dedução de Prejuízo de Exerc. Anteriores (Parte B LALUR) | (27,79) | (137,67) |
| Lucro / (Prejuízo) - Fiscal | 504,09 | 321,24 |
| Imposto de renda (15%) | 75,61 | 48,19 |
| Adicional de Imposto de Renda (10%) | 26,41 | 8,12 |
| Total Imposto de Renda | 102,02 | 56,31 |
| Contribuição Social (9%) | 45,37 | 28,91 |
| Efeitos fiscais sobre: | - | - |
| Participação nos resultados | - | - |
| Juros sobre o capital próprio | - | - |
| Incentivos fiscais | - | - |
| Encargos capitalizados | - | - |
| Compensação da CSLL e com a COFINS | - | - |
| Outros | - | - |
| Imposto de renda e contribuição social no resultado | 147,39 | 85,22 |



23 - Participação nos Resultados

A João Cesa tem implantado o programa de participação dos empregados nos lucros ou resultados, conforme acordo de metas operacionais e financeiros previamente estabelecido com os mesmos. No Exercício de 2021 foram distribuídos aos colaboradores valores a título de participação nos Resultados na ordem de R\$/Mil 2,8.

24 - Plano Previdenciário e Outros Benefícios aos Empregados

Foram fornecidos aos empregados da João Cesa em 2021, benefícios tais como Auxílio Estudante, Auxílio Transporte, Auxílio Refeição, Auxílio Médico e Odontológico, Seguro de Vida e Treinamento Profissional, onde foi investido o valor total, em 2021 de R\$ 179,49(Reais/Mil), enquanto que, em 2020, o valor investido foi de R\$ 168,25 (Reais/Mil)

25 - Transações com Partes Relacionadas

Não houve Transação com partes relacionadas nos exercícios de 2020 e 2021. A título de remuneração da diretoria “chave – administrativa”, foram pagos durante o exercício:

| | 2021 | 2020 |
|----------------------|---------------|---------------|
| Remuneração | 362,40 | 341,60 |
| INSS - Parte Empresa | 72,48 | 68,32 |
| Outros Benefícios | 26,01 | 23,96 |
| Total | 460,89 | 433,88 |

26 - Instrumentos financeiros

Não houve a utilização de Instrumentos Financeiros no exercício contábil de 2021 e 2020, exceção feita a aplicações a curtíssimo prazodevidamente demonstradas e conciliadas com o extrato bancário que expressa o mesmo valor contábil, e está devidamente demonstrada na nota N°5.

27- Programa de Recuperação Fiscal - REFIS

A Empresa Força e Luz João Cesa Ltda não participou do programa REFIS nos exercícios de 2020 e 2021, uma vez que não houveram dívidas não quitadas junto à Receita Federal e nenhum processo fiscal em curso.



28 - Seguros

A especificação por modalidade de risco e data de vigência dos principais seguros está demonstrada a seguir:

| Riscos | Data de Vigência | Importância Segurada | Prêmio |
|--------------|-------------------------|----------------------|--------|
| Vida | 01/01/2021 a 31/12/2021 | 170,00 | 0,15 |
| Veiculos | 05/04/2021 a 05/04/2022 | 240,00 | 1,31 |
| Escritório | 08/12/2021 a 08/12/2022 | 1105,00 | 0,68 |
| Predio Almox | 08/12/2021 a 08/12/2022 | 267,00 | 0,37 |

Equipamentos nomeados:

Na apólice Contratada junto a Azul , para o veículo : 01 Fiat linea 1.8 - 16V O seguro cobre Danos Matérias, Danos Corporais, Dano Morais, APP por Morte e Invalidez.

Na apólice da Caixa Seguro de Vida Empresarial contratamos as seguintes coberturas: Morte por causas naturais e acidentais, invalidez permanente total ou parcial por acidente, doenças graves e indenização especial por morte acidental.

Na apólice da SOMPO Seguradora para o escritório e prédio almox central contratamos as seguintes coberturas: Incendio, raios, explosão, implosão, impacto de veiculo ou aeronaves, vendaval

29 - Eventos Subsequentes

29.1 - Área de Concessão:

A Área de Concessão da JOÃO CESA abrange todo o município de Siderópolis, num total de 263 km². No entanto, após a deliberação da ANEEL sobre o atendimento da Cooperativa de Eletrificação Rural de Treviso - CERTREL, definindo a poligonal desta Cooperativa por meio da Resolução Homologatória ANEEL nº 269 de 19 de dezembro de 2005, nossa Área de Concessão ficou reduzida a 76 km². Nesta área já bastante reduzida, ainda existe o atendimento em processo de regularização da CERTREL nas localidades do Montanhão, Nossa Senhora da Saúde, São Geraldo, Santa Luzia, Rio Albina e Rio kuntz.

Nossa Diretoria segue as conversações junto a CERTREL afim de chegar-se a um acordo de cronograma e área a ser transferida para a nossa Empresa.

29.2 – Índices de Equilíbrio Econômico e Financeiro da Concessão

Ao assinar a renovação da Concessão do Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica, a EFLJCL se comprometeu junto ao Poder Concedente à cumprir metas de equilíbrio que pudessem ser mensuradas através de índices regulatórios:

Para os anos de 2016 e 2017 o LAJIDA (ou EBTIDA) calculado pelos parâmetros Regulatórios deverá ficar maior do que zero.

Para o ano de 2018, o LAJIDA menos o QRR (Quota de Reintegração Regulatória) deveria ficar maior ou igual a zero.

Para 2019, a meta contratual será de: (Dívida Líquida / LAJIDA - QRR) menor ou igual a $1/(0,80 * SELIC)$.

Para 2020, a meta contratual será de: (Dívida Líquida / LAJIDA - QRR) menor ou igual a $1/(1,1 * SELIC)$.

Apartir de 2021, conforme parâmetros estabelecidos pela RES 896/2021 a meta contratual será a obetenção de:

Condição A (Dívida Líquida / LAJIDA - QRR) menor ou igual a $1/(1,1 * SELIC)$, e, Condição B, LAJIDA deve ser SUPERIOR a QRR.

A seguir demonstramos os resultados obtidos por nossa Concessionária, findo o exercício 2021:

CONDIÇÃO A

Coefficiente de dívida Líquida, inferior ao
Coefficiente de SELIC do Período

| | |
|----------------------------|----------------------|
| Limite (SELIC) | 0,863037 |
| Realizado (Dívida Líquida) | 0,711565 |
| Status | META CUMPRIDA |

CONDIÇÃO B

LAJIDA deve ser SUPERIOR a QRR.

| | |
|-----------------|----------------------|
| Limite (LAJIDA) | R\$ 1.413.199 |
| Realizado (QRR) | R\$ 290.735 |
| Status | META CUMPRIDA |



Este valor, adicionado dos Ativos e Passivos Regulatórios garantiram nosso equilíbrio econômico. A EFLJCL monitora continuamente os índices de sua gestão, e, por esse motivo, enfrenta com empenho este evento subsequente de 2021 para que o presente objetivo seja alcançado.

29.3 Índices de Continuidade e Frequência (DECI/FECi)

A exemplo dos índices econômicos e financeiros destacados acima, o Contrato de Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica, determina o cumprimento dos índices internos de continuidade e qualidade de Energia Distribuída (DECI/FECi).

Para o exercício de 2021, os índices máximos eram 8,00 (DECI) e 6,00 (FECi). Com satisfação informamos que os mesmos não foram ultrapassados, demonstrando que a EFLJCL cumpriu seu papel na qualidade de energia a seus consumidores:

Nossos índices ficaram em: DECI 2,71 e FECi 1,82

29.4) Subsídios Tarifários DECRETO 9.642/2018, de 27 de dezembro de 2018

Em 27/12/2018, o Governo Federal publicou o Decreto 9.642/2018 que, entre outros assuntos, definiu:

a) Fim do Subsídio Classe Rural no prazo de 5 anos, sendo diminuído na base de 20% ao ano em cada Reajuste ou Revisão da EFLJCL;

b) Fim do Subsídio Classe Água e Esgoto no prazo de 5 anos, sendo diminuído na base de 20% ao ano em cada Reajuste ou Revisão da EFLJCL;

c) Veto ao Subsídio composto, este de aplicação imediata, ou seja, subsídio para irrigação não pode ser aplicado sobre o valor da tarifa rural, que já contém desconto sobre a tarifa básica;

d) O decreto acima descrito, também faz menção a itens não abordados nesta nota explicativa;

Após diversas ações políticas do Setor Agropecuário, o item c) acima foi revogado, tornando-se sem efeito, continuando, contudo, o decreto com validade.

Em 2021 os efeitos deste decreto seguirão impactando aos consumidores até então amparados por subsídios,.

29.5) Perdas Regulatórias e Realizadas

No exercício de 2021 a EFLJCL contabilizou 4,44% de Perdas (Técnicas e não Técnicas). AANEEL publicou a meta regulatória de 4,78%. Com satisfação a JOÃO CESA apresenta perdas globais abaixo da meta regulatória. Durante o ano de 2022 a EFLJCL continuará seu investimento nesta área com inovação tecnológica, e, combatendo os desvios de energia (gatos).

29.6) Revisão do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico

A Superintendência de Fiscalização Econômica e Financeira da ANEEL publicou, em 2021, o Despacho No. 2904, de 17/09/2021, aprovando o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, versão 2022 para todas as Empresas do Setor Elétrico. As modificações, a nível procedimental, deverão ser implementadas na EFLJCL a partir do dia primeiro de janeiro de 2022, e, para tanto, ensejará os trabalhos de implantação e alteração de sistemas extra-contábeis para seu completo cumprimento.

29.7) Exclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS

Durante o exercício de 2020, o STF encerrou o julgamento do tema EXCLUSÃO DO ICMS NA BASE DE CÁLCULO DO PIS E COFINS, consagrando, de forma definitiva, que o ICMS não deve fazer parte da base de cálculo destes impostos federais. Contudo, não houve a chamada "repercussão geral", ou seja, este entendimento, na época, só era permitido a quem requerer judicialmente. Neste sentido, a administração da JOÃO CESA, para que possa haver energia mais barata aos seus consumidores, ajuizou esta solicitação logo no início de 2021, para trazer aos seus consumidores, o mais breve possível este benefício fiscal, que repercute no total da fatura de energia elétrica. Vale salientar que para os faturamentos atuais, a JOÃO CESA já não tributa o PIS/COFINS sobre o ICMS, ficando somente em discussão o passado.

29.8) Lei 14.299/2022

Evento Subsequente importante para o exercício de 2022 se dará pelo início da vigência da Lei 14.299/2022 que trará a EFLJCL a possibilidade de um teto regulatório tarifário, que especificamente será a tarifa de sua Supridora CELESC -DIS, sendo a reposição do equilíbrio econômico financeiro realizada pela conta centralizadora CDE. Tal Lei trará uma regulação tarifária bastante importante para a tarifa de nossos consumidores do Grupo B, e, espera-se, para o Grupo A num segundo momento.

29.9) Bonus Redução Voluntária de Energia

Implantado pelo Governo Federal através do Ministério de Minas e Energia, o Bônus Redução Voluntária de Energia trouxe incentivos financeiros para aqueles que contribuísem com a economia de Energia Elétrica no período seco, que ocasionou a crise hídrica do ano de 2021. A apuração desta economia encerrou-se no dia 31/12/2021, sendo o seu pagamento devido quando do consumo apurado no mês de janeiro/2022. O valor desta bonificação será reposta pelo Fundo da Conta Centralizadora CDE após a comprovação de sua devolução.



30 - Balanço Social

Responsabilidade Social:

A Empresa Força e Luz João Cesa tem plena consciência de que o respeito à comunidade e ao meio ambiente se constituem em pilares básicos para o bom convívio com a sociedade na qual se encontra inserida. Desta forma, busca agir proativamente em todas as situações que envolvem o aspecto social, participando sempre como apoiadora das festividades regionais e de eventos de cunho filantrópico. Ao mesmo tempo em que utiliza papel oriundo do bagaço de cana de açúcar nas suas atividades diárias, a Empresa busca disseminar entre seus funcionários de forma prática a cultura do bom relacionamento com o meio ambiente, tornando-os propagadores de idéias simples que possibilitam um desenvolvimento sustentável.

Em mais uma atitude original neste sentido, uma grande parte da mobília do escritório foi remodelada, utilizando-se exclusivamente material oriundo de sucata de cruzetas antigas, substituídas como parte da modernização da rede de distribuição. Com ações desta natureza, objetivamos retribuir a confiança depositada na Empresa pela comunidade, observando sempre os preceitos éticos de respeito ao próximo e as leis naturais de preservação do meio do qual vivemos.

Recursos Humanos:

Investimento na área de recursos humanos é de fundamental importância para o crescimento e evolução de uma Empresa. Foi com foco neste pensamento que no decorrer do exercício de 2020 objetivamos continuar enriquecendo nosso capital humano por meio de treinamentos específicos que contribuíram de forma significativa tanto para o aumento da qualidade dos serviços prestados como da satisfação de nossos clientes e dos nossos colaboradores.

Educação:

Com a idéia de continuar investindo cada vez mais na qualificação e capacitação de nossos colaboradores, buscamos manter ações de incentivo ao crescimento profissional tanto por meio do custeio de 1/3 da mensalidade de ensino superior ou profissionalizante, como também por prover condições e recursos necessários para a participação de colaboradores em treinamentos, eventos e congressos.

Plano de Saúde:

A saúde e o bem-estar de nossos colaboradores também tem sido nossa preocupação, por esta razão mantemos com a Cooperativa de Trabalho Médico – UNIMED, um contrato de prestação de serviços de assistência médica hospitalar, proporcionando dessa forma um atendimento médico com qualidade e rapidez. Além disso, procuramos realizar regularmente os exames médicos periódicos necessários para garantir a manutenção da boa saúde.

Seguro de Vida:

Todos os nossos colaboradores possuem cobertura de Seguro de Vida em Grupo efetivado junto Caixa Econômica Federal. Com isso visamos minimizar os danos causados por morte, acidentes ou invalidez.

Tarifa Social de Energia Elétrica:

Tarifa Social de Energia Elétrica - A EFLJC aplica a TSEE para os consumidores enquadrados na Subclasse Residencial Baixa Renda, conforme estabelecido pela Portaria 437, do extinto Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica (DNAEE) e regulamentada pela Lei nº. 10.438 de dezembro de 2002.

Com a aplicação da TSEE, consumidores de menor poder aquisitivo são beneficiados com descontos incidentes sobre a tarifa de energia elétrica, concedidos segundo os critérios estabelecidos na Resolução Normativa nº. 414 de 24/09/2010 da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

Os descontos são aplicados de modo cumulativo, conforme indicado a seguir:

I - para a parcela do consumo de energia elétrica inferior ou igual a 30 (trinta) kWh/mês, o desconto será de 65% (sessenta e cinco por cento);

II - para a parcela do consumo compreendida entre 31 (trinta e um) kWh/mês e 100 (cem) kWh/mês, o desconto será de 40% (quarenta por cento);

III - para a parcela do consumo compreendida entre 101 (cento e um) kWh/mês e 220 (duzentos e vinte) kWh/mês, o desconto será de 10% (dez por cento);

IV - para a parcela do consumo superior a 220 (duzentos e vinte) kWh/mês, não haverá desconto.

A Tarifa base dos descontos já é diferenciada, uma vez que é isenta dos encargos setoriais.

ATSEE é aplicável às unidades consumidoras classificadas na Subclasse Residencial Baixa Renda que atendam as seguintes condições:

I - seus moradores pertençam a uma família inscrita no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal – Cadastro Único, com renda familiar mensal per capita menor ou igual a meio salário mínimo nacional; ou

II - tenham entre seus moradores quem receba o benefício de prestação continuada da assistência social, nos termos dos arts. 20 e 21 da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993. Excepcionalmente, também pode ser beneficiada com a Tarifa Social de Energia Elétrica a unidade consumidora habitada por família inscrita no Cadastro Único e com renda mensal de até 3 (três) salários mínimos, que tenha entre seus membros portador de doença ou patologia cujo tratamento ou procedimento médico pertinente que requeira o uso continuado de aparelhos, equipamentos ou instrumentos para o seu funcionamento. A partir de 2022 esta Regulação será pela Resolução Normativa ANEEL 1000/2021.



| | 2021 | | | 2020 | | |
|--|-----------------|-----------------|---------------|-----------------|-----------------|---------------|
| | R\$ mil | | | R\$ mil | | |
| 1 - Base de cálculo | | | | | | |
| Receita Líquida (RL) | | | | 10.221,58 | | 8.959,36 |
| Lucro Operacional (LO) | | | | 252,96 | | 213,66 |
| Folha de Pagamento Bruta (FPB) | | | | 2.137,76 | | 1.926,33 |
| 2 - Indicadores sociais internos | R\$ mil | FPB | RL | R\$ mil | FPB | RL |
| Alimentação - Auxílio alimentação e outros | 116,63 | 5,46% | 1,14% | 108,32 | 5,62% | 1,21% |
| Encargos sociais compulsórios | 494,13 | 23,11% | 4,83% | 431,89 | 22,42% | 4,82% |
| Entidade de previdência privada | - | - % | - % | - | - % | - % |
| Saúde - Convênio assistencial e outros benefícios | 80,10 | 3,75% | 0,78% | 74,36 | 3,86% | 0,83% |
| Segurança no trabalho - CIPA e exames periódicos | 0,59 | 0,03% | 0,01% | 1,92 | 0,10% | 0,02% |
| Educação - Auxílio educação | 0,62 | 0,03% | 0,01% | 0,50 | 0,03% | 0,01% |
| Capacitação e desenvolvimento profissional | - | - % | - % | - | - % | - % |
| Auxílio creche | - | - % | - % | - | - % | - % |
| Participação nos resultados | 2,80 | 0,13% | 0,03% | 2,80 | 0,15% | 0,03% |
| Incentivo à aposentadoria e demissão voluntária | - | - % | - % | - | - % | - % |
| Vale-transporte | 2,46 | 0,12% | 0,02% | 2,02 | 0,10% | 0,02% |
| Total | 697,33 | 32,62% | 6,82% | 621,81 | 32,28% | 6,94% |
| 3 - Indicadores sociais externos | R\$ mil | LO | RL | R\$ mil | LO | RL |
| Educação - Programa Luz das Letras | - | - % | - % | - | - % | - % |
| Cultura | - | - % | - % | - | - % | - % |
| Saúde e Saneamento - Apoio social aos municípios | - | - % | - % | - | - % | - % |
| Habitação - Reassentamento de famílias | - | - % | - % | - | - % | - % |
| Esporte e lazer | - | - % | - % | - | - % | - % |
| Doações e contribuições | 18,73 | 7,40% | 0,18% | 19,26 | 9,01% | 0,21% |
| Total de contribuições para a sociedade | - | - % | - % | - | - % | - % |
| Tributos - excluídos encargos sociais | 4.192,50 | 1657,39% | 41,02% | 3.880,40 | 1816,16% | 43,31% |
| Total | 4.211,23 | 1664,80% | 41,20% | 3.899,66 | 1825,18% | 43,53% |
| 4 - Indicadores ambientais | R\$ mil | LO | RL | R\$ mil | LO | RL |
| Desapropriações de terras | - | - % | - % | - | - % | - % |
| Estação ecológica - Fauna / Flora | - | - % | - % | - | - % | - % |
| Relacionamento com a operação da empresa | - | - % | - % | - | - % | - % |
| Programa Social de Eletricidade Rural | - | - % | - % | - | - % | - % |
| Rede Compacta ou Linha Verde | - | - % | - % | - | - % | - % |
| Programa de Eletrificação para População Carente (PEE) | - | - % | - % | - | - % | - % |
| Programa de Desenvolvimento Tecnológico e Industrial (P&D) | 2,16 | 0,86% | 0,02% | - | - % | - % |
| Museu Ecológico | - | - % | - % | - | - % | - % |
| Universidade Livre do Meio Ambiente | - | - % | - % | - | - % | - % |
| Programas especiais / Projetos externos | - | - % | - % | - | - % | - % |
| Material de Expediente Ecológico | 2,11 | 0,83% | 0,02% | 1,95 | 0,91% | 0,02% |
| Total | 4,27 | 1,69% | 0,04% | 1,95 | 0,91% | 0,02% |



| | 2021 | 2020 |
|--|----------------|----------------|
| | em unidades | em unidades |
| 5 - Indicadores do corpo funcional | | |
| Empregados no final do período | 15 | 14 |
| Escolaridade dos empregados | | |
| Superior e extensão universitária | 5 | 4 |
| 2o grau | 8 | 8 |
| 1o grau | 2 | 2 |
| Faixa etária dos empregados | | |
| Abaixo de 30 anos | 1 | 2 |
| De 30 até 45 anos (exclusive) | 8 | 6 |
| Acima de 45 anos | 6 | 6 |
| Admissões durante o período | - | - |
| Mulheres que trabalham na empresa | 3 | 3 |
| % de cargos gerenciais ocupados por mulheres em relação ao total de mulheres | - | - |
| % de cargos gerenciais ocupados por mulheres em relação ao total de gerentes | - | - |
| Negros que trabalham na empresa | - | - |
| % de cargos gerenciais ocupados por negros em relação ao total de negros | - | - |
| % de cargos gerenciais ocupados por negros em relação ao total de gerentes | - | - |
| Portadores de deficiência física | - | - |
| Dependentes | 13 | 13 |
| Estagiários | - | - |
| 6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial | 2021 | 2020 |
| | R\$ Mil | R\$ Mil |
| Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa | 12,38 | 13,14 |
| Maior Remuneração | 15,78 | 15,42 |
| Menor Remuneração | 1,27 | 1,17 |
| Acidentes de trabalho | - | - |

31 - Análise Econômica Financeira

31.1 - Informações Gerais

Receita Anual - A Receita Operacional de Distribuição no exercício de 2021 foi de R\$/MIL 10221,58 e no exercício de 2020 foi de 8959,35.

Número de Consumidores - O número de consumidores faturados em dezembro de 2020 foi de 3835, já em 2021 foi de 3853 consumidores.

Despesas com Pessoa - As despesas com pessoal decorrente do Exercício de 2020 foi de R\$/Mil 1926,32 e no Exercício de 2021 foi de R\$/Mil 2137,76.

Despesas Administrativas e Gerais - As Despesas Administrativas e Gerais no Exercício de 2020 foi de R\$/Mil 732,16 e no Exercício de 2021 foi de R\$/Mil 1076,35

Despesas Financeiras - As Despesas Financeiras no exercício de 2020, importaram em R\$/Mil (24,68) e, no Exercício de 2021 foram de R\$/Mil (40,98);

Receitas Financeiras - As Receitas Financeiras no exercício de 2020, importaram em R\$/Mil 149,19 e, no Exercício de 2021 foram de R\$/Mil 195,61.



31.2 - Análise Econômico-Financeira

| COEFICIENTES | | FÓRMULA | UNIDADE | 2021 | 2020 |
|-----------------------------------|---------------------------------------|-------------------------|---------|-------|-------|
| 1. LIQUIDEZ | | | | | |
| | Corrente ou Comum | AC/PC | R\$ | 1,03 | 1,07 |
| | Seca | (AC-E)/PC | R\$ | 1,03 | 1,07 |
| | Absoluta | AD/PC | R\$ | 0,24 | 0,34 |
| | Geral | (AC+RLP)/(PC+ELP) | R\$ | 1,63 | 1,69 |
| 2. LUCRATIVIDADE | | | | | |
| | Bruta s/ Vendas | (LB/VB) x 100 | % | 2,45 | 2,42 |
| | Operacional s/ Vendas | (LO/VB) x 100 | % | 1,52 | 1,53 |
| | Líquida s/ Vendas | (LL/VB) x 100 | % | 0,02 | 0,02 |
| | Líquida s/ Capital | (LL/CS) x 100 | % | 0,25 | 0,25 |
| | Líquida s/ Patrimônio Líquido | (LL/PL) x 100 | % | 11,42 | 12,09 |
| 3. RENTABILIDADE | | | | | |
| | Retorno Líquido s/ Investimentos | (LL/AT) x 100 | % | 4,42 | 4,93 |
| 4. ENDIVIDAMENTO | | | | | |
| | Recursos de terceiros no Investimento | [(PC+ELP-ADC)/AT] x 100 | % | 61,26 | 59,22 |
| | Recursos Próprios no Investimento | [(PL+REF+ADC)/AT] x 100 | % | 38,74 | 40,78 |
| 5. INVESTIMENTOS | | | | | |
| | Capital Fixo Aplicado | (AP/AT) x 100 | % | - | - |
| | Capital de Risco Aplicado | [(AC+RLP)/AT] x 100 | % | 56,64 | 57,60 |
| 6. GARANTIAS | | | | | |
| | Reais s/ Capital | (IM/CS) x 100 | % | - | - |
| | Totais s/ Capital | (AP/CS) x 100 | % | - | - |
| 7. CAPITAL DE GIRO PRÓPRIO | | | | | |
| | | (AC-PC)/1.000 | R\$ | 0,10 | 0,20 |

DADOS BÁSICOS E SIGLAS PARA ANÁLISE ACIMA

| | | | |
|-----|--------------------------|-----|-------------------------|
| AC | ATIVO CIRCULANTE | PC | PASSIVO CIRCULANTE |
| AD | ATIVO DISPONÍVEL | ELP | EXIGÍVEL A LONGO PRAZO |
| E | ESTOQUE | REF | RESULT.EXERC. FUTUROS |
| RLP | REALIZÁVEL A LONGO PRAZO | PL | PATRIMÔNIO LÍQUIDO |
| AP | ATIVO PERMANENTE | CS | CAPITAL INTEGRALIZADO |
| AT | ATIVO TOTAL | ADC | ADTO.P/AUMENTO CAPITAL |
| IM | IMOBILIZADO EM SERVIÇO | VB | VENDAS BRUTAS |
| LB | LUCRO BRUTO | DEP | DESP. EQUIV. PATRIMONAL |
| LO | LUCRO OPERACIONAL | REP | RECEITAS EQUIV. PATRIM. |
| LL | LUCRO LÍQUIDO | DD | DESP. DEPRECIAÇÃO |
| CMB | CORR. MONET. BALANÇO | LE | LL+DEP+REP+DD+/-CMB |

Os cálculos dos coeficientes acima estão elaborados de acordo com fórmulas padrão de finanças e análise financeira.



32 - Créditos e Débitos Fiscais

Encerramos o exercício somente controlando os impostos antecipados e compensáveis na declaração. Com relação ao ICMS, controlamos a parcela compensável em 48 avos sobre bens imobilizados, no Curto e no Não Circulante, onde podemos destacar seu saldo, conforme segue:

| | 2021 | | 2020 | |
|-----------------------|--------------|--------------|-------------|--------------|
| | CP | LP | CP | LP |
| ICMS SOBRE AIS | 14,23 | 18,93 | 6,62 | 10,66 |

Demais impostos antecipados para futura compensação

| | | |
|--------------|-------------|--------------|
| IR | 3,05 | 48,65 |
| CSLL | 1,99 | 16,56 |
| PIS | 0,54 | 2,55 |
| COFINS | 2,64 | 16,75 |
| ICMS | 0,78 | 0,78 |
| Total | 9,00 | 85,29 |

Em nosso Passivo somente consta os vincendos, conforme segue:

| | | |
|------------------------------------|---------------|---------------|
| IR | 23,41 | 0,00 |
| CSLL | 13,16 | 0,00 |
| PIS | 10,84 | 12,83 |
| COFINS | 49,93 | 59,09 |
| ICMS | 502,80 | 441,46 |
| ISS | 0,24 | 0,18 |
| INSS | 69,50 | 62,11 |
| FGTS | 22,24 | 19,84 |
| IRPF | 0,26 | 0,16 |
| PIS/COFINS/CSLL | 0,85 | 0,57 |
| PARCELAMENTO DE ICMS A CURTO PRAZO | 156,55 | 150,40 |
| Total | 849,77 | 746,64 |



33 - Informações de Natureza Social e Ambiental

Apesar da João Cesa ter seu atendimento quase que totalmente em zona urbana, ao instalar Linhas e Redes, procura sempre evitar degradação de árvores e do meio ambiente, usando sempre que possível redes multiplexadas. Adicionalmente, editamos anualmente o Relatório Social, presente neste balanço como "Nota Explicativa", afim de disponibilizar e demonstrar as ações efetuadas por nossa Empresa e, através dele, poder planejar novas ações para o exercício que se inicia. Informamos, também, não possuir Passivo Ambiental em 2020 e 2021.

34 - Energia Livre

No Exercício de 2020 e 2021 a Empresa Força e Luz João Cesa não operou compra de energia no Mercado Livre de Energia. Como agente ativo na CCEE conectou 1 Acessante Consumidor Livre Especial durante esse exercício.

35 - ICMS sob Subvenção Baixa Renda

O Estado de Santa Catarina, por meio do RIC/ICMS - Anexo 2 - Benefícios Fiscais, em seu capítulo 1, seção 1, Artigo 1º inciso XXIII, que se refere à Tributação do ICMS sob a subvenção concedida pela União aos Consumidores Residenciais Baixa Renda, determina que dentro do Estado de Santa Catarina não haja incidência de tal tributo sobre a parcela da Subvenção concedida a esta classe de consumidores.

36 - Diferimento de Tarifa (Reajustes Tarifários)

Durante IRT 2021, A Empresa Força e Luz João Cesa solicitou um diferimento de R\$/Mil (100,00) em seu Reajuste Tarifário afim de contribuir para que o Consumidor final tivesse uma Tarifa de Energia Elétrica mais módica e acessível. Tal ação fora tomada após diversos estudos comprobatórios, que demonstravam que tal diferimento poderia ser absorvido, via ações administrativas pela Concessionária. A reversão de tal diferimento será discutida na ocasião do próximo IRT (2022), e, comunicamos o sucesso administrativo que permitiu que a diminuição orçamentária não influenciasse no equilíbrio econômico-financeiro, bem como nos indicadores de qualidade e continuidade.

No reajuste (IRT 2020), não houve diferimento de Tarifa na Empresa Força e Luz João Cesa Ltda.

37 - Revisão Tarifária Periódica – Terceiro Ciclo - Fato Relevante

Em 24/08/2021 nossa Empresa encerrou o seu Quinto Ciclo de Revisão Tarifária Periódica. Tal resultado foi homologado através da Resolução Homologatória ANEEL N no 2.923, de 24/08/2021, que entrou em vigor em 29/08/2021. O índice de reposicionamento foi: 9,76% referente à Parcela A + Parcela B, e de 2,14% quanto aos "componentes financeiros".

Gerando assim um reposicionamento de 11,90% (A+B+Componentes Financeiros). O Componente Pd e T do Fator X foi fixado em (2,61)%. O Nível Regulatório de Perdas de Energia Elétrica a ser adotado nos reajustes tarifários de 2021 a 2026 foi definido em 4,055% para as perdas técnicas sobre a energia injetada e 0,722% para as perdas não técnicas sobre o mercado faturado de baixa tensão.

Essa revisão já foi devidamente reajustada durante 2020, como pode se observar na Nota 40.

38- Ganhos Contingentes

A João Cesa não obteve nenhum ganho contingente durante os Exercícios de 2020 e 2021.



39 - Investimento Remunerável

O Investimento Remunerável, também denominado de Base de Remuneração, constituído pelo Ativo Imobilizado em Serviço – AIS e Almojarifado de Operação, deduzido do saldo das Obrigações Vinculadas ao Serviço Público de Energia Elétrica (Obrigações Especiais), sobre o qual foi calculada a remuneração, bem como o AIS que gerou a cota de depreciação, que fazem parte da Parcela “B” da Receita Requerida – RR da Concessionária, homologada pela Resolução Homologatória ANEEL N no 2.923, de 29/08/2021, e formada conforme segue:

| | REAJUSTE |
|---|-----------------|
| Componentes do Investimento Remunerável | 08/21 |
| a) Ativo Imobilizado em Serviço Bruto | 5.148,11 |
| b) (-) Depreciação Acumulada | (2.315,51) |
| c) (-) Obrigações Vinculadas ao SPEE | (251,12) |
| d) = Ativo Imobilizado em Serviço Líquido | 2.581,49 |
| e) (+) Almojarifado | 12,90 |
| f) = Investimento Remunerável (B. Remuneração) | 2.832,61 |
| g) Remuneração Obrigações Especiais | (9,14) |
| h) = Investimento total Remunerável na tarifa | 2.823,47 |
| i) Bens 100% depreciados | 837,32 |
| j) Variação do IPCA (líquido fator X) | |
| k) Cota de Depreciação – Taxa média Anual 3,84% | 153,37 |



40 - Reajuste Tarifário

Nos meses de janeiro à julho/2021, nossa tarifa foi norteada pela Resolução Homologatória ANEEL No. 2.761/2020. No dia 24/08/2021 foi publicada nossa Tarifa para o ciclo 2021/2022, com vigência a partir de 29/08/2021, através da Resolução Homologatória ANEEL No. 2.923/2021.

A presente Resolução, atualizou a nossa "Parcela B" que havia sido fixada no último ciclo de Revisão Tarifária Periódica, conforme determinado pelo PRORET sub módulo 2.2, aprovado pela REN 660 de 28/04/2015.

Já com relação à Parcela A, absorveu o aumento de nossa Energia Comprada, bem como toda a carga tributária e os Encargos Setoriais determinados à nossa Empresa.

O reajuste real total foi de 11,90%, porém, gerou aos consumidores um efeito médio de 12,86%. Este reajuste vigorará até 28/08/2022.

41 - Fusões, Cisões e Incorporações

O Capital Social da Empresa Força e Luz João Cesa, é totalmente originado da integralização realizada por seus sócios cotistas, não havendo nenhum tipo de Fusão, Cisão, ou incorporação a ser relatada.

42 - Provisão para Ajuste a Valor de Recuperação de Ativos

Nos exercícios de 2021 e 2020 não houveram necessidade da contabilização da Provisão para Ajuste a Valor de Recuperação de Ativos, uma vez que, sendo todos os bens da EFLJCL vinculados à seu serviço Concedido, todos são periodicamente avaliados conforme determinação do Órgão Regulador. Em nosso último laudo de avaliação, o resultado apresentado foi superior ao Ativo Contabilizado. AANEEL, no exercício de 2011, determinou o reconhecimento contábil desta atualização, na forma de Reavaliação Regulatória Compulsória, e, determinou sua complementação através dos Laudos de Avaliação aprovados nas Revisões Tarifárias Periódica de 2016 e 2021.

43 - Nota Explicativa Conciliação LAJIDA/EBTIDA

Na composição da formação do saldo de R\$/Mil 523,94 da LAJIDA/EBTIDA/SOCIETÁRIO do exercício contábil de 2021, foram utilizados as seguintes contas:

| | 2021 | 2020 |
|---|---------------|---------------|
| Lucro/Prejuízo Líquido | 260,20 | 252,95 |
| Juros sobre Empréstimos e Financiamentos | 0,04 | 0,46 |
| Impostos (Imposto de Renda e Contribuição Social sobre Lucro) | 147,39 | 85,22 |
| Depreciação e Amortização | 116,32 | 119,08 |
| | 523,94 | 457,70 |



44 - Balanço Patrimonial Fiscal

Conforme Artigo 10 da Instrução Normativa 1397/2013, segue abaixo a Demonstração Contábil Fiscal - Balanço Patrimonial Fiscal, composto do quadro do Ativo Fiscal, Passivo Fiscal, DREF - Demonstração de Resultado do Exercício Fiscal e DMPLR - Demonstração da Mutação do Patrimônio Líquido Fiscal.

BALANÇO PATRIMONIAL FISCAL 2021

| Descri o | Regulatório | Ajustes REG/SOC | Societário | Ajustes SOC/FIS | Fiscal |
|--|-----------------|--------------------|-----------------|--------------------|-----------------|
| Ativos | | | | | |
| Ativo circulante | 3.332,45 | - | 3.332,45 | - | 3.332,45 |
| Caixa e equivalentes de caixa | 790,56 | - | 790,56 | - | 790,56 |
| Consumidores | 1.686,18 | - | 1.686,18 | - | 1.686,18 |
| Concessionárias e permissionárias | - | - | - | - | - |
| Serviços em curso | 2,16 | - | 2,16 | - | 2,16 |
| Tributos compensáveis | 23,23 | - | 23,23 | - | 23,23 |
| Depósitos judiciais e cau es | - | - | - | - | - |
| Almoxarifado operacional | 15,51 | - | 15,51 | - | 15,51 |
| Investimentos temporários | - | - | - | - | - |
| Empréstimos | - | - | - | - | - |
| Ativos financeiros setoriais | 476,14 | - | 476,14 | - | 476,14 |
| Despesas pagas antecipadamente | 52,86 | - | 52,86 | - | 52,86 |
| Ativos de opera o descontinuada e bens destinados à aliena o | - | - | - | - | - |
| Instrumentos financeiros derivativos | - | - | - | - | - |
| Outros ativos circulantes | 285,81 | - | 285,81 | - | 285,81 |
| Ativo não circulante | 4.692,74 | (2.142,10) | 2.550,64 | - | 2.550,64 |
| Consumidores | - | - | - | - | - |
| Concessionárias e permissionárias | - | - | - | - | - |
| Serviços em curso | - | - | - | - | - |
| Tributos compensáveis | 18,93 | - | 18,93 | - | 18,93 |
| Depósitos judiciais e cau es | 3,37 | - | 3,37 | - | 3,37 |
| Investimentos temporários | 8,12 | - | 8,12 | - | 8,12 |
| Empréstimos | - | - | - | - | - |
| Tributos diferidos | - | - | - | - | - |
| Ativos financeiros setoriais | - | - | - | - | - |
| Despesas pagas antecipadamente | - | - | - | - | - |
| Bens e direitos para uso futuro | - | - | - | - | - |
| Instrumentos financeiros derivativos | - | - | - | - | - |
| Outros ativos não circulantes | - | 133,70 | 133,70 | (133,70) | - |
| Bens e atividades não vinculadas à concessão do Serviço Público de Energia Elétrica | - | - | - | - | - |
| Imobilizado | 4.573,75 | (4.573,75) | - | 2.436,60 | 2.436,60 |
| Intangível | 88,56 | 2.297,96 | 2.386,53 | (2.302,90) | 83,62 |
| Total do ativo | 8.025,18 | (2.142,10) | 5.883,09 | - | 5.883,09 |



| Passivo | Regulatório | Ajustes | | Ajustes | |
|--|-----------------|-------------------|-----------------|---------------|-----------------|
| | | REG/SOC | Societário | SOC/FIS | Fiscal |
| Passivo circulante | 3.234,50 | - | 3.234,50 | - | 3.234,50 |
| Fornecedores | 1.029,41 | - | 1.029,41 | - | 1.029,41 |
| Empréstimos, financiamentos e debêntures | 77,09 | - | 77,09 | - | 77,09 |
| Obrigações sociais e trabalhistas | 178,89 | - | 178,89 | - | 178,89 |
| Benefício pós-emprego | - | - | - | - | - |
| Tributos | 849,77 | - | 849,77 | - | 849,77 |
| Provisão para litígios | 190,62 | - | 190,62 | - | 190,62 |
| Dividendos declarados e juros sobre capital próprio | - | - | - | - | - |
| Encargos setoriais | 519,01 | - | 519,01 | - | 519,01 |
| Provisão para descomissionamento | - | - | - | - | - |
| Passivos financeiros setoriais | 239,48 | - | 239,48 | - | 239,48 |
| Provisão para uso do bem público | - | - | - | - | - |
| Passivos de operações descontinuadas | - | - | - | - | - |
| Instrumentos financeiros derivativos | - | - | - | - | - |
| Obrigações com associados | - | - | - | - | - |
| Outros passivos circulantes | 150,23 | - | 150,23 | - | 150,23 |
| Passivo não circulante | 403,06 | (33,41) | 369,65 | - | 369,65 |
| Fornecedores | - | - | - | - | - |
| Empréstimos, financiamentos e debêntures | - | - | - | - | - |
| Benefício pós-emprego | - | - | - | - | - |
| Tributos | - | - | - | - | - |
| Provisão para litígios | - | - | - | - | - |
| Encargos setoriais | - | - | - | - | - |
| Provisão para descomissionamento | - | - | - | - | - |
| Tributos diferidos | - | - | - | - | - |
| Passivos financeiros setoriais | 21,65 | - | 21,65 | - | 21,65 |
| Provisão para uso do bem público | - | - | - | - | - |
| Instrumentos financeiros derivativos | - | - | - | - | - |
| Obrigações com associados | - | - | - | - | - |
| Outros passivos não circulantes | - | - | - | - | - |
| Obrigações vinculadas à concessão do Serviço Público de Energia Elétrica | 381,41 | (33,41) | 348,00 | - | 348,00 |
| Total do passivo | 3.637,56 | (33,41) | 3.604,15 | - | 3.604,15 |
| Patrimônio líquido | | | | | |
| Capital social | 1.022,73 | - | 1.022,73 | - | 1.022,73 |
| Reservas de capital | (362,82) | 350,16 | (12,66) | 99,81 | 87,15 |
| Outros resultados abrangentes | 2.108,69 | (2.108,69) | - | - | - |
| Reservas de lucros | - | - | - | - | - |
| Recursos destinados a aumento de capital | - | - | - | - | - |
| Lucros ou Prejuízos Acumulados | 1.619,03 | (350,16) | 1.268,87 | (99,81) | 1.169,06 |
| (-) Ações Próprias em Tesouraria | - | - | - | - | - |
| Proposta para distribuição de dividendos adicionais | - | - | - | - | - |
| Participação de Não Controladores | - | - | - | - | - |
| Reserva de sobras | - | - | - | - | - |
| Sobras à disposição da Assembleia | - | - | - | - | - |
| Perdas não cobertas pelos cooperados | - | - | - | - | - |
| Participação de não controladores | - | - | - | - | - |
| Total do patrimônio líquido | 4.387,63 | (2.108,69) | 2.278,94 | (0,00) | 2.278,94 |
| Total do passivo e do patrimônio líquido | 8.025,18 | (2.142,10) | 5.883,09 | (0,00) | 5.883,09 |



DEMONSTRAÇÃO FISCAL DO RESULTADO DO EXERCÍCIO 2021

| | Nota | Regulatório | Ajustes REG/SOC | Societário | Ajustes SOC/FIS | Fiscal |
|---|------|-------------------|--------------------|-------------------|--------------------|-------------------|
| Operações em continuidade | | | | | | |
| Receita / Ingresso | | 16.451,00 | 209,45 | 16.660,45 | (209,45) | 16.451,00 |
| Fornecimento de energia elétrica | | 8.440,19 | - | 8.440,19 | - | 8.440,19 |
| (-) Transferências | | - | - | - | - | - |
| Suprimento de energia elétrica | | - | - | - | - | - |
| Energia Elétrica de Curto Prazo | | - | - | - | - | - |
| Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição | | 7.176,23 | - | 7.176,23 | - | 7.176,23 |
| Ativos e Passivos Financeiros Setoriais | | 243,34 | - | 243,34 | - | 243,34 |
| Serviços cobráveis | | 22,38 | - | 22,38 | - | 22,38 |
| Doações, contribuições e subvenções vinculadas ao serviço concedido | | 568,86 | - | 568,86 | - | 568,86 |
| Outras receitas vinculadas | | - | 209,45 | 209,45 | (209,45) | - |
| Tributos | | (4.183,12) | - | (4.183,12) | - | (4.183,12) |
| ICMS | | (3.421,67) | - | (3.421,67) | - | (3.421,67) |
| PIS-PASEP | | (136,81) | - | (136,81) | - | (136,81) |
| Cofins | | (624,64) | - | (624,64) | - | (624,64) |
| ISS | | - | - | - | - | - |
| Encargos - Parcela "A" | | (2.255,75) | - | (2.255,75) | - | (2.255,75) |
| Pesquisa e Desenvolvimento - P&D | | (50,12) | - | (50,12) | - | (50,12) |
| Conta de Desenvolvimento Econômico - CDE | | (50,12) | - | (50,12) | - | (50,12) |
| Programa de Eficiência Energética – PEE | | (1.120,49) | - | (1.120,49) | - | (1.120,49) |
| Taxa de fiscalização | | (15,33) | - | (15,33) | - | (15,33) |
| Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH | | - | - | - | - | - |
| Outros encargos | | (1.019,68) | - | (1.019,68) | - | (1.019,68) |
| Receita líquida / Ingresso líquido | | 10.012,14 | 209,45 | 10.221,58 | (209,45) | 10.012,14 |
| Custos não gerenciáveis - Parcela "A" | | (6.989,86) | - | (6.989,86) | - | (6.989,86) |
| Energia elétrica comprada para revenda | | (6.811,16) | - | (6.811,16) | - | (6.811,16) |
| Energia elétrica comprada para revenda – Proinfa | | (178,70) | - | (178,70) | - | (178,70) |
| Encargo de uso do sistema de transmissão e distribuição | | - | - | - | - | - |
| Encargos e Demais Despesas Setoriais | | - | - | - | - | - |
| Matéria-prima / Insumo para geração de energia elétrica Combustíveis | | - | - | - | - | - |
| Resultado antes dos custos gerenciáveis | | 3.022,28 | 209,45 | 3.231,73 | (209,45) | 3.022,28 |
| Custos gerenciáveis - Parcela "B" | | (2.836,25) | (142,52) | (2.978,77) | 305,95 | (2.672,82) |
| Pessoal e administradores (inclui 399,19 de remuneração a administradores) | | (2.137,76) | - | (2.137,76) | - | (2.137,76) |
| Entidade de previdência privada | | - | - | - | - | - |
| Material | | (139,00) | - | (139,00) | - | (139,00) |
| Serviços de terceiros | | (350,95) | - | (350,95) | - | (350,95) |
| Arrendamento e aluguéis | | - | - | - | - | - |
| Seguros | | (2,49) | - | (2,49) | - | (2,49) |
| Doações, contribuições e subvenções | | (18,73) | - | (18,73) | - | (18,73) |
| Provisões | | (124,04) | - | (124,04) | 124,04 | - |
| (-) Recuperação de despesas | | 18,93 | - | 18,93 | - | 18,93 |
| Tributos | | (9,38) | - | (9,38) | - | (9,38) |
| Depreciação e amortização | | (183,25) | 66,93 | (116,32) | - | (116,32) |
| Gastos diversos da atividade vinculada | | (124,93) | - | (124,93) | 0,26 | (124,67) |
| Despesas de Construção | | - | (209,45) | (209,45) | 209,45 | - |
| Outras Receitas Operacionais | | 276,42 | - | 276,42 | - | 276,42 |
| Outras Gastos Operacionais | | (41,08) | - | (41,08) | (27,79) | (68,87) |



| | Nota | Regulatório | Ajustes REG/SOC | Societário | Ajustes SOC/FIS | Fiscal |
|--|------|---------------|--------------------|---------------|--------------------|---------------|
| Resultado da Atividade | | 186,03 | 66,93 | 252,96 | 96,50 | 349,46 |
| Equivalência patrimonial | | - | - | - | - | - |
| Resultado Financeiro | | 154,63 | - | 154,63 | - | 154,63 |
| Despesas financeiras | | (40,98) | - | (40,98) | - | (40,98) |
| Receitas financeiras | | 195,61 | - | 195,61 | - | 195,61 |
| Lucro antes dos impostos sobre o lucro | | 340,66 | 66,93 | 407,59 | 96,50 | 504,09 |
| Despesa com impostos sobre os lucros | | (147,39) | - | (147,39) | - | (147,39) |
| Resultado líquido das operações em continuidade | | 193,27 | 66,93 | 260,20 | 96,50 | 356,70 |
| Operações descontinuadas | | | | | | |
| Lucro (prejuízo) após o imposto do exercício resultante de operações descontinuadas | | - | - | - | - | - |
| Resultado líquido do exercício | | 193,27 | 66,93 | 260,20 | 96,50 | 356,70 |
| Atribuível aos: | | | | | | |
| Acionistas controladores | | 152,22 | 52,71 | 204,93 | 76,01 | 280,94 |
| Acionistas não controladores | | 41,05 | 14,22 | 55,27 | 20,50 | 75,76 |
| Lucro por ação | | 0,19 | 0,07 | 0,25 | 0,09 | 0,35 |
| básico - lucro do exercício atribuível a acionistas controladores detentores de ações ordinárias | | 0,19 | 0,07 | 0,25 | 0,09 | 0,35 |
| diluído - lucro do exercício atribuível a acionistas controladores detentores de ações ordinárias | | - | - | - | - | - |
| Lucro por ação originado das operações em continuidade | | | | | | |
| básico - lucro de operações continuadas atribuíveis a acionistas controladores detentores de ações ordinárias | | - | - | - | - | - |
| diluído - lucro de operações continuadas atribuíveis a acionistas controladores detentores de ações ordinárias | | - | - | - | - | - |

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido Fiscal 2021

| | Capital Social | Reservas de capital | Outros Resultados Abrangentes | Reservas de lucros | Lucros (prejuízos) acumulados | "Recursos destinados a aumento de capital" | Total |
|--|-----------------|---------------------|-------------------------------|--------------------|-------------------------------|--|-----------------|
| Saldo em 31 de dezembro de 2019 | 1.022,73 | 99,83 | - | - | 838,84 | - | 1.961,40 |
| Aumento de capital social | - | - | - | - | - | - | - |
| Remuneração das imobilizações em curso | - | - | - | - | - | - | - |
| Realização de reservas | - | - | - | - | - | - | - |
| Lucro líquido (prejuízo) do exercício | - | - | - | - | 252,95 | - | 252,95 |
| Destinação proposta à A.G.O.: | - | - | - | - | - | - | - |
| Reserva legal | - | - | - | - | - | - | - |
| Juros sobre o capital próprio | - | - | - | - | - | - | - |
| Dividendo | - | - | - | - | (122,80) | - | (122,80) |
| Reserva para investimentos | - | - | - | - | - | - | - |
| Reavaliação Regulatória Compulsoria de Imobilizado - VNR | - | - | - | - | - | - | - |
| Efeitos IFRS | - | - | - | - | - | - | - |
| Efeitos Fiscais | - | - | - | - | - | - | - |
| Saldo em 31 de dezembro de 2020 | 1.022,73 | 99,83 | - | - | 968,98 | - | 2.091,54 |
| Aumento de capital social | - | - | - | - | - | - | - |
| Remuneração das imobilizações em curso | - | - | - | - | - | - | - |
| Realização de reservas | - | - | - | - | - | - | - |
| Lucro líquido (prejuízo) do exercício | - | - | - | - | 260,20 | - | 260,20 |
| Destinação proposta à A.G.O.: | - | - | - | - | - | - | - |
| Reserva legal | - | - | - | - | - | - | - |
| Juros sobre o capital próprio | - | - | - | - | - | - | - |
| Dividendo | - | - | - | - | (72,80) | - | (72,80) |
| Reserva para investimentos | - | - | - | - | - | - | - |
| Reavaliação Regulatória Compulsoria de Imobilizado - VNR | - | - | - | - | - | - | - |
| Efeitos IFRS | - | (12,68) | - | - | 12,68 | - | - |
| Efeitos Fiscais | - | - | - | - | - | - | - |
| Saldo em 31 de dezembro de 2021 | 1.022,73 | 87,15 | - | - | 1.169,06 | - | 2.278,94 |



45 - Quotas da CDE repassadas as distribuidoras e reembolsadas pela Eletrobras

Conforme programa governamental instalado após a edição da MP 579/2012 e publicação da RTE, a EFLJCL realizou e recebeu os subsídios abaixo descritos, apresentando, em dezembro/2021 o saldo de R\$/Mil 116,41.

| | 2020 | 2021 | | | "A receber/ A pagar" |
|--|-----------------------|---------------|-----------------|---------------|-------------------------|
| | A receber/ A pagar | Realizado | Recebido | Prescrições | |
| SUBVENÇÃO CARGA CONSUMIDORES LIVRES- ESPECIAIS | 51,88 | 440,03 | (412,48) | 0,01 | 79,44 |
| SUBVENÇÃO CDE - DESCONTOS REGULATORIOS | 0,43 | 1,31 | (1,40) | - | 0,34 |
| DIFERENÇA MENSAL DE RECEITA - DMR (RESIDENCIAL BX. RENDA) | 27,84 | 126,80 | (109,20) | (9,39) | 36,04 |
| SUBVENÇÃO - SERVIÇO PUBLICO | 0,43 | 0,73 | (0,57) | - | 0,58 |
| TOTAL | 80,58 | 568,86 | (523,65) | (9,38) | 116,41 |

46 - Datas de Formação das Obrigações Especiais

Conforme determinação da SFF/ANEEL, detalhamos abaixo os saldos das Obrigações Vinculadas ao Serviço Público de Energia Elétrica, por data de formação, compondo sua respectiva depreciação acumulada.

| Conta | Descrição | 2020 | Movimentação | 2021 |
|-----------------------|---|-----------------|---------------------|-----------------|
| 2223.3.01.02.00.0.001 | Participação Financeira do Consumidor - Até Dez/2015 | (7,97) | - | (7,97) |
| | Sub total | (7,97) | - | (7,97) |
| 2223.3.01.05.00.0.001 | Software - Neo Domino -P&D - Projeto Localização de Faltas - Até Dez/2015 | (41,48) | - | (41,48) |
| 2223.3.01.05.00.0.002 | Software - Projeto Localização de Faltas - Dez/2021 | - | (85,04) | (85,04) |
| | Sub total | (41,48) | (85,04) | (126,52) |
| 2223.3.01.99.00.0.002 | Receita de Excedente de Reativo- Mar/2016 | (69,37) | - | (69,37) |
| 2223.3.01.99.00.0.003 | Receita de Ultrapassagem de Demanda - Mar/2016 | (42,87) | - | (42,87) |
| 2223.3.01.99.00.0.004 | Receita de Excedente de Reativo - Ciclo 2016/2021 | - | (61,22) | (61,22) |
| 2223.3.01.99.00.0.005 | Receita de Ultrapassagem de Demanda - Ciclo 2016/2021 | - | (64,78) | (64,78) |
| | Sub total | (112,24) | (126,01) | (238,25) |
| 2223.3.01 | Total | (161,69) | (211,05) | (372,74) |
| | | 2020 | Movimentação | 2021 |
| 2223.3.02.02.00.0.001 | (-) Depreciação Participação Financeira Consumidor - Até Dez/2015 | 4,11 | 0,27 | 4,38 |
| | Sub total | 4,11 | 0,27 | 4,38 |
| 2223.3.02.05.00.0.001 | (-) D.A - Software - P&D - Neo Domino - Até Dez/2015 | 10,53 | 1,40 | 11,93 |
| 2223.3.02.05.00.0.003 | (-) D.A Projeto P&D - Localização de Perdas - Dez/2021 | - | 0,27 | 0,27 |
| | Sub total | 10,53 | 1,67 | 12,20 |
| 2223.3.02.99.00.0.002 | (-) DA - Receita de Excedente de Reativo- Mar/2016 | - | 14,16 | 14,16 |
| 2223.3.02.99.00.0.003 | (-) DA - Receita de Ultrapassagem de Demanda - Mar/2016 | - | 8,75 | 8,75 |
| 2223.3.02.99.00.0.004 | (-) DA - Receita de Excedente de Reativo - Ciclo 2016/2021 | - | 0,72 | 0,72 |
| 2223.3.02.99.00.0.005 | (-) DA - Receita de Ultrapassagem de Demanda - Ciclo 2016/2021 | - | 0,76 | 0,76 |
| | Sub total | - | 24,39 | 24,39 |
| 2223.3.02 | Total | 14,63 | 26,33 | 40,97 |



47 - EFEITOS COVID 19 (CONTA COVID)

Efeitos Sub Classe Baixa Renda

Conforme determinado pela Resolução Normativa nº 878, de 24 de março de 2020, revogada pela RESOLUÇÃO NORMATIVA ANEEL Nº 928, DE 26 DE MARÇO DE 2021, durante o exercício de 2021, Unidades Consumidoras classificadas como Residencial Baixa Renda não poderiam ter seu fornecimento de Energia Elétrica suspenso, devido a inadimplência quanto suas faturas.

Nossa concessionária repassou esse benefício aos consumidores amparados por tal Normativa.

Conforme cronograma deliberado pela RES 928/2021, as Distribuidoras deveriam voltar a suspender o fornecimento de Energia Elétrica junto a classe Residencial Baixa Renda, no mês de Outubro de 2021.

A seguir, apresentamos o impacto dessa medida:

| | |
|--|---------------|
| Total consumidores* | 3853 |
| Qtd de consumidores Residencial baixa renda* | 353 |
| Qtd de Consumidores Sub Classe Residencial Baixa Renda, inadimplente* | 64 |
| % de consumidores Baixa Renda Beneficiados com a ação* | 18,13% |

*Posição out/21, mês do reinício da suspensão.



48– Formação Básica das Notas Explicativas

As Notas Explicativas da Administração, parte integrante destas Demonstrações Contábeis, foram redigidas obedecendo rigorosamente à Legislação pertinente e teve autorização para a sua divulgação em 26/04/2021 pela Diretoria Executiva conforme o Contrato Social da Empresa, não podendo os senhores sócios proceder nenhuma alteração após sua divulgação. As bases para a elaboração obedeceram aos Princípios Contábeis aplicados no Brasil, às Políticas Contábeis específicas para o Setor Elétrico e estão todas apresentadas em R\$ Reais/Mil com duas casas decimais.

Edson de Silvestre
Diretor Administrativo
CPF nº 024.589.159-57

Sednir Cesa
Diretor Financeiro
CPF nº 298.507.039-20

Ian Iazzaris Borges
Contador - CRC nº SC-039796/O-9
CPF: 063.598.819-42

AUDICONSULT
AUDICONSULT Auditores S/S

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ilmos. Srs. Diretores da
EMPRESA FORÇA E LUZ JOÃO CESA LTDA
Siderópolis - SC

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da **EMPRESA FORÇA E LUZ JOÃO CESA LTDA**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **EMPRESA FORÇA E LUZ JOÃO CESA LTDA**, em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para Opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à **EMPRESA FORÇA E LUZ JOÃO CESA LTDA**, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração da **EMPRESA FORÇA E LUZ JOÃO CESA LTDA**, é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas Demonstrações Contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como apropriados e necessários para permitir a elaboração de Demonstrações Contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis.

Os responsáveis pela governança da **EMPRESA FORÇA E LUZ JOÃO CESA LTDA** são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

AUDICONSULT
AUDICONSULT Auditores S/S

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

São José (SC), 11 de março de 2022.

HERMENEGILDO JOAO
VANONI:29601045953

Assinado de forma digital por
HERMENEGILDO JOAO VANONI:29601045953
Dados: 2022.04.25 11:13:39 -03'00'

Hermenegildo João Vanoni

Sócio Responsável – Contador–CRC-SC 14.874/O-7 SC

AUDICONSULT Auditores S/S

CRC-SC 4.012 SC



João Cesa

Energia para a vida

2021

Relatório Anual
(Rugulatório)





Relatório da Administração Regulatório

Senhoras e Senhores Acionistas,

Apresentamos a seguir, relatório das principais atividades no exercício de 2021, em conjunto com as Demonstrações Contábeis Societárias elaboradas de acordo com a legislação societária brasileira e com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, os quais consideramos importantes para divulgar o desempenho da Empresa Força e Luz João Cesa Ltda para a sociedade, parceiros, investidores e consumidores.



Carta da Diretoria

Sras. e Srs. Sócios Cotistas:

Ao longo de mais de 70 anos desde a fundação da Empresa, procuramos sempre exercer com dedicação nossa vocação em servir. Com esta sinergia, demonstraremos neste relatório do exercício de 2020 a publicação de prestação de contas aos Senhores Sócios, à Agência Reguladora e demais interessados. Progredimos com a organização em vários seguimentos: investimos na contratação de novos talentos e na retenção dos existentes; elevamos o faturamento; expandimos nossa base de clientes, nossa rede de energia e cobertura de nossa área de concessão; inovamos o portfólio de serviços em nosso site com o objetivo de surpreender nossos clientes e garantir plena satisfação; investimos em novos programas de qualidade e na melhoria da rede de energia elétrica, visando um processo de gestão integrada com inovação contínua e, como resultado, nossas certificações atestam esse esforço!

Nosso negócio está baseado no compromisso de desempenho com integridade. Esta é a herança sobre a qual nossa Empresa foi construída e é a base sobre a qual continuaremos a ampliar nosso negócio no município de Siderópolis. Devemos manter os mais elevados padrões de conduta ética em todas as atividades e em todos os locais em que realizemos manutenção. Agindo dessa maneira, continuaremos a conquistar a confiança de nossos clientes, parceiros de negócios e comunidades, que nos ajudarão no progresso da Empresa.

O nosso sucesso está relacionado ao foco no cliente e em nossos colaboradores - principal patrimônio da Empresa Força e Luz João Cesa LTDA. Promovemos excelência operacional e cuidamos do capital humano, promovendo um ambiente de trabalho saudável e motivador para cada um dos nossos colaboradores. Coroando esse sucesso, conquistamos vários prêmios renomados do setor.

Um ano desafiador devido à pandemia. Essa situação nos deixou muito aflitos no início do exercício, nos confortando ao final com a vinda da tão esperada vacina. Neste sentido, acreditamos e torcemos para que todos possam ter a felicidade de continuar por muitos anos ao lado de seus entes queridos.

Fechando o exercício de 2020, apresentamos o relatório de administração societário e regulatório que objetiva, além de cumprir tempestivamente as obrigações setoriais, informar com qualidade, clareza e transparência os acontecimentos e resultados deste exercício. Agradecendo a DEUS, aos Sócios(as), aos Colaboradores, Órgãos Públicos, Fornecedores, Consultores, Auditores e Clientes.

Edson de Silvestre
Diretor Administrativo

Sednir Cesa
Diretor Financeiro



Carta do Departamento Técnico

A pandemia de COVID-19 impôs grandes dificuldades em 2021. Medidas tiveram que ser tomadas para proteger colaboradores e clientes, assegurando o fornecimento de energia para a população num momento extremamente delicado. A EFLJC atuou de forma tempestiva seguindo uma estratégia de alocação eficiente de recursos humanos e financeiros, o que possibilitou concluir o ano com indicadores de continuidade entre os melhores do Brasil.

Investimentos na Rede de Distribuição

Em 2021 foram investidos 412 R\$/mil na rede de distribuição de energia elétrica, sendo 76 R\$/mil na expansão da rede, 50 R\$/mil na renovação de ativos e 286 R\$/mil em equipamentos de medição.

O maior investimento foi em equipamentos de medição, devido a substituição de medidores de energia elétrica em 108 unidades consumidoras, por medidores especiais que monitoram a conformidade do nível de tensão, conforme estabelecido nos Procedimentos de Distribuição da ANEEL.

Dentre as principais obras realizadas, destaca-se a expansão de rede para atender Edifício Residencial com múltiplas unidades consumidoras na Rua Vereador José Feltrin no valor de 35 R\$/mil e a melhoria de rede de baixa tensão na Rua Sebastião Toledo dos Santos para instalação de rede trifásica a 4 fios no valor de 23 R\$/mil.

Qualidade do Fornecimento

No ano de 2021 a EFLJC manteve um bom desempenho na continuidade do fornecimento de energia elétrica prestado aos consumidores, em virtude dos investimentos em manutenção e reforço da rede de distribuição, o emprego de materiais de boa qualidade, e, também, ao treinamento do pessoal envolvido na manutenção do sistema elétrico. Cumprimos desta forma, as metas estabelecidas pela ANEEL, que são de 9 horas para o DEC (Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora) e 8 interrupções para o FEC (Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora).

Programa de Eficiência Energética

A EFLJC concluiu em 2021 o Programa de Eficiência Energética "PE-00088- 2019/2019", que tinha por objetivo promover a efficientização no uso da energia elétrica em unidades consumidoras da classe residencial com a substituição de 3,3 mil lâmpadas incandescentes e fluorescentes por lâmpadas LED econômicas e também a regularização de 42 padrões de entrada de energia elétrica. Foram investidos no programa aproximadamente 106 R\$/mil e beneficiadas 327 unidades consumidoras.

Base de Dados Geográfica da Distribuição

A EFLJC conseguiu entregar e validar a Base de Dados Geográfica da Distribuição - BDGD data-base 31/12/2020 dentro dos prazos regulatórios da ANEEL. O protocolo de validação e envio da base, foi obtido em junho de 2021.

Neste sentido, apresentamos com satisfação os resultados operacionais no presente relatório da Administração e nas Notas Explicativas dos Balanços Regulatório e Societário, compilados por nosso Departamento Contábil.

Att

Emerson José Mendes Silva

Engenheiro



Carta do Contador

“Até aqui Deus nos abençoou”, não poderíamos iniciar essa carta a sociedade de outra forma. O ano de 2021 fora repleto de desafios, o primeiro deles: Seguir lidando com a realidade pandêmica que continuou fazendo parte de nossas rotinas, tomando todas as precauções para que a VIDA, o bem mais precioso, pudesse ser preservado.

Dentro dessa realidade encaramos nosso ano, dando início aos trabalhos do 5º Ciclo de Revisões Tarifárias (CRTP), a JOÃO CESA buscou evidenciar a qualidade das obras realizadas durante o último ciclo tarifário. Com o árduo trabalho de todos os Colaboradores, Diretoria, e Consultorias Externas, obtivemos grande êxito, gerando uma Base de Remuneração condizente com seu Investimento, gerando assim a certeza de que mais um ciclo de crescimento e desenvolvimento para a Empresa e seus Consumidores estava a diante de nós, além de uma justa remuneração aos Sócios Quotistas.

Outro grande desafio, fora a implementação da nova versão do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, que entrará em vigência a partir de jan/2022, porem sua operacionalização fora necessária com considerável antecedência, afim de permitir toda a adequação necessária, para cumprirmos mais essa exigência. Com alegria comunicamos que esse desafio fora superado, e a nova versão encontra-se operacional em nossa Concessionária.

Por fim, tivemos a grata surpresa de sermos agraciados com o título dado pela ABRA CONEE de: Melhores Demonstrações Contábeis em 2021, para Empresa de Pequeno Porte, o que muito nos honrou, e nos encheu de entusiasmo para seguirmos traçando esse caminho, trazendo informações Contábeis de qualidade para a tomada de decisão da Diretoria e Sócios Quotistas, atendendo as demandas dos FISCOS e Órgãos Reguladores e gerando a máxima transparência para a Sociedade como um todo.

Por fim, agradecemos à DEUS, à Diretoria, à nossa equipe contábil, bem como todos os departamentos, internos e consultorias e auditorias externas que colaboraram para a correta escrituração deste exercício.

Att

Ian Lazzaris

Contador



Cenário

A Empresa Força e Luz João Cesa Ltda atua no segmento de Distribuição de Energia Elétrica, aproveitando seu acervo de conhecimentos técnicos e gerenciais acumulados ao longo de mais de 75 anos de existência.

Durante o exercício de 2021 seguimos a luta contra a Pandemia que assolou o mundo. O cenário era extremamente desafiador, haja vista todas as incertezas geradas, não apenas nas questões de saúde pública mas na Sociedade como um todo. Diante de tantas incertezas, nosso município demonstrou solidez no que tange o consumo de Energia Elétrica. Auferimos assim, um pequeno aumento em nosso número de consumidores na ordem de 0,44%. Com relação ao mercado atendido, obteve-se um aumento similar, na ordem de 0,41%. A classe Comercial colaborou com um crescimento de 2,90%, que mesmo sendo inferior em termos percentuais a outras classes, em relação ao consumo teve maior impacto, seguidas pela classe Poder Público com aumento de 5,85%, Rural 3,94% e Residencial 0,08%. A retração das classes Industrial em (1,04)% e iluminação pública em (9,31)% fizeram com que o resultado global, fosse menos expressivo.

Já com relação a utilização de nossas redes por consumidores que adquirem Energia no Mercado Livre, houve nesse exercício, uma diminuição na ordem de (3,92)%.





Distribuição e Comercialização de Energia Elétrica

Distribuição

A João Cesa distribui energia elétrica para parte do Município de Siderópolis – SC, não atendendo a nenhum consumidor livre fora de sua área de Concessão. Conecta, contudo, 3 Consumidores Não cativos (livres especiais), ou seja, que operam no Mercado Livre de Energia Elétrica, sendo 2 deles Industriais e 1 Comercial.

Ligação de consumidores - - Foram realizadas no ano, 18 novas ligações, sendo, 16 Residenciais, 6 Comerciais, (-5) Industriais, além de uma migração de consumidor Cativo Comercial para Potencialmente Livre. Nosso atendimento totalizou 3.847 consumidores (3.850 com o Consumo Próprio), base dezembro de 2021, apresentando um crescimento de 0,44% em relação a 2020.

Número de Consumidores

| Consumidores | 2017 | 2018 | 2019 | 2020 | 2.021 |
|-----------------------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|
| Residencial | 3.116 | 3.168 | 3.237 | 3.294 | 3.310 |
| Comercial | 377 | 379 | 392 | 391 | 397 |
| Industrial | 109 | 79 | 79 | 86 | 81 |
| Rural | 4 | 4 | 4 | 4 | 4 |
| Poderes Públicos | 41 | 51 | 53 | 53 | 53 |
| Iluminação Pública | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 |
| Serviço Público | - | - | - | 1 | 1 |
| Total | 3.648 | 3.682 | 3.766 | 3.830 | 3.847 |
| Variação | 0,77% | 0,93% | 2,28% | 1,70% | 0,44% |
| Consumidor Livre (especial) | 2 | 2 | 2 | 2 | 3 |
| Total Geral | 3.650 | 3.684 | 3.768 | 3.832 | 3.850 |

O consumo de Energia Elétrica na área de atuação da Empresa Força e Luz João Cesa Ltda, no ano 2021, foi de 21.388,45 megawatts-hora, tendo apresentado um leve aumento 4,28% em relação a 2020 (2,03% positivos quando analisado juntamente com a conexão dos clientes que operam no mercado livre de energia). O consumo faturado foi na ordem de 15.924,60 megawatts-hora, apresentando também, um acréscimo de 4,28%.



A seguir são apresentados resultados sobre o consumo e sua variação no período:

Mercado Atendido

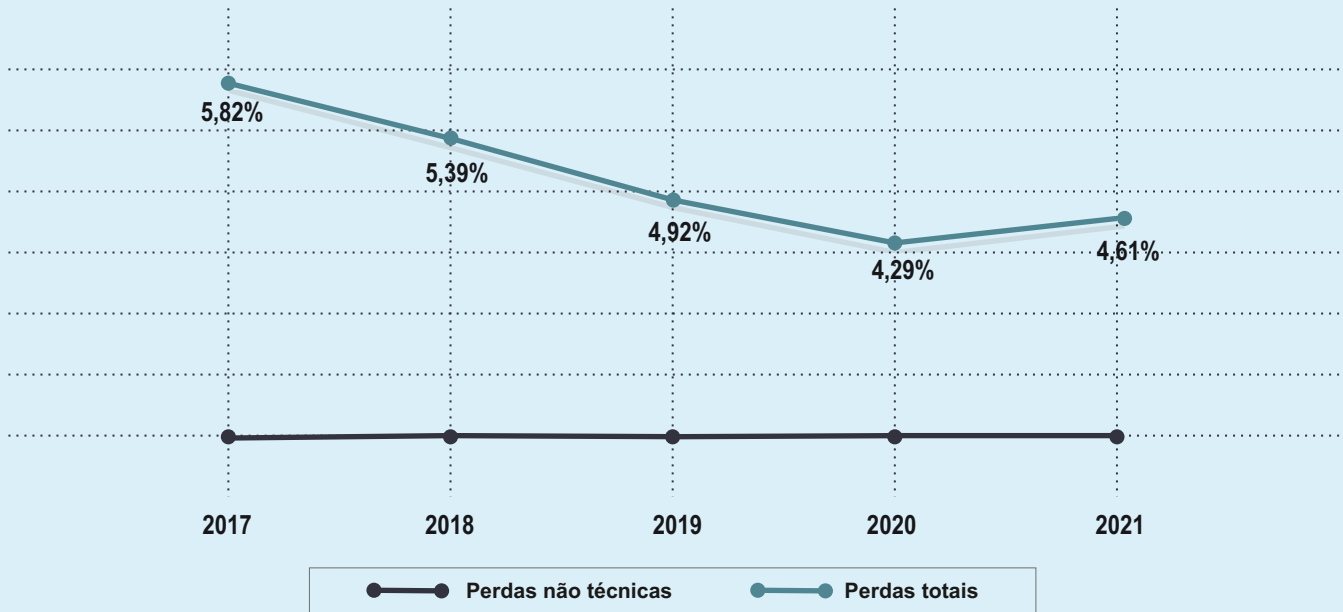
| Mercado Atendido - GWh | 2017 | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 |
|---------------------------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|
| Energia Faturada | 13.414,82 | 13.209,23 | 13.832,04 | 14.937,82 | 14.998,47 |
| Fornecimento | 13.414,82 | 13.209,23 | 13.832,04 | 14.937,82 | 14.998,47 |
| Residencial | 6.832,95 | 6.787,78 | 6.927,01 | 7.301,47 | 7.307,56 |
| Comercial | 2.994,86 | 2.826,26 | 2.878,50 | 3.301,25 | 3.397,04 |
| Industrial | 2.384,72 | 2.434,01 | 3.012,01 | 3.472,25 | 3.436,12 |
| Rural | 12,86 | 12,87 | 11,42 | 11,67 | 12,13 |
| Poderes Públicos | 539,42 | 529,27 | 523,56 | 449,98 | 476,32 |
| Iluminação Pública | 650,01 | 619,04 | 479,55 | 393,78 | 357,10 |
| Serviço Público | - | - | - | 7,42 | 12,20 |
| Suprimento p/ agentes de distribuição | - | - | - | - | - |
| Uso da Rede de Distribuição | 3.768,39 | 4.202,15 | 4.576,70 | 5.687,01 | 5.463,86 |
| Consumidores Livres/Dist./Ger. | 3.768,39 | 4.202,15 | 4.576,70 | 5.687,01 | 5.463,86 |
| Consumidores Rede Básica | - | - | - | - | - |
| Total | 17.183,21 | 17.411,38 | 18.408,74 | 20.624,83 | 20.462,33 |
| Variação | 1,43% | 1,33% | 5,73% | 12,04% | (0,79)% |

Balço Energético

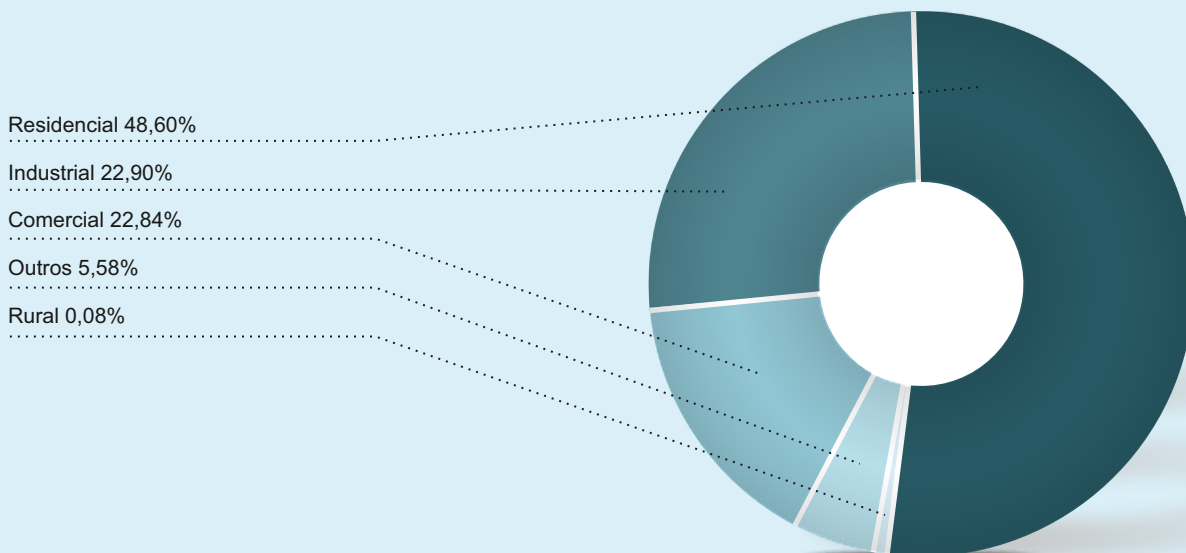
| Energia Requerida | 2017 | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 |
|---------------------------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|
| Venda de Energia | 13.240,94 | 13.105,88 | 13.933,63 | 15.270,27 | 15.924,60 |
| Fornecimento | 13.240,94 | 13.105,88 | 13.933,63 | 15.270,27 | 15.924,60 |
| Suprimento p/ agentes de distribuição | - | - | - | - | - |
| Consumidores Livres/Dist./Ger. | 3.768,39 | 4.253,32 | 4.634,16 | 5.693,38 | 5.463,86 |
| Consumidores Rede Básica | - | - | - | - | - |
| Mercado Atendido | 17.009,33 | 17.359,19 | 18.567,78 | 20.963,65 | 21.388,45 |
| Perdas na Rede Básica | | | | | |
| Perdas na Distribuição | 1.050,22 | 989,08 | 960,85 | 938,96 | 1.033,44 |
| Perdas Técnicas | 1.050,22 | 989,08 | 960,85 | 938,96 | 1.033,44 |
| Perdas não Técnicas - PNT | - | - | - | - | - |
| PNT / Energia Requerida % | 0,00% | 0,00% | 0,00% | 0,00% | 0,00% |
| Perdas Totais - PT | 1.050,22 | 989,08 | 960,85 | 938,96 | 1.033,44 |
| PT / Energia Requerida % | 5,82% | 5,39% | 4,92% | 4,29% | 4,61% |
| Total | 18.059,55 | 18.348,28 | 19.528,64 | 21.902,61 | 22.421,89 |



PERDAS NÃO TÉCNICAS E TOTAIS



Consumo por Classe de Consumidores





Receita - A receita decorrente do fornecimento de energia elétrica no exercício, líquida do ICMS, PIS, COFINS e BANDEIRAS, importou em R\$ 8.947,45 R\$/mil, conforme quadro a seguir:

Receita líquida em R\$ Mil

| Classe | 2021 | 2020 |
|--------------------|-----------------|-----------------|
| Residencial | 4.662,59 | 4.482,39 |
| Comercial | 2.115,40 | 2.000,59 |
| Industrial | 1.709,83 | 1.673,56 |
| Rural | 6,73 | 5,79 |
| Outros | 452,91 | 426,72 |
| Poderes Públicos | 313,40 | 285,26 |
| Iluminação Pública | 131,42 | 136,72 |
| Serviço Público | 8,09 | 4,74 |
| Total | 8.947,45 | 8.589,06 |

Receita Líquida por Classe de Consumidores

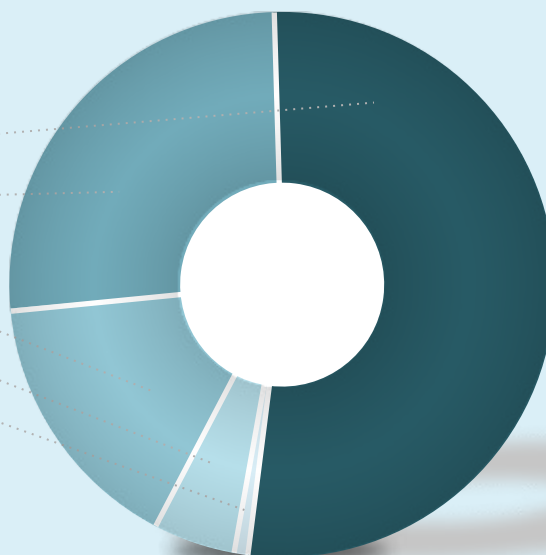
Residencial 52,11%

Comercial 23,64%

Industrial 19,11%

Outros 5,06%

Rural 0,08%





Número de consumidores - O número de consumidores faturados em dezembro de 2021, apresentou um crescimento de 0,47% sobre o mesmo mês do ano anterior, como se pode observar no quadro a seguir:

| Classe | 2021 | 2020 | Var % |
|--------------------|--------------|--------------|--------------|
| Residencial | 3.310 | 3.294 | 0,49% |
| Comercial | 397 | 391 | 1,53% |
| Industrial | 81 | 86 | (5,81)% |
| Rural | 4 | 4 | - % |
| Outros | 58 | 58 | 0,00% |
| Poderes Públicos | 53 | 53 | - % |
| Iluminação Pública | 1 | 1 | - % |
| Serviço Público | 1 | 1 | - % |
| Consumo Próprio | 3 | 3 | - % |
| Acessantes | 3 | 2 | |
| Livres Especiais | 3 | 2 | 50,00% |
| Total | 3.853 | 3.835 | 0,47% |

Tarifas - A média da tarifa residencial de fornecimento de energia elétrica em dezembro de 2021, atingiu R\$ 596,63 /MWh, um aumento de (3,75)% com relação a dezembro de 2020. Por meio da Resolução Homologatória ANEEL N° 2.923 de 24 de Agosto de 2021 a Empresa Força e Luz João Cesa Ltda foi autorizada a aplicar sobre sua venda de Energia Elétrica, um reajuste médio(BT) de 13,32%, sendo 12,86%, o efeito a ser percebido por seus consumidores.

| Classe | Tarifa média de Fornecimento em R\$/MWh |
|-------------|---|
| Residencial | 638,05 |
| Comercial | 622,72 |
| Industrial | 497,61 |
| Rural | 554,64 |
| Outros | 537,96 |

| Tarifa Residencial Baixa Renda Por faixa de Consumo | Kwh 0 a 30 | Kwh 31 a 80 | Kwh 81 a 100 | Kwh 101 a 220 |
|---|------------|-------------|--------------|---------------|
| Tarifas Brutas | 0,254 | 0,435 | 0,435 | 0,652 |



Qualidade do fornecimento - Os dois principais indicadores da qualidade do fornecimento de energia elétrica são o DEC (duração equivalente de interrupções por consumidor) e o FEC (frequência equivalente de interrupções por consumidor). A evolução desses indicadores é apresentada no quadro a seguir:

| Ano | DEC(Horas) | FEC (Interrupções) | Tempo de espera (horas) |
|------|------------|--------------------|-------------------------|
| 2017 | 1,83 | 3,53 | 0,49 |
| 2018 | 1,56 | 1,77 | 0,56 |
| 2019 | 4,13 | 3,83 | 0,57 |
| 2020 | 2,48 | 3,76 | 0,50 |
| 2021 | 2,90 | 2080 | 0,51 |

No ano 2021 a Empresa Força e Luz João Cesa manteve um bom desempenho na continuidade do fornecimento de energia elétrica prestado aos consumidores, em virtude dos investimentos em manutenção e reforço da rede de distribuição, o emprego de materiais de boa qualidade e também ao treinamento do pessoal envolvido na manutenção do sistema elétrico. Cumprimos desta forma, as metas estabelecidas pela ANEEL, que são 9 horas para a DEC e 7 interrupções para a FEC.

Também, conseguimos manter o tempo médio de atendimento as emergências, que representa o tempo ocorrido entre o conhecimento da ocorrência por nossa equipe e a solução para o consumidor, em torno de 30 minutos, reforçando o nosso compromisso de atender o nosso consumidor o mais rápido possível.

Atendimento ao consumidor - A Empresa Força e Luz João Cesa Ltda não participa do Programa Luz para Todos, tendo em vista que todos os domicílios do Município de Siderópolis se encontram atendidos no que diz respeito ao fornecimento de Energia Elétrica. Efetua, assim, todos os atendimentos nos prazos legais e regulamentares

Desempenho econômico-financeiro regulatório

Em 2021, o lucro líquido regulatório foi de R\$ 193,26 mil, contra um lucro de R\$ 212,03 mil em 2020. Diante de todos os desafios enfrentados no decorrer do ano, o resultado fora recebido com bons olhos perante a Diretoria, que manteve suas ações afim de manter equacionado o fluxo de caixa, absorvendo sempre com capital próprio um investimento recorde na Rede de Distribuição, além de todos os custos com a Reavaliação de Ativos conforme rito tarifário concernente ao 5º CRTP (Ciclo de Revisão Tarifária Periódica).

Por questões Setoriais, a Empresa realiza concomitantemente à sua Contabilidade Regulatória, a Contabilidade Societária e Fiscal. A Contabilidade Regulatória é realizada a partir de determinações da ANEEL que não reconhece efeitos de vários procedimentos da Contabilidade Internacional, bem como inclui, para fins de gerência Setorial, a Reavaliação Regulatória Compulsória.

Já com relação à Contabilidade Fiscal, a mesma contempla os efeitos de adição ou subtração de despesas e receitas não permitidas no cálculo da base dos impostos. Adicionalmente, é realizado o estorno dos efeitos da Contabilidade Internacional, pois, a Receita Federal determinou que sua base de cálculo deve seguir os conceitos contábeis vigentes até dezembro de 2007 (BRGAAP e USGAAP). Para melhor visualização, segue abaixo demonstração e comparação do resultado da Contabilidade Regulatória, Societária, e Fiscal:

RESULTADO REGULATÓRIO: R\$ 193,26 mil

RESULTADO SOCIETÁRIO: R\$ 260,19 mil

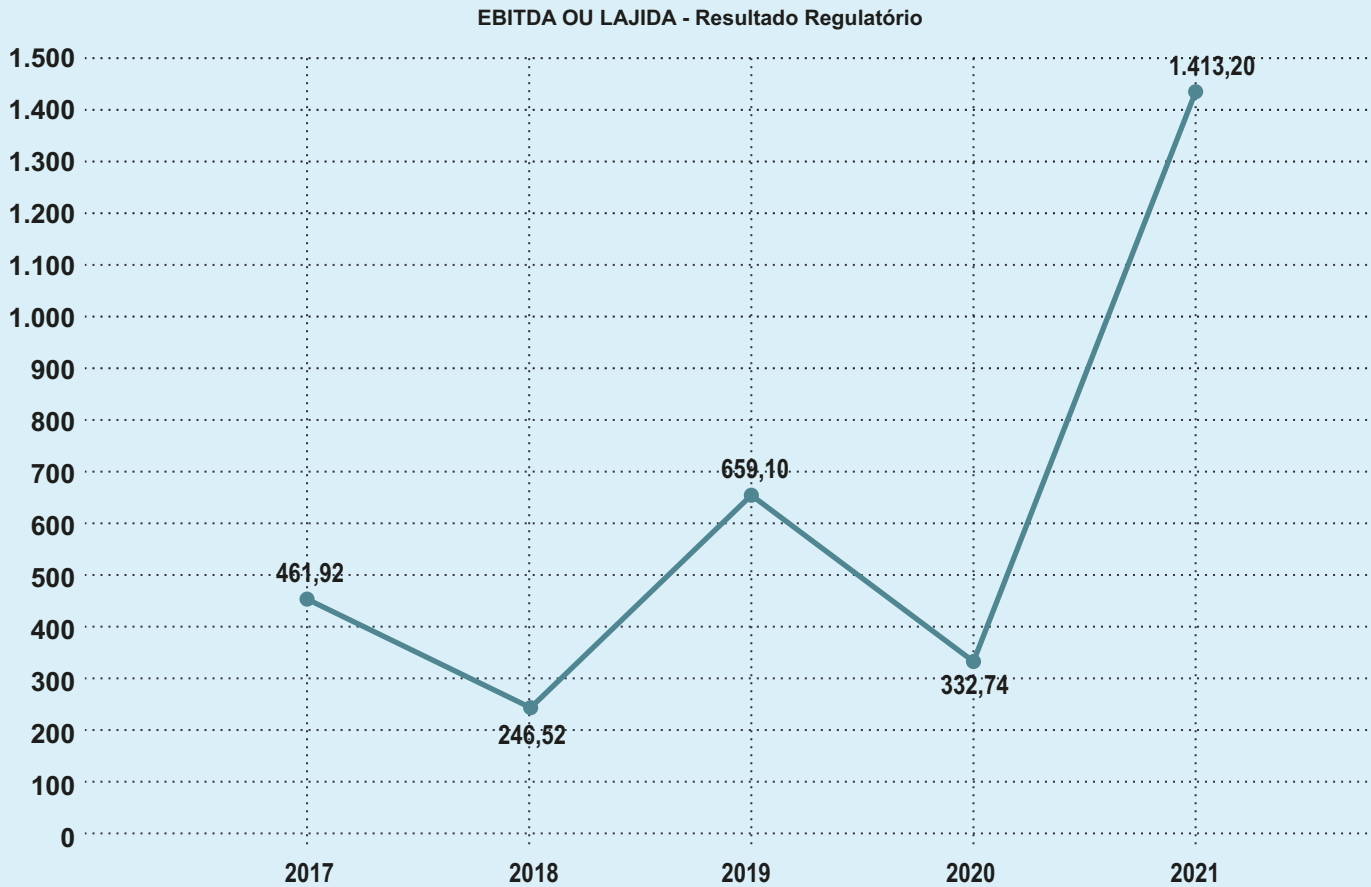
RESULTADO FISCAL (BASE PARA IMPOSTOS): R\$ 356,69 mil

A receita operacional líquida regulatória atingiu R\$ 10.221,58 mil, enquanto em 2020 situou-se em R\$ 8.900,01 mil.

As despesas operacionais regulatórias totalizaram em 2021 R\$ 10.061,45 mil, 13,26% superior em relação à 2020, sendo destaque deste montante os custos com: energia comprada para revenda 66,93% do montante, e o total das taxas regulamentares no valor de R\$ 2.255,75 mil, representando um aumento de 94,19% em relação ao ano anterior, sendo ele impulsionado pela CBT - CONTA CENTRALIZADORA DOS RECURSOS DA BANDEIRA TARIFÁRIA. A rentabilidade do Patrimônio Líquido do exercício foi de 4,40% contra 8,36% em 2020.



O EBITDA ou LAJIDA, lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização (cálculo regulatório) foi de R\$ 1.413,20 mil, superando em 324,72% o resultado de 2020, que foi de R\$ 332,74 mil conforme evolução abaixo:



Investimentos: Seguindo os expressivos aumentos de investimentos realizados nos últimos 3 anos, o exercício de 2021 contou com investimentos de R\$ 506,11 mil, sendo este o maior investimento em apenas um exercício de sua história, o mesmo representa um aumento de 63,53% em relação à 2020, frisamos que todos investimentos foram efetuados com capital próprio. Em decorrência da eficiente gestão de fluxo de caixa por parte da Diretoria.

A Empresa estima um investimento total de R\$ 828,72 mil nos próximos 4 (quatro) anos para essa mesma rubrica.



Evolução e Projeção dos Investimentos

| Distribuição - Máquinas e Equipamentos - R\$ Mil | R\$ Mil Nominais | | | | | |
|---|------------------|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|
| | 2021R | 2022P | 2023P | 2024P | 2025P | 2025P |
| AIS Bruto ¹ | 411,62 | 165,99 | 166,93 | 164,25 | 165,78 | 165,78 |
| Transformador de Distribuição | 13,48 | 5,44 | 5,47 | 5,38 | 5,43 | 5,43 |
| Medidor | 75,14 | 30,30 | 30,47 | 29,98 | 30,26 | 30,26 |
| Redes Baixa Tensão (< 2,3 kV) | 171,74 | 69,25 | 69,65 | 68,53 | 69,17 | 69,17 |
| Redes Média Tensão (2,3 kV a 44 kV) | 151,26 | 61,00 | 61,35 | 60,36 | 60,92 | 60,92 |
| Redes Alta Tensão (69 kV) | - | - | - | - | - | - |
| Redes Alta Tensão (88 kV a 138 kV) | - | - | - | - | - | - |
| Redes Alta Tensão (>= 230 kV) | - | - | - | - | - | - |
| Subestações Média Tensão (primário 30 kV a 44 kV) | - | - | - | - | - | - |
| Subestações Alta Tensão (primário de 69 kV) | - | - | - | - | - | - |
| Subestações Alta Tensão (primário 88 kV a 138 kV) | - | - | - | - | - | - |
| Subestações Alta Tensão (primário >= a 230 kV) | - | - | - | - | - | - |
| Demais Máquinas e Equipamentos | - | - | - | - | - | - |
| Obrigações Especiais do AIS Bruto | (364,77) | - | - | - | - | - |
| Participações, Doações, Subvenções, PEE, P&D, Universalização | (126,52) | - | - | - | - | - |
| Outros | (238,25) | - | - | - | - | - |
| Originadas da Receita | (238,25) | - | - | - | - | - |
| Ultrapassagem de demanda | (130,59) | n.c | n.c | n.c | n.c | n.c |
| Excedente de reativos | (107,65) | n.c | n.c | n.c | n.c | n.c |
| Diferença das perdas regulatórias | n.c | n.c | n.c | n.c | n.c | n.c |
| Outros | n.c | n.c | n.c | n.c | n.c | n.c |
| Outros | - | n.c | n.c | n.c | n.c | n.c |

| | 2021 R | 2022 P | 2023 P | 2024 P | 2025 P | 2025 P |
|--|----------------|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|
| Plano de Investimentos 2021 (realizado e novas previsões) | 411,62 | 165,99 | 166,93 | 164,25 | 165,78 | 165,78 |
| | 2021 P | 2022 P | 2023 P | 2024 P | 2024 P | 2025 P |
| Plano de Investimentos 2021 (previsto em 2020) | 101,98 | 117,28 | 115,46 | 117,65 | 117,65 | n.d |
| Diferença | 303,62% | 41,53% | 44,58% | 39,60% | 40,91% | n.d |

Notas:

1) Foi investido 411,62 mil reais no ano 2021, dos quais 395,98 mil reais em obras planejadas na nossa PDD;

2) O aumento no investimento realizado em 2021, ocorreu em função da substituição de medidores para implantação da medição da conformidade de tensão amostral conforme regulamentado no Prodist e também devida a gestão interna e planejamento financeiro adotado pela diretoria, o que permitiu um investimento consideravelmente maior na execução das obras.

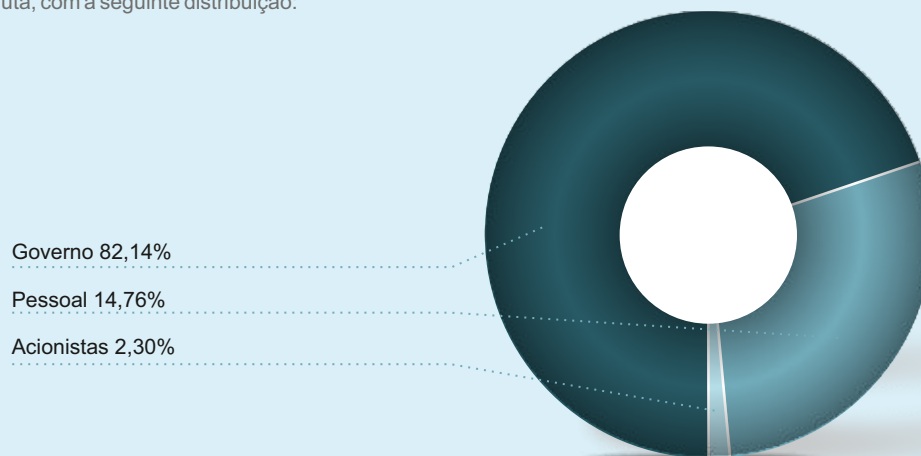
3) O aumento no investimento previsto na PDD 2021 para o período 2022 a 2025, deve-se ao aumento do custo com aquisição de materiais.

Nosso departamento técnico segue trabalhando exaustivamente junto a Diretoria Financeira, traçando cenários e acompanhando os desdobramentos econômicos, afim de manter o investimento em níveis necessários para manutenção de nossos indicadores de qualidade, e, contribuindo assim para o crescimento econômico de nossa região.

Captações de recursos: Todos os recursos utilizados nos investimentos realizados da Empresa Força e Luz João Cesa Ltda., foram de origem própria.



Valor adicionado: Em 2021, o valor adicionado líquido gerado como riqueza pela Outorgada foi de R\$ 8.323.77 mil, representando 50,60% da Receita operacional bruta, com a seguinte distribuição:



Política de reinvestimento e distribuição de dividendos: Anualmente os sócios cotistas se reúnem e deliberam sobre a destinação dos lucros acumulados do exercício anterior. A Assembleia Geral Ordinária ocorre sempre no mês de abril de cada ano e tem contado, nos últimos anos, com a participação de mais de 80% do Capital Social da Empresa. Para o exercício 2021 fora determinado a distribuição de dividendos aos Sócio Quotistas na ordem de 70,00 R\$/mil referente ao resultado do ano calendário 2020.

Composição acionária: : Em 31 de dezembro de 2021 o capital social da Empresa era de R\$ 1.022,73 R\$/mil, composto por 1.022,73 cotas, com valor nominal de R\$ 1,00 cada.

Atendimento aos sócios cotistas: Coerente com a filosofia de postar-se diante do mercado como uma empresa transparente, moderna e aberta, a Empresa Força e Luz João Cesa Ltda sempre se coloca à disposição para atendimento personalizado aos seus Sócios Cotistas, independente de fazerem parte do Grupo Controlador ou não, não importando, também, seu percentual de participação na Sociedade. O atendimento é realizado na sua sede em Siderópolis, preferencialmente após agendamento junto aos Diretores por telefone.

Gestão

Planejamento empresarial: O êxito que a Outorgada vem obtendo em seu processo de adaptação às mudanças aceleradas no Setor Elétrico se deve em grande parte à qualidade de seu planejamento empresarial.

Os rumos da JOÃO CESA vêm sendo definidos com base no moderno conceito de planejamento por meio de cenários alternativos. Pelo menos a cada trimestre a Diretoria da Empresa têm se reunido com os Consultores e responsáveis por cada área, a fim de entender o avanço da Regulação Setorial, bem como os caminhos que devem ser norteados para estabelecer prioridade nos investimentos. Tal procedimento tem apresentado resultados surpreendentes, como o recebimento de prêmios de qualidade no atendimento ao seu consumidor, além da premiação das Demonstrações Contábeis de 2020. Vale salientar que, neste exercício, seguimos utilizando predominantemente o formato de Reuniões Virtuais para atender à questão do distanciamento social.

O planejamento realizado, juntamente com os resultados dos cenários empresariais discutidos trimestralmente, serviram de base para a definição das recomendações, metas e ações estratégicas das ações a serem tomadas para os horizontes de curto e médio prazos

Gestão pela qualidade total: Em 2021, as atividades relacionadas com a Gestão pela Qualidade Total compreenderam o desenvolvimento de estudos e projetos, certificações de qualidade de gestão, e reuniões relacionadas com o gerenciamento da rotina em diferentes áreas da Empresa. Recebemos semanalmente consultoria que analisa, na prática, nossos processos, e, periodicamente apresenta orientação para que nossas rotinas estejam de acordo com a Gestão pela Qualidade, permitindo nossa recertificação ISO 9.001.

Recursos humanos: Em 2020 a JOÃO CESA investiu R\$ 1,55 mil em programas de formação técnica e desenvolvimento profissional e humano de seus empregados. Na visão da JOÃO CESA, o melhor investimento a ser realizado, é no crescimento de seus colaboradores. Por essa razão, auxilia com um terço do valor da universidade de sua equipe.

Adicionalmente, a EFLJCL concedeu aos seus colaboradores, no exercício de 2021 os seguintes benefícios: a) Auxílio Alimentação: R\$ 102,72 mil; b) Auxílio médico R\$ 68,00 mil; c) Auxílio Transporte: R\$ 2,46 mil; d) Auxílio Odontológico R\$ 2,65 mil e, e) Seguro de Vida: R\$ 2,11 R\$ mil.

Responsabilidade social: Cada vez mais, a JOÃO CESA vem reforçando seu papel de empresa cidadã. Ciente de sua responsabilidade social, tem atuado por meio de políticas, programas e práticas voltadas para o meio ambiente, o desenvolvimento econômico, social e cultural junto à comunidade. O detalhamento destas atividades e projetos está sendo apresentado no Balanço Social da Empresa.



| Outorgada em números | 2021 | 2020 | % |
|---|-------------|-------------|-----------------|
| Atendimento | - | - | - |
| Número de consumidores | 3.853 | 3.835 | 0,47 % |
| Número de empregados | 15 | 14 | 7,14 % |
| Número de consumidores por empregado | 257 | 274 | (6,23)% |
| Número de localidades atendidas | 1 | 1 | - % |
| Número de agências | 1 | 1 | - % |
| Número de postos de atendimento | 1 | 1 | - % |
| Número de postos de arrecadação | 5 | 5 | - % |
| Mercado | | | |
| Área de concessão (Km2) | 263,00 | 263,00 | - % |
| Geração própria (GWh) | - | - | - % |
| Demanda máxima (MWh/h) | 5,08 | 5,30 | (4,15)% |
| Distribuição direta (GWh) | 21,31 | 20,79 | 2,50% |
| Consumo residencial médio (KWh/ano) | 607.574,58 | 605.978 | 0,26 % |
| Tarifas médias de fornecimento (R\$ por MWh) | 596,63 | 575,06 | 3,75 % |
| Total (exceto curto prazo) | 578,25 | 549,58 | 5,22 % |
| Residencial | 638,05 | 613,90 | 3,93 % |
| Comercial | 622,72 | 606,01 | 2,76 % |
| Industrial | 497,61 | 481,98 | 3,24 % |
| Rural | 554,64 | 496,44 | 11,72 % |
| Suprimento | - | - | - % |
| DEC (horas) | 2,90 | 2,48 | 16,94% |
| População antecipada - Urbana (em milhares de habitantes) | 14,00 | 14,00 | - |
| População atendida - Rural (em milhares de habitantes) | 0,02 | 0,02 | - % |
| FEC (número de interrupções) | 2,80 | 3,76 | (25,33)% |
| Número de reclamações por 10.000 consumidores | 0,02 | 0,02 | - % |
| Operacionais | | | |
| Número de usinas em operação | - | - | - % |
| Número de subestações | - | - | - % |
| Linhas de transmissão (Km) | - | - | - % |
| Linhas de distribuição (Km) | 78,48 | 78,32 | 0,20% |
| Capacidade instalada (MW) | 13,90 | 13,50 | 2,96% |
| Financeiros | | | |
| Receita operacional bruta (R\$ mil) | 16.451,00 | 13.932,12 | 18,08 % |
| Receita operacional líquida (R\$ mil) | 10.012,14 | 8.900,01 | 12,50 % |
| Margem operacional do serviço líquida (%) | 60,86% | 63,88% | (4,73)% |
| EBITDA OU LAJIDA | 1.413,20 | 332,74 | 324,72 % |
| Lucro líquido (R\$ mil) | 193,27 | 212,03 | (8,85)% |
| Lucro líquido por lote de mil ações | 0,19 | 0,21 | (8,85)% |
| Patrimônio líquido (R\$ mil) | 4.387,63 | 2.536,89 | 72,95 % |
| Valor patrimonial do lote de mil ações | 1,00 | 1,00 | - % |
| Rentabilidade do patrimônio líquido (%) | 4,40% | 8,36% | (47,30)% |
| Endividamento do patrimônio líquido (%) | 121,11% | 121,11% | - |
| Em moeda nacional (%) | 121,11% | 121,11% | - |
| Em moeda estrangeira (%) | - | - | - % |
| Indicadores de performance | | | |
| Salário Médio dos Funcionários: | 3,62 | 3,54 | 2,26 % |
| Energia Gerada / Comprada por Funcionário: | 1.001,10 | 1.063,68 | (5,88)% |
| Energia Gerada / Comprada por Consumidor: | 3,90 | 3,88 | 0,37 % |
| Retorno de ativos por unidade | 0,04 | 0,07 | (40,00)% |

Agradecimentos

Registramos nossos agradecimentos à DEUS, à Diretoria, aos Sócios Cotistas, aos nossos Colaboradores, aos nossos Consultores e Auditores, aos nossos Consumidores, ao Órgão Regulador e a todos que direta ou indiretamente nos apoiaram no debate e encaminhamento das questões de maior interesse da JOÃO CESA, contribuindo para o cumprimento da missão do exercício de 2021 da Empresa Força e Luz João Cesa Ltda.

Siderópolis, 31 de dezembro de 2021.

AAdministração



EMPRESA FORÇA E LUZ JOÃO CESA LTDA

CNPJ Nº 86.301.124/0001-22

Balanco Patrimonial dos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais)

Balanco Patrimonial

| | Consolidado | |
|---|-----------------|-----------------|
| | 2021 | 2020 |
| Ativos | | |
| Ativo Circulante | 3.332,45 | 2.953,75 |
| Caixa e equivalentes de caixa | 790,56 | 926,82 |
| Consumidores | 1.686,18 | 1.373,04 |
| Concessionárias e permissionárias | - | - |
| Serviços em curso | 2,16 | 164,10 |
| Tributos compensáveis | 23,23 | 91,91 |
| Depósitos judiciais e cauções | - | - |
| Almoxarifado operacional | 15,51 | 11,51 |
| Investimentos temporários | - | - |
| Empréstimos | - | - |
| Ativos financeiros setoriais | 476,14 | 266,27 |
| Despesas pagas antecipadamente | 52,86 | 16,31 |
| Instrumentos financeiros derivativos | - | - |
| Outros ativos circulantes | 285,81 | 103,80 |
| Ativos de operações descontinuadas | - | - |
| Bens destinados à alienação | - | - |
| Ativo Não-Circulante | 4.692,74 | 2.655,46 |
| Consumidores | - | - |
| Concessionárias e permissionárias | - | - |
| Serviços em curso | - | - |
| Tributos compensáveis | - | 10,66 |
| Depósitos judiciais e cauções | 18,93 | 3,37 |
| Investimentos temporários | 3,37 8,12 | 6,12 |
| Empréstimos | - | - |
| Tributos diferidos | - | - |
| Ativos financeiros setoriais | - | - |
| Despesas pagas antecipadamente | - | - |
| Bens e direitos para uso futuro | - | - |
| Instrumentos financeiros derivativos | - | - |
| Outros ativos não circulantes | - | - |
| Bens e atividades não vinculadas à concessão do Serviço Público de Energia Elétrica | - | - |
| Imobilizado | 4.573,75 | 2.635,32 |
| Intangível | 88,56 | - |
| Total do ativo | 8.025,18 | 5.609,22 |



Balanco Patrimonial

| | Consolidado | |
|--|-----------------|-----------------|
| | 2021 | 2020 |
| Passivo | | |
| Passivo Circulante | 3.234,50 | 2.751,15 |
| Fornecedores | 1.029,41 | 833,24 |
| Empréstimos, financiamentos e debêntures | 77,09 | 76,15 |
| Obrigações sociais e trabalhistas | 178,89 | 151,83 |
| Benefício pós-emprego | - | - |
| Tributos | 849,77 | 746,64 |
| Provisão para litígios | 190,62 | 98,56 |
| Dividendos declarados e juros sobre capital próprio | - | - |
| Encargos setoriais | 519,01 | 462,86 |
| Provisão para descomissionamento | - | - |
| Passivos financeiros setoriais | 239,48 | 287,10 |
| Provisão para uso do bem público | - | - |
| Instrumentos financeiros derivativos | - | - |
| Obrigações com associados | - | - |
| Outros passivos circulantes | 150,23 | 94,77 |
| Passivos de operações descontinuadas | - | - |
| Passivo Não-Circulante | 403,06 | 321,18 |
| Fornecedores | - | - |
| Empréstimos, financiamentos e debêntures | - | - |
| Benefício pós-emprego | - | - |
| Tributos | - | - |
| Provisão para litígios | - | - |
| Encargos setoriais | - | - |
| Provisão para descomissionamento | - | - |
| Tributos diferidos | - | - |
| Passivos financeiros setoriais | 21,65 | 122,46 |
| Provisão para uso do bem público | - | - |
| Instrumentos financeiros derivativos | - | - |
| Obrigações com associados | - | - |
| Outros passivos não circulantes | - | - |
| Obrigações vinculadas à concessão do Serviço Público de Energia Elétrica | 381,41 | 198,72 |
| Total do passivo | 3.637,56 | 3.072,32 |
| Patrimônio líquido | 4.387,63 | 2.536,89 |
| Capital social | 1.022,73 | 1.022,73 |
| Reservas de capital | (362,82) | (133,01) |
| Outros resultados abrangentes | 2.108,69 | 445,35 |
| Reservas de lucros | - | - |
| Recursos destinados a aumento de capital | - | - |
| Lucros ou prejuízos acumulados | 1.619,03 | 1.201,82 |
| Ações em tesouraria | - | - |
| Proposta para distribuição de dividendos adicionais | - | - |
| Participação de não controladores | - | - |
| Reserva de sobras | - | - |
| Sobras à disposição da Assembleia | - | - |
| Perdas não cobertas pelos cooperados | - | - |
| Total do patrimônio líquido | 4.387,63 | 2.536,89 |
| Total do passivo e do patrimônio líquido | 8.025,18 | 5.609,22 |



EMPRESA FORÇA E LUZ JOÃO CESA LTDA

CNPJ Nº 86.301.124/0001-22

Demonstração do Fluxo de Caixa dos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais)

| | Consolidado | |
|--|-----------------|---------------|
| | 2021 | 2020 |
| FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS | (137,21) | 510,01 |
| Fornecimento de Energia | 16.339,23 | 14.442,34 |
| Suprimento de Energia | - | - |
| TUSD de Consumidores Livres e Geradores | - | - |
| Suprimento a Concessionárias | - | - |
| Recebimento da CCEE - Energia de Curto Prazo | - | - |
| Recebimento de RAP de Transmissão | - | - |
| Repasse do Fundo da Conta de Desenvolvimento Energético | 439,07 | 575,77 |
| Outros Recebimentos Operacionais | 172,28 | 143,80 |
| Fornecedores - Materiais e Serviços | (1.342,29) | (942,68) |
| Fornecedores - Energia Elétrica | (6.664,94) | (6.218,88) |
| Salários e Encargos Sociais | (1.948,23) | (1.791,23) |
| Tributos sobre a Receita - Federais | (765,77) | (785,21) |
| Tributos sobre a Receita - Estaduais e Municipais | (4.206,72) | (3.756,19) |
| Tributos sobre o Lucro (IRPJ / CSLL) | (106,82) | (149,01) |
| Encargos de Transmissão | - | - |
| Demais Encargos Regulatórios | (2.041,74) | (1.002,04) |
| Outras Despesas Operacionais | (11,28) | (6,66) |
| FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO | 0,95 | 1,50 |
| Aquisição de Participações Societárias | - | - |
| Aportes / Aumento de Capital em Controladas | - | - |
| Investimentos | - | - |
| Imobilizado | - | - |
| Intangível | - | - |
| Participação Financeira do Consumidor | - | - |
| Títulos e Valores Mobiliários Adquiridos | - | - |
| Empréstimos / Mútuos Concedidos | - | - |
| Proventos Recebidos | 0,95 | 1,50 |
| CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO | (136,26) | 511,51 |
| FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO | - | - |
| Empréstimos e Financiamentos Obtidos | - | - |
| Empréstimos e Financiamentos Pagos | - | - |
| Títulos e Valores Mobiliários Adquiridos Emitidos | - | - |
| Títulos e Valores Mobiliários Adquiridos Pagos | - | - |
| Juros sobre Capital Próprio e Dividendos Pagos | - | - |
| Adiantamento para Futuro Aumento de Capital | - | - |
| Integralização de Capital | - | - |
| CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO | (136,26) | 511,51 |
| VARIAÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA | (136,26) | 511,51 |
| DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA | (136,26) | 511,51 |
| No início do exercício | 926,82 | 415,31 |
| No fim do exercício | 790,56 | 926,82 |

O modelo de fluxo de caixa apresentado acima se refere ao fluxo de caixa preparado por meio do método direto, sendo que também é permitida a apresentação do fluxo de caixa preparado por meio do método indireto.



EMPRESA FORÇA E LUZ JOÃO CESA LTDA

CNPJ Nº 86.301.124/0001-22

Demonstração do Resultado do Exercício Findos em 31 de Dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais)

| | Consolidado | |
|---|--------------------|-------------------|
| | 2021 | 2020 |
| Operações em continuidade | | |
| Receita / Ingresso | 16.451,00 | 13.932,12 |
| Fornecimento de energia elétrica | 8.440,19 | 6.811,23 |
| Suprimento de energia elétrica | - | - |
| Energia Elétrica de Curto Prazo | - | - |
| Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição | 7.176,23 | 6.704,67 |
| Ativos e Passivos Financeiros Setoriais | 243,34 | (102,08) |
| Serviços cobráveis | 22,38 | 17,35 |
| Doações, contribuições e subvenções vinculadas ao serviço concedido | 568,86 | 500,94 |
| Receita de Construção | - | - |
| Outras receitas | - | - |
| Tributos | (4.183,12) | (3.870,50) |
| ICMS | (3.421,67) | (3.043,42) |
| PIS-PASEP | (136,81) | (147,70) |
| Cofins | (624,64) | (679,39) |
| ISS | - | - |
| Encargos - Parcela "A" | (2.255,75) | (1.161,61) |
| Pesquisa e Desenvolvimento - P&D | (50,12) | (44,51) |
| Programa de Eficiência Energética - PEE | (50,12) | (44,70) |
| Reserva Global de Reversão - RGR | - | - |
| Conta de Desenvolvimento Econômico - CDE | (1.120,49) | (1.006,54) |
| Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH | - | - |
| Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica - TFSEE | (15,33) | (14,23) |
| Outros encargos | (1.019,68) | (51,63) |
| Receita líquida / Ingresso líquido | 10.012,14 | 8.900,01 |
| Custos não gerenciáveis - Parcela "A" | (6.989,86) | (6.243,41) |
| Energia elétrica comprada para revenda | (6.991,70) | (6.247,92) |
| Encargo de transmissão, conexão e distribuição | - | - |
| Encargos e demais despesas setoriais | - | - |
| Perdas pelo valor de indenização / renovação | - | - |
| Provisão de baixa ou Baixa de RTP diferida | - | - |
| Provisão de baixa ou Baixa de CVA Ativa e Demais ativos regulatórios | 1,84 | 4,50 |
| (-) Reversão de devolução tarifária | - | - |
| (-) Reversão de CVA Passiva e Demais passivos regulatórios | - | - |
| Outros | - | - |
| Matéria-prima e Insumos para produção de energia elétrica | - | - |
| Reembolso de CCC/CDE de combustível para produção de energia elétrica | - | - |
| Resultado antes dos custos gerenciáveis | 3.022,28 | 2.656,60 |
| Custos gerenciáveis - Parcela "B" | (2.836,25) | (2.483,85) |
| Pessoal e administradores | (2.137,76) | (1.926,33) |
| Material | (139,00) | (110,30) |
| Serviços de terceiros | (350,95) | (198,12) |
| Arrendamento e aluguéis | - | - |
| Seguros | (2,49) | (2,58) |
| Doações, contribuições e subvenções | (18,73) | (19,26) |
| Provisões | (124,04) | (120,51) |
| Perdas na alienação de bens e direitos | - | - |
| (-) Recuperação de despesas | 18,93 | 15,18 |
| Tributos | (9,38) | (9,90) |
| Depreciação e amortização | (183,25) | (159,99) |
| Despesas de Construção | - | - |
| Gastos diversos | (124,93) | (108,26) |
| Outras Receitas Operacionais | 276,42 | 173,53 |
| Outras Despesas Operacionais | (41,08) | (17,34) |
| Resultado da Atividade | 186,03 | 172,75 |



EMPRESA FORÇA E LUZ JOÃO CESA LTDA

CNPJ Nº 86.301.124/0001-22

Demonstração do Resultado do Exercício Findos em 31 de Dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais)

| | Consolidado | |
|--|-----------------|----------------|
| | 2021 | 2020 |
| Equivalência patrimonial | - | - |
| Resultado Financeiro | 154,63 | 124,51 |
| Despesas financeiras | (40,98) | (24,69) |
| Receitas financeiras | 195,61 | 149,20 |
| Resultado antes dos impostos sobre os lucros | 340,66 | 297,25 |
| Despesa com impostos sobre os lucros | (147,39) | (85,22) |
| Resultado líquido das operações em continuidade | 193,27 | 212,03 |
| Operações descontinuadas | - | - |
| Lucro (prejuízo) após o imposto do exercício resultante de operações descontinuadas | - | - |
| Resultado líquido do exercício | 193,27 | 212,03 |
| Atribuível aos: | | |
| Acionistas controladores | 152,22 | 167,00 |
| Acionistas não controladores | 41,05 | 45,04 |
| Lucro por ação | 0,19 | 0,21 |
| básico - lucro do exercício atribuível a acionistas controladores detentores de ações ordinárias | 0,15 | 0,16 |
| diluído - lucro do exercício atribuível a acionistas controladores detentores de ações ordinárias | 0,04 | 0,04 |
| Lucro por ação originado das operações em continuidade | - | - |
| básico - lucro de operações continuadas atribuíveis a acionistas controladores detentores de ações ordinárias | - | - |
| diluído - lucro de operações continuadas atribuíveis a acionistas controladores detentores de ações ordinárias | - | - |

Demonstração do Resultado do Exercício Findos em 31 de Dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais)

Demonstração do Resultado Abrangente do Exercício

| | 2021 | 2020 |
|---|-----------------|---------------|
| Resultado do exercício | | |
| Outros resultados abrangentes | 2.108,69 | 445,35 |
| Reserva de reavaliação | 2.108,69 | 445,35 |
| Efeito de imposto de renda | - | - |
| Ganho líquido sobre instrumentos financeiros | - | - |
| Efeito de imposto de renda | - | - |
| Equivalência sobre ganhos abrangentes de coligadas | - | - |
| Efeito de imposto de renda | - | - |
| Diferenças cambiais sobre conversão de operações estrangeiras | - | - |
| Efeito de imposto de renda | - | - |
| Previdência Privada – Superávit (Déficit) Atuarial | - | - |
| Diferenças atuariais | - | - |
| Efeito de imposto de renda | - | - |
| Outros resultados abrangentes | - | - |
| Efeito de imposto de renda | - | - |
| Outros resultados abrangentes do exercício, líquidos de impostos | - | - |
| Total de resultados abrangentes do exercício, líquidos de impostos | 2.108,69 | 445,35 |
| Atribuível a: | | |
| Acionistas Controladores | 1.660,80 | 350,76 |
| Acionistas Não Controladores | 447,89 | 94,59 |



EMPRESA FORÇA E LUZ JOÃO CESA LTDA

CNPJ Nº 86.301.124/0001-22

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido - DMPL dos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais)

| | Capital Social | Reservas de capital | Outros Resultados Abrangentes | Reservas de lucros | Lucros (prejuízos) acumulados | "Recursos destinados a aumento de capital" | Total |
|--|-----------------|---------------------|-------------------------------|--------------------|-------------------------------|--|-----------------|
| Saldo em 31 de dezembro de 2019 | 1.022,73 | (92,09) | 490,67 | - | 1.030,76 | - | 2.452,07 |
| Remuneração das imobilizações em curso | - | - | - | - | - | - | - |
| Aumento de capital social | - | - | - | - | - | - | - |
| Incentivos fiscais | - | - | - | - | - | - | - |
| Realização de reservas | - | - | - | - | - | - | - |
| Proventos excedentes da contabilidade societária | - | - | - | - | - | - | - |
| Lucro líquido (prejuízo) do exercício | - | - | - | - | 252,95 | - | 252,95 |
| Destinação proposta à A.G.O.: | - | - | - | - | - | - | - |
| Reserva legal | - | - | - | - | - | - | - |
| Juros sobre o capital próprio | - | - | - | - | - | - | - |
| Dividendos | - | - | - | - | (122,80) | - | (122,80) |
| Reserva para investimentos | - | - | - | - | - | - | - |
| Reavaliação Regulatoria Compulsoria de Imobilizado - VNR | - | - | (45,32) | - | - | - | (45,32) |
| Efeitos IFRS | - | (40,92) | - | - | 40,92 | - | - |
| Saldo em 31 de dezembro de 2020 | 1.022,73 | (133,01) | 445,35 | - | 1.201,83 | - | 2.536,90 |
| Remuneração das imobilizações em curso | - | - | - | - | - | - | - |
| Aumento de capital social | - | - | - | - | - | - | - |
| Realização de reservas | - | - | - | - | - | - | - |
| Lucro líquido (prejuízo) do exercício | - | - | - | - | 260,20 | - | 260,20 |
| Destinação proposta à A.G.O.: | - | - | - | - | - | - | - |
| Reserva legal | - | - | - | - | - | - | - |
| Juros sobre o capital próprio | - | - | - | - | - | - | - |
| Dividendo | - | - | - | - | (72,80) | - | (72,80) |
| Reserva para investimentos | - | - | - | - | - | - | - |
| Reavaliação Regulatoria Compulsoria de Imobilizado - VNR | - | - | 1.663,34 | - | - | - | 1.663,34 |
| Efeitos IFRS | - | (229,81) | - | - | 229,81 | - | - |
| Saldo em 31 de dezembro de 2021 | 1.022,73 | (362,82) | 2.108,69 | - | 1.619,03 | - | 4.387,63 |



Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Valores expressos em milhares de reais)

1. Setor Elétrico no Brasil

O Setor de Energia Elétrica no Brasil é regulado pelo Governo Federal, atuando por meio do Ministério de Minas e Energia ("MME"), o qual possui autoridade exclusiva sobre o Setor Elétrico. A política regulatória para o Setor é implementada pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL").

O fornecimento de energia elétrica a varejo pela EFLJC é efetuado de acordo com o previsto nas cláusulas de seu Contrato de Concessão de longo prazo de distribuição e comercialização de energia.

De acordo com o Contrato de Concessão de Distribuição, essa Outorgada está autorizada a cobrar de seus consumidores uma taxa pelo fornecimento de energia consistindo em dois componentes: (1) uma parcela referente aos custos de geração, transmissão e distribuição de energia não gerenciáveis ("Custos da Parcela A"); e (2) uma parcela de custos operacionais ("Custos da Parcela B"). Ambas as parcelas são estabelecidas como parte da Concessão original para determinados períodos iniciais. Subsequentemente aos períodos iniciais, e em

intervalos regulares, a ANEEL tem a autoridade de rever os custos da Empresa, a fim de determinar o ajuste da inflação (ou outro fator de ajuste similar), caso existente, aos Custos da Parcela B ("Ajuste Escalar") para o período subsequente. Esta revisão poderá resultar num ajuste escalar com valor positivo, nulo ou negativo.

Adicionalmente aos ajustes referentes aos Custos da Parcela A e Parcela B mencionados acima, nossa Concessão para fornecimento de energia elétrica têm um ajuste tarifário anual, baseado em uma série de fatores, incluindo a inflação. Adicionalmente, como resultado das mudanças regulatórias ocorridas em dezembro de 2001, a Outorgada pode agora requisitar reajustes tarifários resultantes de eventos significativos que abalem o equilíbrio econômico-financeiro dos seus negócios. Outros eventos normais ou recorrentes (como altas no custo da energia comprada, impostos sobre a receita ou ainda a inflação local) também têm permissão para serem absorvidos por meio de aumentos tarifários específicos. Quando a Outorgada solicita um reajuste tarifário, se faz necessário comprovar o impacto financeiro resultante destes eventos nas operações.

A EFLJC está autorizada a atender Consumidores Livres que são aqueles cuja demanda excede a 3 MW em tensão igual ou superior a 69kV (base dez/2019) ou em qualquer nível de tensão, desde que o fornecimento tenha começado após julho de 1995. Uma vez que um consumidor tenha optado pelo mercado livre, só poderá voltar ao sistema regulado se comunicar ao distribuidor de sua região com cinco anos de antecedência. Este período de aviso prévio procura assegurar que, se necessário, a distribuidora poderá comprar energia adicional para suprir a reentrada de Consumidores Livres no mercado regulado.

O serviço de transporte de grandes quantidades de energia elétrica por longas distâncias, no Brasil, é feito utilizando-se de uma rede de linhas de transmissão e subestações em tensão igual ou superior a 230 kV, denominada Rede Básica. Qualquer agente do setor elétrico, que produza ou consuma energia elétrica tem direito à utilização desta Rede Básica, como também o consumidor, atendidas certas exigências técnicas e legais.

Este é o chamado Livre Acesso, assegurado em Lei e garantido pela ANEEL.

A operação e administração da Rede Básica é atribuição do Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, pessoa jurídica de direito privado, autorizado do Poder Concedente, regulado e fiscalizado pela ANEEL, e integrado pelos titulares de geração, transmissão, distribuição e também pelos consumidores com conexão direta à rede básica. O ONS tem a responsabilidade de gerenciar o despacho de energia elétrica das usinas em condições otimizadas, envolvendo o uso dos reservatórios das hidrelétricas e o combustível das termelétricas do sistema interligado nacional.

O pagamento do uso da transmissão aplica-se também à geração da Itaipu Binacional. Entretanto, devido às características legais dessa usina, os encargos correspondentes são assumidos pelas concessionárias de distribuição detentoras das respectivas quotas-partes da potência da usina.

2. Base de preparação e apresentação das Demonstrações Contábeis Regulatórias

As Demonstrações Contábeis para fins regulatórios foram preparadas de acordo com as normas, procedimentos e diretrizes emitidos pelo Órgão Regulador e conforme as políticas contábeis estabelecidas na declaração de práticas contábeis.



Essas demonstrações foram preparadas em consonância com as orientações emitidas pelo Órgão Regulador para Demonstrações Contábeis. As Demonstrações Contábeis para fins regulatórios são separadas das Demonstrações contábeis estatutárias societárias da EFLJC.

Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações para fins regulatórios, uma vez que as Instruções Contábeis para fins Regulatórios especificam um tratamento ou divulgação alternativos em certos aspectos. Quando as Instruções Contábeis Regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil. As informações financeiras distintas das informações preparadas totalmente em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil podem não representar necessariamente uma visão verdadeira e adequada do desempenho financeiro ou posição financeira e patrimonial de uma empresa e apresentar diferença de valores pela aplicação diferenciadas de algumas normas contábeis societária e regulatória. Estas diferenças estão explicadas em notas explicativas, para melhor entendimento do leitor, conforme apresentado nas Demonstrações contábeis preparadas de acordo com estas práticas.

3. Principais Práticas Contábeis Regulatórias

As práticas contábeis utilizadas são as mesmas adotadas nas Demonstrações Contábeis societárias apresentadas nas páginas XX a XX, exceto quanto ao que se estabelece abaixo:

Imobilizado em Serviço: Registrado ao custo de aquisição ou construção, acrescidos do valor de reavaliação atualizado em Novembro de 2016. A depreciação é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados conforme legislação vigente. As taxas anuais de depreciação estão determinadas nas tabelas anexas à Resolução vigente emitida pelo Órgão Regulador. O valor residual é determinado considerando a premissa de existência de indenização de parcela não amortizada de bens pela taxa de depreciação regulatória e o prazo de vigência da outorga de distribuição.

O resultado na alienação na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício. O valor financeiro da alienação é depositada em conta corrente específica, conforme determinação do Órgão Regulador.

Imobilizado em curso: Os gastos de administração central capitalizáveis são apropriados, mensalmente, às imobilizações em bases proporcionais, através de apontamento de horas nas ordens de serviço. A alocação dos dispêndios diretos com pessoal mais os serviços de terceiros é prevista no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. Estes custos são recuperados por meio do mecanismo de tarifas e preços.

A Outorgada agrega mensalmente ao custo de aquisição do imobilizado em curso os juros, as variações monetárias e cambiais, e demais encargos financeiros incorridos sobre empréstimos e financiamentos diretamente atribuídos à aquisição ou constituição de ativo qualificável considerando os seguintes critérios para capitalização:

(a) período de capitalização correspondente à fase de construção do ativo imobilizado, sendo encerrado quando o item do imobilizado encontra-se disponível para utilização;

(b) utilização da taxa média ponderada dos empréstimos vigentes na data da capitalização;

(c) o montante dos juros, as variações monetárias e cambiais, e demais encargos financeiros capitalizados mensalmente não excedem o valor das despesas de juros apuradas no período de capitalização; e

(d) os juros, as variações monetárias e cambiais e demais encargos financeiros capitalizados são depreciados considerando os mesmos critérios e vida útil determinada para o item do imobilizado ao qual foram incorporados. No reconhecimento do custo do ativo imobilizado, as empresas de distribuição de energia têm incluído parte dos custos da administração central, quando esta se dedica diretamente à obra, o qual por sua vez é incluído no processo de revisão tarifária, ou seja, gerando benefícios econômicos futuros.



Intangível: Registrado ao custo de aquisição ou realização. A amortização, quando for o caso, é calculada pelo método linear. Os encargos financeiros, juros e atualizações monetárias incorridos, relativos a financiamentos obtidos de terceiros vinculados ao intangível em andamento, são apropriados às imobilizações intangíveis em curso durante o período de construção do intangível.

Obrigações especiais vinculadas à concessão: Estão representadas pelos valores nominais ou bens recebidos de consumidores das concessionárias e de consumidores não cooperados das permissionárias, para realização de empreendimentos necessários ao atendimento de pedidos de fornecimento de energia elétrica. Esta conta é amortizada pela taxa média de depreciação dos ativos correspondentes a essas obrigações, conforme legislação vigente.

Reserva de reavaliação: é realizada proporcionalmente à depreciação, baixa ou alienação dos respectivos bens reavaliados, mediante a transferência da parcela realizada para lucros acumulados líquida dos efeitos de imposto de renda e contribuição social - nota explicativa nº 05. Para fins da contabilidade societária, a Lei 11.638/2007 permitiu a manutenção dos saldos de reservas de reavaliação existentes em 31 de dezembro de 2007 até a sua efetiva realização. A reavaliação compulsória foi estabelecida pela ANEEL.

A reavaliação regulatória compulsória foi registrada em 31 de dezembro de 2007, complementada em 31 de março de 2012, e, complementada novamente em 30 de novembro de 2016, esta última com base em Laudo de Reavaliação e está de acordo com os montantes homologados pela ANEEL no processo de revisão tarifária da data-base de 23 de agosto de 2016. Neste último ciclo ela abrangeu, também, as Obrigações Especiais do Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica.

Reconhecimento de receita: A receita operacional do curso normal das atividades da Outorgada é medido pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados possam ser estimados de maneira confiável, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável.

A receita de distribuição de energia elétrica é reconhecida no momento em que a energia é faturada. A receita não faturada, relativa ao ciclo de faturamento mensal, é apropriada considerando-se como base a carga real de energia disponibilizada nos últimos 90 dias e o índice de perda anualizado.

Historicamente, a diferença entre a receita não faturada estimada e o consumo real, a qual é reconhecida no mês subsequente, não tem sido relevante.

4. Consumidores e Concessionárias e Permissonárias

| DESCRITO | VALORES CORRENTES | | | | | | VALORES RENEGOCIADOS | | | | | | | |
|--|-------------------|-----------------|---------------|------------------|-------------------|------------------|---------------------------------|-------------|-----------------|---------------------|-----------------|---------------------------------|-----------------|-----------------|
| | CORRENTE A VENCER | | | CORRENTE VENCIDA | | | RENEGOCIADA A VENCER | | | RENEGOCIADA VENCIDA | | | | |
| | Até 60 dias | Mais de 60 dias | Até 90 dias | De 91 a 180 dias | De 181 a 360 dias | Mais de 360 dias | Provisão p/ Devedores Duvidosos | Até 60 dias | Mais de 60 dias | Até 60 dias | Mais de 60 dias | Provisão p/ Devedores Duvidosos | Total 2021 | Total 2020 |
| Fornecimento de Energia | 504,94 | - | 405,52 | 8,70 | 25,07 | 139,29 | (163,60) | - | - | - | 22,15 | (10,87) | 931,18 | 667,08 |
| Residencial | 64,04 | - | 316,17 | 7,76 | 14,41 | 91,27 | (109,99) | - | - | - | 6,70 | (0,92) | 389,44 | 242,99 |
| Industrial | 380,75 | - | 39,80 | 0,07 | 4,99 | 19,95 | (19,95) | - | - | - | 1,54 | (1,54) | 425,60 | 288,37 |
| Comercial | 36,17 | - | 48,56 | 0,88 | 5,67 | 28,06 | (33,66) | - | - | - | 13,91 | (8,41) | 91,17 | 107,12 |
| Rural | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Poderes Públicos | - | - | 0,99 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | 0,99 | 10,43 |
| Iluminação Pública | 23,98 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | 23,98 | 18,18 |
| Serviço Público | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Serviço Taxado | 0,31 | - | 2,60 | 0,35 | 0,38 | 3,87 | (4,40) | - | - | - | - | - | 3,11 | 2,32 |
| Diversos | 56,91 | - | 11,53 | 0,33 | 1,55 | 4,38 | (5,87) | - | - | - | - | - | 68,85 | 87,02 |
| Fornecimento Não Faturado | 683,04 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | 683,04 | 616,61 |
| Arrecadação Processo Classif. | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Suprimento Energia - Moeda Nac. | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Suprimento Energia - Moeda Estr. | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Encargos de Uso da Rede Elétrica | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Suprimento \ Encargo Rede Não Faturado | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Total | 1.245,20 | - | 419,65 | 9,39 | 27,00 | 147,54 | (173,87) | - | - | - | 22,15 | (10,87) | 1.686,18 | 1.373,03 |

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída considerando os principais critérios a seguir elencados:

- 1) Análise criteriosa do Contas a Receber para casos específicos;
- 2) Casos normais, conforme Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, sendo:
 - a) Residenciais vencidos a mais de 90 dias;
 - b) Comerciais vencidos a mais de 180 dias; e
 - c) Industrial, Poder Público e Iluminação Pública vencidos a mais de 360 dias.

Durante o ano de 2020 não houve realização da provisão, uma vez que não "levamos consumidores a reserva" por terem sido esgotados todas as alternativas de cobrança e recuperação de valores.

5. Imobilizado

| | Valor bruto em 31/12/20 | Adições (A) | Baixas (B) | Trans- ferência (C) | Reava- liação | Valor bruto em 31/12/2021 | Adições Líquidas (A)-(B)+(C) | Depreciação Acumulada | Valor Líquido em 31/12/2021 | Valor Líquido em 31/12/2020 | Obrigações Especiais Brutas | Amortização Acumulada | Obrigações Especiais Líquidas |
|---|-------------------------------|-----------------|----------------|---------------------------|------------------|---------------------------------|------------------------------------|--------------------------|-----------------------------------|-----------------------------------|-----------------------------------|--------------------------|-------------------------------------|
| Ativo Imobilizado em Serviço - R\$ Mil | | | | | | | | | | | | | |
| Geração | | | | | | | | | | | | | |
| Terenos | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Reservatórios, barragens e adutoras | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Edificações, obras civis e benfeitorias | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Máquinas e equipamentos | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Veículos | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Móveis e utensílios | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Transmissão | | | | | | | | | | | | | |
| Terenos | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Edificações, obras civis e benfeitorias | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Máquinas e equipamentos | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Veículos | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Móveis e utensílios | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Distribuição | 4.009,84 | 452,64 | (89,59) | -1.473,41 | -364,84 | 6.175,93 | 542,23 | (2.289,86) | 3.886,07 | 1.998,05 | (432,67) | 67,49 | (365,18) |
| Terenos | 57,19 | - | - | - | - | 57,19 | - | - | 57,19 | 57,19 | - | - | - |
| Edificações, obras civis e benfeitorias | 85,52 | - | - | - | - | 85,52 | - | (63,60) | 21,91 | 24,76 | - | - | - |
| Máquinas e equipamentos | 3.501,41 | 452,64 | (89,59) | -1.469,97 | 5.334,41 | 5.334,41 | 363,04 | (1.563,36) | 3.771,05 | 2.039,35 | (432,67) | 67,49 | (365,18) |
| Veículos | 672,06 | - | - | - | - | 672,06 | - | (643,59) | 28,46 | - | - | - | - |
| Móveis e utensílios | 23,31 | - | - | - | 3,44 | 26,75 | - | (19,30) | 7,45 | 8,68 | - | - | - |
| Administração | 1.271,44 | 53,47 | - | - | 364,84 | 1.671,29 | 53,47 | (1.062,21) | 609,09 | 402,77 | - | - | - |
| Terenos | 209,63 | - | - | - | 49,89 | 259,53 | - | - | 259,53 | 209,63 | - | - | - |
| Edificações, obras civis e benfeitorias | 750,30 | - | - | - | 196,96 | 947,26 | - | (759,95) | 187,32 | 131,53 | - | - | - |
| Máquinas e equipamentos | 171,55 | 53,47 | - | - | 95,87 | 320,89 | 53,47 | (183,57) | 137,33 | 26,14 | - | - | - |
| Veículos | 55,50 | - | - | - | 14,82 | 70,32 | - | (70,32) | 0,00 | - | - | - | - |
| Móveis e utensílios | 65,99 | - | - | - | 7,30 | 73,29 | - | (48,38) | 24,91 | 7,17 | - | - | - |
| Comercialização | | | | | | | | | | | | | |
| Terenos | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Edificações, obras civis e benfeitorias | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Máquinas e equipamentos | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Veículos | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Móveis e utensílios | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Subtotal | 5.281,28 | 506,11 | (89,59) | -1.838,25 | 7.847,22 | 7.847,22 | 595,70 | (3.352,07) | 4.495,16 | 2.400,82 | (432,67) | 67,49 | (365,18) |
| Ativo Imobilizado em Curso - R\$ Mil | | | | | | | | | | | | | |
| Gerção | | | | | | | | | | | | | |
| Máquinas e equipamentos | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Outros | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Transmissão | | | | | | | | | | | | | |
| Máquinas e equipamentos | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Outros | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Distribuição | 130,85 | 1.143,32 | - | (1.195,58) | - | 78,60 | (52,25) | - | 78,60 | 234,50 | (16,23) | - | (16,23) |
| Máquinas e equipamentos | 130,85 | 1.143,32 | - | (1.195,58) | - | 78,60 | (52,25) | - | 78,60 | 234,50 | (16,23) | - | (16,23) |
| Outros | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Administração | | | | | | | | | | | | | |
| Máquinas e equipamentos | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Outros | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Subtotal | 130,85 | 1.143,32 | - | (1.195,58) | - | 78,60 | (52,25) | - | 78,60 | 234,50 | (16,23) | - | (16,23) |
| Total do Ativo Imobilizado | 5.412,13 | 1.649,43 | (89,59) | (1.195,58) | 1.838,25 | 7.925,82 | 543,45 | (3.352,07) | 4.573,75 | 2.635,32 | (448,90) | | |



A composição do intangível é como segue :

| Intangível - R\$ Mil | Valor bruto em 31/12/2020 | Adições (A) | Baixas (B) | Transferência (C) | Reavaliação (C) | Valor bruto em 31/12/2021 | Adições Líquidas (A)-(B)+(C) | Depreciação Acumulada | Valor Líquido em 31/12/2021 | Valor Líquido em 31/12/2020 |
|------------------------------------|---------------------------|--------------|------------|-------------------|-----------------|---------------------------|------------------------------|-----------------------|-----------------------------|-----------------------------|
| Ativo Intangível em Serviço | | | | | | | | | | |
| Geração | | | | | | | | | | |
| Serviços | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Uso do bem público | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Softw ares | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Outros | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Transmissão | | | | | | | | | | |
| Serviços | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Softw ares | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Outros | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Distribuição | 51,18 | 85,04 | - | - | 13,69 | 149,91 | 85,04 | (61,35) | 88,56 | - |
| Serviços | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Softw ares | 51,18 | 85,04 | - | - | 13,69 | 149,91 | 85,04 | (61,35) | 88,56 | - |
| Outros | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Administração | | | | | | | | | | |
| Softw ares | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Outros | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Comercialização | | | | | | | | | | |
| Softw ares | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Outros | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Subtotal | 51,18 | 85,04 | - | - | 13,69 | 149,91 | 85,04 | (61,35) | 88,56 | - |
| Ativo Intangível em Curso | | | | | | | | | | |
| Geração | | | | | | | | | | |
| Serviços | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Uso do bem público | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Softw ares | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Outros | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Transmissão | | | | | | | | | | |
| Serviços | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Softw ares | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Outros | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Distribuição | | | | | | | | | | |
| Serviços | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Softw ares | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Outros | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Administração | | | | | | | | | | |
| Softw ares | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Outros | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Comercialização | | | | | | | | | | |
| Softw ares | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Outros | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Subtotal | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Total do Ativo Intangível | 51,18 | 85,04 | - | - | 13,69 | 149,91 | 85,04 | (61,35) | 88,56 | - |

A composição da conta Máquinas e Equipamentos da Atividade de Distribuição é como segue:

| Distribuição - Máquinas e Equipamentos - R\$ Mil | Valor bruto em 31/12/2020 | Adições (A) | Baixas (B) | Transferencia (C) | Reavaliação | Valor bruto em 31/12/2021 | Adições Líquidas (A)-(B)+C |
|---|---------------------------|-----------------|----------------|-------------------|-----------------|---------------------------|----------------------------|
| AIS Bruto | 3.501,40 | 452,64 | (89,59) | - | 1.469,97 | 5.334,41 | 363,04 |
| Transformador de Distribuição | 850,40 | 30,56 | (6,05) | - | 99,23 | 974,14 | 24,51 |
| Medidor | 861,61 | 288,35 | (57,07) | - | 936,42 | 2.029,31 | 231,27 |
| Redes Baixa Tensão (< 2,3 kV) | 1.372,58 | 94,61 | (18,73) | - | 307,24 | 1.755,70 | 75,88 |
| Redes Média Tensão (2,3 kV a 44 kV) | 416,81 | 39,13 | (7,75) | - | 127,08 | 575,27 | 31,38 |
| Redes Alta Tensão (69 kV) | - | - | - | - | - | - | - |
| Redes Alta Tensão (88 kV a 138 kV) | - | - | - | - | - | - | - |
| Redes Alta Tensão (>= 230 kV) | - | - | - | - | - | - | - |
| Subestações Média Tensão (primário 30 kV a 44 kV) | - | - | - | - | - | - | - |
| Subestações Alta Tensão (primário de 69 kV) | - | - | - | - | - | - | - |
| Subestações Alta Tensão (primário 88 kV a 138 kV) | - | - | - | - | - | - | - |
| Subestações Alta Tensão (primário >= a 230 kV) | - | - | - | - | - | - | - |
| Demais Máquinas e Equipamentos | - | - | - | - | - | - | - |
| Obrigações Especiais do AIS Bruto | (221,63) | (211,05) | - | - | - | (432,67) | (211,05) |
| Participações, Doações, Subvenções, PEE, P&D, Universalização | (109,39) | (85,04) | - | - | - | (194,43) | (85,04) |
| Outros | (112,24) | (126,01) | - | - | - | (238,25) | (126,01) |
| Originadas da Receita | - | - | - | - | - | - | - |
| Ultrapassagem de demanda | (42,87) | (64,78) | - | - | - | (107,65) | (64,78) |
| Excedente de reativos | (69,37) | (61,22) | - | - | - | (130,59) | (61,22) |
| Diferença das perdas regulatórias | - | - | - | - | - | - | - |
| Outros | - | - | - | - | - | - | - |



| | 2021 | | | 2020 | | |
|---|--------------------------------------|-----------------|--------------------------------------|-----------------|-----------------|--|
| | Taxas Anuais médias de depreciação % | Bruto | "Depreciação e Amortização Acumulada | Valor Líquido | Valor Líquido | |
| Em serviço | | | | | | |
| Geração | - | - | - | - | - | |
| Custo histórico | - | - | - | - | - | |
| Correção monetária especial | - | - | - | - | - | |
| Reavaliação | - | - | - | - | - | |
| Transmissão | - | - | - | - | - | |
| Custo histórico | - | - | - | - | - | |
| Correção monetária especial | - | - | - | - | - | |
| Reavaliação | - | - | - | - | - | |
| Distribuição | 2,73% | 6.175,93 | (2.289,86) | 3.886,07 | 2.129,99 | |
| Custo histórico | 3,61% | 3.824,51 | (1.572,39) | 2.252,12 | 1.960,54 | |
| Correção monetária especial | - | - | - | - | - | |
| Reavaliação | 1,30% | 2.351,42 | (717,46) | 1.633,95 | 169,44 | |
| Administração | 0,80% | 1.671,29 | (1.062,21) | 609,09 | 374,48 | |
| Custo histórico | 0,34% | 2.567,45 | (889,42) | 1.678,03 | 1.237,21 | |
| Correção monetária especial | - | - | - | - | - | |
| Reavaliação | -0,51% | (896,16) | (172,79) | (1.068,95) | (862,74) | |
| Comercialização | - | - | - | - | - | |
| Custo histórico | - | - | - | - | - | |
| Correção monetária especial | - | - | - | - | - | |
| Reavaliação | - | - | - | - | - | |
| Atividades não vinculadas à concessão do Serviço Público de Energia Elétrica | - | - | - | - | - | |
| Custo histórico | - | - | - | - | - | |
| Correção monetária especial | - | - | - | - | - | |
| Reavaliação | - | - | - | - | - | |
| Em curso | - | 78,60 | - | 78,60 | 130,85 | |
| Geração | - | - | - | - | - | |
| Transmissão | - | - | - | - | - | |
| Distribuição | - | 78,60 | - | 78,60 | 130,85 | |
| Administração | - | - | - | - | - | |
| Atividades não vinculadas à concessão do Serviço Público de Energia Elétrica | - | - | - | - | - | |

A composição das adições do exercício, por tipo de gastos capitalizado, é como segue:

| | Material/ Equipamento | Serviços de Terceiro | Mão de obra própria | Juros Capitalizados | Depreciação/ Amortização | Outros Gastos | Total |
|---|--------------------------|-------------------------|------------------------|------------------------|-----------------------------|---------------|---------------|
| Terrenos | - | - | - | - | - | - | - |
| Reservatórios, Barragens e Adutoras | - | - | - | - | - | - | - |
| Edificações, Obras Cíveis e Benefeitorias | - | - | - | - | - | - | - |
| Máquinas e Equipamentos | 438,15 | 3,56 | 63,99 | - | - | 0,41 | 506,11 |
| Móveis e Utensílios | - | - | - | - | - | - | - |
| A Ratear | - | - | - | - | - | - | - |
| Desenvolvimento de Projetos | - | - | - | - | - | - | - |
| Transformação, Fabricação e Reparo de | - | - | - | - | - | - | - |
| Materials | - | - | - | - | - | - | - |
| Material em Depósito | - | - | - | - | - | - | - |
| Compras em Andamento | - | - | - | - | - | - | - |
| Adiantamentos a Fomecedores | - | - | - | - | - | - | - |
| Depósitos Judiciais | - | - | - | - | - | - | - |
| Outros | - | - | - | - | - | - | - |
| Total das Adições | 438,15 | 3,56 | 63,99 | - | - | 0,41 | 506,11 |

Observação: No exercício de 2021 houve atualização da Reavaliação Regulatória Compulsória conforme laudo para a 4ª Revisão Tarifária Periódica da JOÃO CESA, devidamente publicada pela ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica.



As principais taxas anuais de depreciação por macroatividade, de acordo com a Resolução ANEEL no 674 de 2015, são as seguintes

| Taxas Anuais de Depreciação | |
|--------------------------------------|-------|
| Distribuição | |
| Banco de capacitores | 6,67 |
| Chave seccionadora | 6,67 |
| Condutor do sistema de Distribuição | 3,57 |
| Estrutura do sistema de Distribuição | 3,57 |
| Regulador de tensão | 4,35 |
| Transformador de Distribuição | 4,00 |
| Administração central | |
| Equipamento geral | 6,25 |
| Equipamento geral de informática | 16,67 |
| Veículos | 14,29 |

De acordo com nosso Contrato de Concessão (Permissão) para o Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica, que está harmonizado com os extintos artigos 63 e 64 do Decreto no 41.019 de 26 de fevereiro de 1957 (atualizado e revogado pelo Decreto No. 10.810/21), os bens e instalações utilizados na geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica são vinculados a estes serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador.

O ato normativo que regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concede autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto das alienação seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

As dez principais adições (pelo critério de valor) ao imobilizado em serviço no exercício foram:

| CONSOLIDADO | |
|---|-------------------|
| Descrição do Bem | Em R\$ Mil |
| MEDIDOR MONO E-430-B1A3-AN-ABBN-15-00-1 QUALIDADE | 20,75 |
| MEDIDOR MONO E-430-B1A3-AN-ABBN-15-00-1 QUALIDADE | 19,36 |
| MODEM GPO - MODEM GPRS PARA TELEMEDIÇÃO DE MEDIDORES DE ENERGIA ELÉTRICA C/ CABO ÓPTICO PADRÃO ABNT | 19,19 |
| MEDIDOR MONO E-430-B1A3-AN-ABBN-15-00-1 QUALIDADE | 14,40 |
| MODEM GPO - MODEM GPRS PARA TELEMEDIÇÃO DE MEDIDORES DE ENERGIA ELÉTRICA C/ CABO ÓPTICO PADRÃO ABNT | 13,95 |
| MEDIDOR MONO E-430-B1A3-AN-ABBN-15-00-1 QUALIDADE | 12,44 |
| MODEM GPO - MODEM GPRS PARA TELEMEDIÇÃO DE MEDIDORES DE ENERGIA ELÉTRICA C/ CABO ÓPTICO PADRÃO ABNT | 11,94 |
| MEDIDOR MONO E-430-B1A3-AN-ABBN-15-00-1 QUALIDADE | 11,33 |
| MEDIDOR MONO E-430-B1A3-AN-ABBN-15-00-1 QUALIDADE | 10,31 |
| MODEM GPO - MODEM GPRS PARA TELEMEDIÇÃO DE MEDIDORES DE ENERGIA ELÉTRICA C/ CABO ÓPTICO PADRÃO ABNT | 10,29 |

As dez principais baixas (pelo critério de valor) do imobilizado em serviço no exercício foram:

| CONSOLIDADO | |
|--|-------------------|
| Descrição do Bem | Em R\$ Mil |
| TRANSF. TRIF. 45 KVA, 13800/380/220 V | 4,42 |
| POSTE DE CONCRETO CIRCULAR 9 X 150 daN | 1,28 |
| MEDIDOR TRIF E450-B1C3-AN-ABBN-15-00-1 QUALIDADE | 1,24 |
| MEDIDOR TRIF E450-B1C3-AN-ABBN-15-00-1 QUALIDADE | 1,23 |
| MEDIDOR TRIFÁSICO ELETRÔNICO 15 (120) A 240 V | 1,17 |
| MEDIDOR BIF E450-B1C-AN-ABBN-15-00-1 QUALIDADE | 1,17 |
| POSTE DE CONCRETO CIRCULAR 10 X 600 daN | 1,10 |
| TRANSF. TRIF. 45 KVA, 13800/220 V | 1,02 |
| TRANSF. TRIF. 45 KVA, 13800/220 V | 0,97 |
| MEDIDOR TRIFÁSICO ELETRÔNICO 15 (120) A 240 V | 0,82 |



6. Ativos e Passivos Financeiros Setoriais

O Acordo Geral do Setor Elétrico, assinado em 2001, e a nova regulamentação do Setor de Energia elétrica implicaram na constituição de diversos ativos e passivos financeiros setoriais, bem como no diferimento dos impostos federais incidentes sobre parte desses ativos e passivos (são quitados à medida que os ativos e passivos são recebidos e/ou pagos) conforme demonstrado a seguir:

a) Conta de compensação de variação de custos da “Parcela A”

Os itens da Parcela "A" são definidos como sendo o somatório das diferenças, positivas ou negativas, no período de 29/08/2019 a 28/08/2020, entre os valores dos custos não gerenciáveis apresentados na base de cálculo para a determinação do último reajuste tarifário anual e os desembolsos efetivamente ocorridos no período. A recuperação da Parcela "A" foi iniciada em agosto de 2020, logo após o final da vigência do IRT 2020.

Os créditos da Parcela "A" são atualizados pela variação da SELIC até o mês efetivo da sua compensação, não havendo limite de prazo para sua realização.

À medida que os valores da Parcela "A" são recebidos na tarifa, a EFLJC transfere o valor correspondente registrado no ativo para o resultado. De igual forma, as que vão ocorrendo no novo ciclo, vão sendo reconhecidas e atualizadas;

b) Demais ativos e passivos regulatórios

A movimentação das contas de demais ativos e passivos regulatórios é a seguinte:

i) Programas sociais e governamentais

A Empresa, consciente de sua atuação socialmente responsável, prioriza sua participação em programas e ações governamentais, adotando iniciativas voltadas ao aperfeiçoamento de políticas públicas na área social. Neste sentido, concedemos os descontos previstos no programa governamental para Residenciais Baixa Renda, bem como descontos aos consumidores Rurais e à TUSD dos Consumidores Livres conectados em nossa rede. Estes serão reembolsados pela CDE e são lançadas no grupo 1119.1.09.01 - Subsídios Tarifários E Redução Tarifária Equilibrada, não fazendo mais parte dos chamados "subsídios cruzados" até 2014 existente no Setor Elétrico.

ii) Quota parte de energia nuclear

A EFLJC, por ter um mercado anual inferior a 500 GW, não participa da obrigatoriedade da quota parte de energia nuclear, uma vez que obtém sua energia via contrato de Suprimento junto à CELESC-DIS.

iii) Neutralidade da Parcela A

Trata-se do valor referente a uma inconsistência da metodologia de cálculo do reajuste tarifário em anos anteriores, conforme contratos de concessão vigentes, e que gerou uma tarifa superior ou inferior à devida, uma vez que não foi assegurada a neutralidade dos itens dos custos não gerenciáveis da Parcela A. Da mesma forma que na CVA, é anualmente formada e amortizada no exercício seguinte após o seu reconhecimento oficial no reajuste ou revisão tarifária.

iv) Sobrecontratação

O Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, em seu art. 38, determina que no repasse dos custos de aquisição de energia elétrica às tarifas dos consumidores finais, a ANEEL deverá considerar até 103% do montante total de energia elétrica contratada em relação à carga anual de fornecimento do agente de distribuição. Este repasse foi regulamentado pela Resolução ANEEL nº 255, de 6 de março de 2007. Em 2021 este parâmetro ainda não gerou impactos à nossa Empresa, uma vez que ainda estamos praticando a compra de energia via Suprimento.

v) Diferimento ou Ressarcimento de reposição tarifária

No presente ciclo de revisão tarifária, a EFLJC não teve diferimento ou ressarcimento de reposição tarifária.



A movimentação das contas de Ativos Financeiros Setoriais, bem como a abertura do saldo é a seguinte:

| | Saldo em 31/12/2020 | Adição | Amortização | Remun. | Transf. | Saldo em 31/12/21 | Valores em Amortizacao | Valores em Constituição | Circulante | Não Circulante |
|--|------------------------|---------------|-----------------|----------|----------------|----------------------|---------------------------|----------------------------|---------------|-------------------|
| Ativos Financeiros Setoriais - R\$ Mil | 160,43 | 374,00 | (240,24) | - | 5,60 | 299,79 | 154,79 | 145,00 | 299,79 | - |
| CVA Ativa | 160,43 | 374,00 | (240,24) | - | 5,60 | 299,79 | 154,79 | 145,00 | 299,79 | - |
| Aquisição de Energia - (CVAenerg) | 82,95 | 196,24 | (100,79) | - | 0,75 | 179,14 | 50,94 | 128,20 | 179,14 | - |
| Custo da Energia de Itaipu | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Proinfra | 4,15 | 44,32 | (14,53) | - | 0,64 | 34,58 | 20,87 | 13,71 | 34,58 | - |
| Transporte Rede Básica | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Transporte de Energia - Itaipu | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| ESS | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| CDE | 73,34 | 133,45 | (124,92) | - | 4,21 | 86,07 | 82,98 | 3,09 | 86,07 | - |
| CFURH | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Demais Ativos Financeiros Setoriais | 105,84 | 312,17 | (198,24) | - | (43,43) | 176,34 | 126,56 | 49,78 | 176,34 | - |
| Majoração PIS/COFINS | 11,60 | 73,89 | (72,05) | - | - | 13,44 | 13,44 | - | 13,44 | - |
| Programas Sociais Governamentais | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Quota Parte de Energia Nuclear | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Neutralidade da Parcela A | 94,24 | 238,28 | (126,19) | - | (43,43) | 162,90 | 113,12 | 49,78 | 162,90 | - |
| Sobrecontratação de Energia | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Diferimento de Reposição na RTP | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Bandeiras Tarifárias | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Outros | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| (-) Provisão p/ Redução ao Valor Recup. | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Total Ativos Financeiros Setoriais | 266,27 | 686,18 | (438,48) | - | (37,84) | 476,14 | 281,35 | 194,78 | 476,13 | - |

A movimentação das contas de Passivos Financeiros Setoriais, bem como a abertura do saldo é a seguinte:

| Passivo Financeiros Setoriais - R\$ Mil | Saldo em | | Adição | Amortização | Remun. | Transf. | Saldo em | | Valores em | | Não | |
|---|-----------------|-----------------|----------------|--------------|-----------------|----------------|-----------------|-----------------|-----------------|----------------|------------|---------|
| | 31/12/20 | 31/12/21 | | | | | 31/12/21 | Amortização | Constituição | Circulante | Circulante | |
| Total | (57,30) | (41,32) | (42,10) | 63,68 | - | (5,60) | (41,32) | (6,50) | (34,82) | (41,32) | - | - |
| Custos de Aquisição de Energia - (CVAenerg) | (21,17) | 0,00 | (0,09) | 22,01 | - | (0,75) | 0,00 | - | - | - | - | - |
| Custo da energia de Itaipu | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Progr. de Incentivo a Fontes Alternativas de Energia Elétrica - PROINFA | (11,79) | (0,00) | (0,06) | 12,48 | - | (0,64) | (0,00) | - | - | - | - | - |
| Transporte de energia pela rede básica | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Transporte de energia elétrica - Itaipu | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Encargos de Serviços de Sistema - ESS | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Conta de Desenvolvimento Energético - CDE | (24,34) | (41,96) | (41,96) | 29,19 | - | (4,21) | (41,32) | (6,50) | (34,82) | (41,32) | - | - |
| Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hidricos - CFURH | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Total | (352,25) | (563,78) | 652,80 | 43,43 | (219,81) | (27,59) | (192,22) | (219,81) | (219,81) | (21,65) | - | - |
| Majoração de alíquotas de PIS/Cofins | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Programas sociais governamentais | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Quota parte de energia nuclear | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Neutralidade da Parcela A | (224,13) | (39,08) | (233,63) | 375,24 | - | 43,43 | (39,08) | (27,59) | (11,49) | (39,08) | - | - |
| Sobrecontratação de energia | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Diferimento de reposição na revisão tarifária periódica | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Bandeiras tarifárias | (5,67) | (159,08) | (299,04) | 145,63 | - | - | (159,08) | - | (159,08) | (159,08) | - | - |
| Outros | (122,46) | (21,65) | (31,12) | 131,93 | - | - | (21,65) | - | (21,65) | - | - | (21,65) |
| Total dos Passivos Financeiros Setoriais | (409,55) | (605,89) | 716,48 | 37,84 | (261,13) | (34,09) | (227,04) | (261,13) | (261,13) | (21,65) | - | - |

Obs: Valores expresso no "Não Circulante" referem-se à Ultrapassagem de Demandada e Excedente de Reativo, ali registrados por ordem da SFF/ANEEL até o ano de nossa Revisão Tarifária Periódica.



Abertura dos Ativos Financeiros – R\$ Mil

| INSTITUIÇÃO / LINHA CREDORA | Juros de Curto Prazo | | Principal + Juros | | Saldo Total | | Adimplente | | Datas de captação | | Tipo de garantia | | Índice | | Spread | | Data Próxima | | Data Final | | Sistematizações | | Total | | | | | | |
|--|----------------------|-------|-------------------|----|-------------|-------|------------|---|-------------------|---------|------------------|----------|--------|--------|--------|-------|--------------|-------|------------|-------|-----------------|-------------|-----------|------|------|------|------|-------|---|
| | Prazo | Prazo | LP | LP | Total | Total | % | % | reapctuação | captção | reapctuação | garantia | ou | Índice | ou | Juros | % a.a | Juros | Pgto | Juros | Amortização | Amortização | 21-4T2022 | 2023 | 2024 | 2025 | 2026 | 2027+ | |
| Ativos Financeiros | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Caixa e Aplicações Financeiras | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Saldo Final de Caixa - Conta 1101.1 | - | - | 790,56 | - | 790,56 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Aplic. Financ. CDB | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Aplic. Financ. Fundos DI | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Aplic. Financ. Outros Fundos de Invest | - | - | - | - | 8,12 | 8,12 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Título Sincob | - | - | - | - | 8,12 | 8,12 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Aplic. Financ. ou Ativo Financ. 02 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Móveis Ativos | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Módulo 01 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Módulo 02 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |



Abertura dos Instrumentos
A EFLJC não se utilizou de instrumento derivativos em 2020 e 2021

Composição do Endividamento e Dívida Líquida - R\$ Mil

| RESUMO | Juros de Curto Prazo | Principal | | Total 2021 | Total 2020 |
|--------------------------------------|-------------------------|-----------------|-------------------------|-----------------|-----------------|
| | | Curto Prazo | Principal + Juros LP | | |
| Dívida Bruta | - | 233,65 | - | 233,65 | 226,55 |
| Financ. / Emprést. Moeda Estrangeira | - | - | - | - | - |
| Financ. / Emprést. Moeda Nacional | - | 77,09 | - | 77,09 | 76,15 |
| Tributária | - | 156,55 | - | 156,55 | 150,40 |
| Fundo de Pensão | - | - | - | - | - |
| Intrasetoriais | - | - | - | - | - |
| Mútuos Passivos (Empresas Ligadas) | - | - | - | - | - |
| Diversos | - | - | - | - | - |
| Intrasetoriais Corrente em Atraso | - | - | - | - | - |
| Tributária Corrente em Atraso | - | - | - | - | - |
| Derivativos a Pagar | - | - | - | - | - |
| Ativos Financeiros | - | (776,14) | - | (776,14) | (469,89) |
| Alta Liquidez | - | (776,14) | - | (776,14) | (911,28) |
| Demais Aplicações Financeiras | - | - | - | - | - |
| Derivativos a Receber | - | - | - | - | - |
| Mútuos Ativos (Empresas Ligadas) | - | - | - | - | - |
| Dívida Líquida | - | (542,50) | - | (542,50) | (243,34) |

8. Imposto de renda e contribuição social diferidos

Não houveram Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos em 2020 e 2021 na EFLJCL, uma vez que as provisões efetuadas estão de acordo com o nosso processo tarifário, inclusive a PCLD.

Não houveram, também, nenhuma provisão de ganhos contingentes que pudessem resultar em diferimento de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido.

| | 2021 | 2020 |
|---|------|------|
| Ativo circulante | - | - |
| Provisão para créditos de liquidação duvidosa | - | - |
| Provisão para perdas em estoque | - | - |
| Ativo não circulante | - | - |
| Provisão para déficit previdenciário | - | - |
| Provisão para contingências fiscais | - | - |
| Provisão para outras contingências | - | - |
| Total | - | - |

Os créditos tributários constituídos com base em projeções orçamentárias elaboradas pela administração da Outorgada serão realizados em XX anos.



9. Provisões para Litígios

Os saldos de provisões para Litígios em 2020 e 2021, mantidos na EFLJCL foram:

| R\$ Mil | Trabalhistas | Cíveis | Fiscais | Ambientais | Regulatórios | Outros | Total |
|-----------------------------|--------------|-----------------|---------|------------|--------------|--------|-----------------|
| Saldos em 31/12/2020 | - | (98,56) | - | - | - | - | (98,56) |
| Constituição | - | - | - | - | - | - | - |
| Baixas/reversão | - | - | - | - | - | - | - |
| Atualização | - | (92,06) | - | - | - | - | (92,06) |
| Saldos em 31/12/2021 | - | (190,62) | - | - | - | - | (190,62) |

10. Obrigações vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica

São obrigações vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica e representam os valores da União, dos Estados, dos Municípios e dos consumidores, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno a favor do doador e às subvenções destinadas a investimentos no Serviço Público de Energia Elétrica na atividade de Distribuição. Segue a composição destas obrigações:

| Obrigações Especiais - R\$ Mil | Depreciação | | Correção Monetária | | Total |
|--|------------------|-----------------|--------------------|----------------|-----------------|
| | Taxa Média Anual | Custo Histórico | Especial | Reavaliação | |
| Em serviço | 3,49% | (372,74) | - | (59,94) | (432,67) |
| Participação da União, Estados e Municípios | - | - | - | - | - |
| Participação Financeira do Consumidor | 3,56% | (7,97) | - | (9,66) | (17,63) |
| Doações e Subv. a Invest. no Serviço Concedido | - | - | - | - | - |
| Programa de Eficiência Energética - PEE | - | - | - | - | - |
| Pesquisa e Desenvolvimento | 3,43% | (126,52) | - | (50,28) | (176,80) |
| Universalização Serv. Púb. de Energia Elétrica | - | - | - | - | - |
| Outros | 0,00% | (238,25) | - | - | (238,25) |
| Ultrapassagem de demanda | - | (107,65) | - | - | (107,65) |
| Excedente de reativos | - | (130,59) | - | - | (130,59) |
| Diferença das perdas regulatórias | - | - | - | - | - |
| Outros | - | - | - | - | - |
| (-) Amortização Acumulada - AIS | 0,00% | 16,58 | - | 26,53 | 43,11 |
| Participação da União, Estados e Municípios | - | - | - | - | - |
| Participação Financeira do Consumidor | - | 4,38 | - | 8,97 | 13,34 |
| Doações e Subv. a Invest. no Serviço Concedido | - | - | - | - | - |
| Programa de Eficiência Energética - PEE | - | - | - | - | - |
| Pesquisa e Desenvolvimento | - | 12,20 | - | 17,57 | 29,76 |
| Universalização Serv. Púb. de Energia Elétrica | - | - | - | - | - |
| Outros | 0,00% | 24,39 | - | - | 24,39 |
| Ultrapassagem de demanda | - | 9,51 | - | - | 9,51 |
| Excedente de reativos | - | 14,88 | - | - | 14,88 |
| Diferença das perdas regulatórias | - | - | - | - | - |
| Outros | - | - | - | - | - |
| Em Curso | | (16,23) | - | - | (16,23) |
| Ultrapassagem de demanda | - | (5,44) | - | - | (5,44) |
| Excedente de reativos | - | (10,79) | - | - | (10,79) |
| Total | 3,49% | (348,00) | - | (33,41) | (381,41) |



Conforme determinação da SFF/ANEEL, detalhamos abaixo os saldos das Obrigações Vinculadas ao Serviço Público de Energia Elétrica, por data de formação, compondo sua respectiva depreciação acumulada.

| CONTA | Nomenclatura | 2020 | Movimentação | 2021 |
|-----------------------|--|-----------------|-----------------|-----------------|
| 2223.3.01.02.00.0.001 | Participação Financeira do Consumidor - Até Dez/2015 | (7,97) | - | (7,97) |
| 2223.3.01.05.00.0.002 | Reavaliação Compulsoria Regulatoria - VNR de Part. Fin. de Cons. Nov/2016 | (9,66) | - | (9,66) |
| | Sub total | (17,63) | - | (17,63) |
| 2223.3.01.05.00.0.001 | Software - Neo Domino -P&D - Projeto Localização de Faltas - Até Dez/2015 | (41,48) | - | (41,48) |
| 2223.3.01.05.00.0.003 | Software - Projeto Localização de Faltas - Dez/2021 | - | (85,04) | (85,04) |
| 2223.3.02.02.00.0.002 | Reavaliação Compulsoria Regulatoria - VNR de Part. Fin do Cons. - Nov/2016 | (50,28) | - | (50,28) |
| | Sub total | (91,76) | (85,04) | (176,80) |
| 2223.3.01.99.00.0.002 | Receita de Excedente de Reativo- Mar/2016 | (69,37) | - | (69,37) |
| 2223.3.01.99.00.0.004 | Receita de Excedente de Reativo - Ciclo 2016/2021 | - | (61,22) | (61,22) |
| 2223.3.01.99.00.0.003 | Receita de Ultrapassagem de Demanda - Mar/2016 | (42,87) | - | (42,87) |
| 2223.3.01.99.00.0.005 | Receita de Ultrapassagem de Demanda - Ciclo 2016/2021 | - | (64,78) | (64,78) |
| | Sub total | (112,24) | (126,01) | (238,25) |
| | Total | (221,63) | (211,05) | (432,67) |
| 2223.3.02.02.00.0.001 | (-) Depreciação Participação Financeira Consumidor - Até Dez/2015 | 4,11 | 0,27 | 4,38 |
| 2223.3.02.02.00.0.002 | Reavaliação Compulsoria Regulatoria - VNR de Part. Fin do Cons. - Nov/2016 | 8,64 | 0,33 | 8,97 |
| | Sub total | 12,75 | 0,60 | 13,34 |
| 2223.3.02.05.00.0.001 | (-) D.A - Software - P&D - Neo Domino - Até Dez/2015 | 10,53 | 1,40 | 11,93 |
| 2223.3.02.05.00.0.003 | (-) D.A Projeto P&D - Localização de Perdas - Dez/2021 | - | 0,27 | 0,27 |
| 2223.3.02.05.00.0.002 | Reavaliação Compulsoria Regulatoria - VNR de Software - Nov/2016 | 15,86 | 1,70 | 17,57 |
| | Sub total | 26,39 | 3,37 | 29,76 |
| 2223.3.02.99.00.0.002 | (-) DA - Receita de Excedente de Reativo- Mar/2016 | - | 14,16 | 14,16 |
| 2223.3.02.99.00.0.004 | (-) DA - Receita de Excedente de Reativo - Ciclo 2016/2021 | - | 0,72 | 0,72 |
| 2223.3.02.99.00.0.003 | (-) DA - Receita de Ultrapassagem de Demanda - Mar/2016 | - | 8,75 | 8,75 |
| 2223.3.02.99.00.0.005 | (-) DA - Receita de Ultrapassagem de Demanda - Ciclo 2016/2021 | - | 0,76 | 0,76 |
| | | - | 24,39 | 24,39 |
| 2223.3.02 | Total | 39,14 | 28,36 | 67,49 |



A movimentação ocorrida no exercício pode assim ser resumida:

| | SValor Bruto em | Adições | Baixas | Transferência | Reavaliação | Valor |
|--|-----------------|-----------------|----------|---------------|-------------|-----------------|
| Obrigações Especiais - R\$ Mil | 31/12/2020 | (a) | (b) | (c) | | Bruto em |
| | | | | | | 31/12/2021 |
| Em serviço | (109,40) | (85,03) | - | - | - | (194,43) |
| Participação da União, Estados e Municípios | - | - | - | - | - | - |
| Participação Financeira do Consumidor | (17,63) | - | - | - | - | (17,63) |
| Doações e Subv. a Invest. no Serviço Concedido | - | - | - | - | - | - |
| Programa de Eficiência Energética - PEE | - | - | - | - | - | - |
| Pesquisa e Desenvolvimento | (91,77) | (85,03) | - | - | - | (176,80) |
| Universalização Serv. Púb. de Energia Elétrica | - | - | - | - | - | - |
| Outros | (112,24) | (126,01) | - | - | - | (238,25) |
| Ultrapassagem de demanda | (42,87) | (64,78) | - | - | - | (107,65) |
| Excedente de reativos | (69,37) | (61,22) | - | - | - | (130,59) |
| Diferença das perdas regulatórias | - | - | - | - | - | - |
| Outros | - | - | - | - | - | - |
| (-) Amortização Acumulada - AIS | 39,14 | 1,94 | - | 24,39 | 2,03 | 67,49 |
| Participação da União, Estados e Municípios | - | - | - | - | - | - |
| Participação Financeira do Consumidor | 12,75 | 0,27 | - | - | 0,33 | 13,34 |
| Doações e Subv. a Invest. no Serviço Concedido | - | - | - | - | - | - |
| Programa de Eficiência Energética - PEE | - | - | - | - | - | - |
| Pesquisa e Desenvolvimento | 26,39 | 1,67 | - | - | 1,70 | 29,76 |
| Universalização Serv. Púb. de Energia Elétrica | - | - | - | - | - | - |
| Outros | - | - | - | 24,39 | - | 24,39 |
| Ultrapassagem de demanda | - | - | - | 9,51 | - | 9,51 |
| Excedente de reativos | - | - | - | 14,88 | - | 14,88 |
| Diferença das perdas regulatórias | - | - | - | - | - | - |
| Outros | - | - | - | - | - | - |
| Total em Serviço | (182,50) | (209,10) | - | 24,39 | 2,03 | (365,18) |
| Em Curso | - | - | - | - | - | - |
| Participação da União, Estados e Municípios | - | - | - | - | - | - |
| Participação Financeira do Consumidor | - | - | - | - | - | - |
| Doações e Subv. a Invest. no Serviço Concedido | - | - | - | - | - | - |
| Programa de Eficiência Energética - PEE | - | - | - | - | - | - |
| Pesquisa e Desenvolvimento | - | - | - | - | - | - |
| Universalização Serv. Púb. de Energia Elétrica | - | - | - | - | - | - |
| Valores Pendentes de Recebimento | - | - | - | - | - | - |
| Valores Não Aplicados | - | - | - | - | - | - |
| Outros | (16,23) | - | - | - | - | (16,23) |
| Ultrapassagem de demanda | (5,44) | - | - | - | - | (5,44) |
| Excedente de reativos | (10,79) | - | - | - | - | (10,79) |
| Diferença das perdas regulatórias | - | - | - | - | - | - |
| Outros | - | - | - | - | - | - |
| Total em Curso | (16,23) | - | - | - | - | (16,23) |
| Total Geral | (198,73) | (209,10) | - | 24,39 | 2,03 | (381,41) |

Obs: A partir da RTP 2016 a SFF/ANEL determinou que a Concessionária que renovar sua Concessão, contabilize o Excedente de Reativo e a Demanda de Ultrapassagem no grupo 2211 - Passivo Financeiro Setorial. Por essa razão não houve movimentação neste grupo em 2021.



11. Patrimônio Líquido

Capital Social

O Capital Social da Empresa Força e Luz João Cesa Ltda em 31 de dezembro de 2021 representa R\$ 1.022.730,89 (Um milhão e vinte e dois Mil, setecentos e trinta Reais e oitenta e nove centavos), composto por 1.022.730 (Um milhão e vinte e dois Mil, setecentos e trinta) cotas, sendo as mesmas de responsabilidade limitada valendo R\$ 1,00 (Um Real) cada, distribuída em 13 (Treze) cotistas, conforme segue:

| Acionistas | Cotas | Preferenciais |
|----------------------------|-------------------|----------------|
| | | % |
| Espolio Víctor Cesa | 774,62 | 75,74% |
| Helena Amália Frassetto | 102,34 | 10,01% |
| Inocente Frassetto | 45,91 | 4,49% |
| Angelica Feltrin Cesa | 42,95 | 4,20% |
| Edson de Silvestre | 15,44 | 1,51% |
| Daniel Paulino de Araujo | 15,44 | 1,51% |
| Alda Feltrin Patel | 5,42 | 0,53% |
| Vilson Moacir Cesa | 5,11 | 0,50% |
| Espolio Lírio Cesa | 5,11 | 0,50% |
| Emerson Cardoso Cesa | 5,11 | 0,50% |
| Jorge Henrique Cesa | 1,74 | 0,17% |
| Fátima Raquel Cesa Pereira | 1,74 | 0,17% |
| Hélio Roberto Cesa | 1,74 | 0,17% |
| Total | (1.022,73) | 100,00% |

Reservas de Capital

| | 2021 | 2020 |
|--|---------------|---------------|
| Remuneração do imobilizado em curso até 31/12/2001 | - | - |
| Doações e subvenções para investimentos | - | - |
| Conta de resultados a compensar (CRC) | - | - |
| Outras | 362,82 | 133,01 |
| Total | 362,82 | 133,01 |

Outros Resultados Abrangentes

| | 2021 | 2020 |
|--|-------------------|-----------------|
| Reavaliação regulatória compulsória | (3.714,24) | (1.721,36) |
| Depreciação da reavaliação regulatória compulsória | 1.605,55 | 1.276,01 |
| Total | (2.108,69) | (445,35) |

Reservas de lucros

| | 2021 | 2020 |
|----------------------------|----------|----------|
| Reserva legal | - | - |
| Lucros a realizar | - | - |
| Reserva para investimentos | - | - |
| Total | - | - |

Lucros (prejuízos) acumulados

| | 2021 | 2020 |
|---------------------------------|-------------------|-------------------|
| Lucros acumulados | (1.619,03) | (1.392,49) |
| Prejuízos acumulados | - | 190,67 |
| Total | (1.619,03) | (1.201,82) |
| Total patrimônio líquido | (4.387,63) | (1.513,16) |

Obs 1 : A EFLJC por ser uma Sociedade Ltda não está obrigada a constituir reservas de lucros. Por esse motivo justificamos a ausência de tais números.

Obs 2: Não houve ajustes em exercicios anteriores nos anos de 2020 e 2021.



12. Receita Operacional Bruta

| Receita Bruta | N° de Consumidores | | MWh Mil | | R\$ Mil | |
|--|--------------------|-----------------|------------------|------------------|------------------|------------------|
| | 2021 | 2020 | 2021 | 2020 | 2021 | 2020 |
| Fornecimento - Faturado | 3.847 | 3.830 | 14.986,25 | 14.930,37 | 14.123,48 | 12.345,46 |
| Residencial | 3.310 | 3.294 | 7.307,55 | 7.301,47 | 6.680,82 | 5.859,39 |
| Industrial | 81 | 86 | 3.436,12 | 3.472,24 | 3.237,39 | 2.856,80 |
| Comercial | 397 | 391 | 3.397,03 | 3.301,25 | 3.477,85 | 3.010,09 |
| Rural | 4 | 4 | 12,13 | 11,66 | 9,13 | 7,13 |
| Poder público | 53 | 53 | 476,32 | 449,97 | 477,56 | 402,55 |
| Iluminação pública | 1 | 1 | 357,10 | 393,77 | 228,63 | 203,06 |
| Serviço público | 1 | 1 | - | - | 12,10 | 6,44 |
| Suprimento Faturado | 3 | 2 | 5.463,86 | 5.687,01 | 1.451,70 | 1.404,46 |
| Uso da Rede Elétrica de Distribuição Faturado | - | - | - | - | - | - |
| Consumidores Cativos | 3 | 2 | 5.463,86 | 5.687,01 | 1.451,70 | 1.404,46 |
| Consumidores Livres | - | - | - | - | - | - |
| Encargos de conexão de agentes de geração Permissionárias | - | - | - | - | - | - |
| Uso da Rede Elétrica de Transmissão Faturado (-) Transferências | - | - | - | - | (25,20) | (27,27) |
| (-) Trsf p/ Obrig. Espec. do AIC - Ultrapassagem Demanda | - | - | - | - | (18,69) | (12,69) |
| (-) Trsf p/ Obrig. Espec. do AIC - Excedente de Reativos | - | - | - | - | (6,51) | (14,58) |
| (-) Trsf p/ Obrig. Espec. do AIC - Difer. Perdas | - | - | - | - | - | - |
| Regulatórias | - | - | - | - | 834,58 | 416,21 |
| Constituição e Amortiz. - CVA Ativa e Passiva | - | - | - | - | 140,80 | 40,96 |
| Constituição e Amortiz. - RTP Diferimento ou Devolução | - | - | - | - | - | - |
| Constituição e Amortiz. - Demais Ativos e Passivos | - | - | - | - | 102,54 | (143,04) |
| Serviços Cobráveis | - | - | - | - | 22,38 | 17,35 |
| Subvenções vinculadas ao serviço concedido | - | - | - | - | 568,86 | 500,94 |
| Fornecimento/Suprimento/Rede Elétrica - Não faturado | - | - | - | - | 66,43 | (206,75) |
| Renda Não Faturada | - | - | - | - | 66,43 | (206,75) |
| Total | 3.850,00 | 3.832,00 | 20.450,11 | 20.617,38 | 16.451,00 | 13.932,12 |

Obs: A Renda Não Faturada apresentada acima compõem-se de: a) Consumidores Cativos: R\$/mil (97,46); e, b) Consumidores Livres conectados: R\$/mil (109,29).



13. Compra e venda de energia elétrica de curto prazo no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE

Nos exercícios de 2020 e 2021 a Concessionária Empresa Força e Luz João Cesa Ltda não efetuou comercialização de Energia Elétrica no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, optando, neste exercício, pela continuidade do Suprimento de Energia via CELESC-D.

No exercício de 2021, a JOAO CESA, buscou aperfeiçoamento na modalidade de compra de energia que trouxesse aos seus consumidores a menor tarifa possível. Fomos amparados pelos dados gerados por Empresa contratada no ano anterior, especializada no Setor para alinhamento e projeção de carga, análise de riscos das tão temidas cotas compulsórias de energia, planejamento de capital de giro, e, alinhamento de fluxo de caixa para equilíbrio econômico e financeiro da Empresa.

Tais dados trouxeram à tona enormes desafios enfrentados por pequenas Concessionárias, ao lidarem com um ambiente tão complexo como a Comercialização de EE, junto ao Mercado Livre. A Empresa Força e Luz João Cesa LTDA segue em constante análise, no que tange o Âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, para que a tais ações resultem em Qualidade de Energia e modicidade tarifária.

14. Pessoal e Administradores

Pessoal e Administradores

| | 2021 | 2020 |
|---|-----------------|-----------------|
| Pessoal | 1.676,87 | 1.491,40 |
| Remuneração | 1.143,19 | 1.049,64 |
| Encargos | 421,65 | 363,57 |
| Previdência privada - Corrente | - | - |
| Benefício Pós-emprego - Previdência Privada - Déficit ou superávit atuarial | - | - |
| Programa de demissão voluntária | - | - |
| Despesas rescisórias | 18,96 | - |
| Participação nos Lucros e Resultados - PLR | - | - |
| Outros benefícios - Corrente | 179,60 | 170,15 |
| Outros benefícios pós-emprego - Déficit ou superávit atuarial | - | - |
| (-) Créditos de tributos recuperáveis | - | - |
| Outros | (86,53) | (91,96) |
| Administradores | 460,89 | 433,88 |
| Honorários e encargos (Diretoria e Conselho) | 434,89 | 409,92 |
| Benefícios dos administradores | 26,01 | 23,96 |
| (-) Créditos de tributos recuperáveis | - | - |
| Total | 2.137,76 | 1.925,29 |



15. Reconciliação das taxas efetivas e nominais da provisão para o imposto de renda e contribuição social

A reconciliação das taxas efetivas e nominais, utilizadas para cálculo das provisões para o imposto de renda e a contribuição social é demonstrada a seguir:

| | 2021 | 2020 |
|---|-----------------|-----------------|
| Lucro antes do imposto de renda e contribuição social | 340,66 | 297,25 |
| Ajustes Efeitos IFRS | 66,93 | 85,50 |
| Lucro ajustado | 407,59 | 382,75 |
| Ajustes LALUR | 124,30 | 140,89 |
| Dedução de Prejuízo de Exerc. Anteriores (Parte B LALUR) | (27,79) | (137,67) |
| Base de Calculo Fiscal | 504,09 | 385,97 |
| Imposto de renda e contribuição social calculados (15% e 9%) | (147,39) | (85,22) |
| Efeitos fiscais sobre: | - | - |
| Participação nos resultados | - | - |
| Juros sobre o capital próprio | - | - |
| Incentivos fiscais | - | - |
| Encargos capitalizados | - | - |
| Compensação da CSLL e com a Cofins | - | - |
| Outros | - | - |
| Imposto de renda e contribuição social no resultado | (147,39) | (85,22) |

Obs: Os impostos expressos acima referem-se a R\$/Mil 45,36 de CSLL e R\$/Mil 102,03 de IRPJ

16. Demonstrações do Resultado do Exercício segregado por atividade

Sendo a EFLJC uma Distribuidora de Energia Elétrica, com uma só atividade concedida, está dispensada da publicação de Demonstrações do Resultado do Exercício segregado por atividade. Por esse motivo justificamos sua ausência na presente nota explicativa.

17. Revisão e Reajuste Tarifário

17.1 Revisão Tarifária Periódica

Em 24/08/2021 nossa Empresa encerrou o seu Quinto Ciclo de Revisão Tarifária Periódica. Tal resultado foi homologado através da Resolução Homologatória ANEEL N no 2.923, de 24/08/2021, que entrou em vigor em 29/08/2021. O índice de reposicionamento foi: 9,76% referente à Parcela A + Parcela B, e de 2,14% quanto aos "componentes financeiros". Gerando assim um reposicionamento de 11,90% (A+B+Componentes Financeiros). O Componente Pd e T do Fator X foi fixado em (2,61)%. O Nível Regulatório de Perdas de Energia Elétrica a ser adotado nos reajustes tarifários de 2021 a 2026 foi definido em 4,055% para as perdas técnicas sobre a energia injetada e 0,722% para as perdas não técnicas sobre o mercado faturado de baixa tensão.



17.2 Reajuste Tarifário Anual

No reajuste anual, que ocorre entre as revisões tarifárias, as empresas distribuidoras de energia elaboram os pleitos para reajuste das tarifas de energia elétrica, com base em fórmula definida no contrato de concessão, que considera para os custos não gerenciáveis (Parcela A), as variações incorridas no período entre reajustes e, para os custos gerenciáveis (Parcela B), a variação do IPCA, ajustado pela aplicação do Fator X, conforme mencionado no parágrafo anterior.

Nos meses de janeiro à julho/2021, nossa tarifa foi norteadada pela Resolução Homologatória ANEEL No. 2.761/2020. No dia 24/08/2021 foi publicada nossa Tarifa para o ciclo 2021/2022, com vigência a partir de 29/08/2021, através da Resolução Homologatória ANEEL No. 2.923/2021. A presente Resolução, atualizou a nossa "Parcela B" que havia sido fixada no último ciclo de Revisão Tarifária Periódica, conforme determinado pelo PRORET sub módulo 2.2, aprovado pela REN 660 de 28/04/2015. Ela foi aprovada através da REH 2130/2016-ANEEL e reajustada pela REH 2297/2017-ANEEL e REH 2.411/2018-ANEEL. Já com relação à Parcela A, absorveu o aumento de nossa Energia Comprada, bem como toda a carga tributária e os Encargos Setoriais determinados à nossa Empresa. O reajuste real total foi de 11,90%, porém, gerou aos consumidores um efeito médio de 12,86%. Este reajuste vigorará até 28/08/2022.

17.3. Composição da Base de Remuneração Regulatória

Para a avaliação dos ativos das concessionárias vinculados à concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica, visando à definição da base de remuneração no Ciclo de Revisão Tarifária Periódica - CRTP vigente, devem ser observadas as seguintes diretrizes:

a) A base de remuneração aprovada no CRTP anterior deve ser "blindada". Entende-se como base blindada os valores aprovados por laudo de avaliação ajustados, incluindo as movimentações ocorridas (adições, baixas, depreciação) e as respectivas atualizações;

b) As inclusões entre as datas-base do CRTP vigente e anterior, desde que ainda em operação, compõem a Base Incremental e são avaliadas no processo de revisão tarifária do CRTP vigente;

c) Os valores finais da avaliação são obtidos somando-se os valores atualizados da base de remuneração blindada (item a) com os valores das inclusões ocorridas entre as datas-base do segundo e terceiro ciclos de revisão tarifária – base incremental (item b);

d) Considera-se como data-base do laudo de avaliação o último dia do sexto mês anterior ao mês da revisão tarifária do CRTP vigente; e

e) A base de remuneração deverá ser atualizada pela variação do IPCA, entre a data-base do laudo de avaliação e a data da revisão tarifária.

Os ativos vinculados à concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica somente são elegíveis a compor a Base de Remuneração Regulatória quando efetivamente utilizados no serviço público de distribuição de energia elétrica. São desconsiderados da base de remuneração aqueles ativos que compõem a Base de Anuidade Regulatória – BAR.



A tabela a seguir resume o cálculo da Base de Remuneração Regulatória, bem como da remuneração e quota de reintegração.

| Descrição | Valores |
|---|-----------------|
| (1) Ativo Imobilizado em Serviço (Valor Novo de Reposição) | 5.148,11 |
| (2) Índice de Aproveitamento Integral | - |
| (3) Obrigações Especiais Bruta | 316,74 |
| (4) Bens Totalmente Depreciados | 837,32 |
| (5) Base de Remuneração Bruta = (1)-(2)-(3)-(4) | 3.994,05 |
| (6) Depreciação Acumulada | 2.315,51 |
| (7) AIS Líquido (Valor de Mercado em Uso) | 2.832,61 |
| (8) Índice de Aproveitamento Depreciado | - |
| (9) Valor da Base de Remuneração (VBR) | 2.832,61 |
| (10) Almojarifado em Operação | 12,90 |
| (11) Ativo Diferido | - |
| (12) Obrigações Especiais Líquida | 251,12 |
| (13) Terrenos e Servidões | - |
| (14) Base de Remuneração Líquida Total = (1)-(6)-(8)+(10)+(11)-(12)+(13) | 2.594,39 |
| (15) Saldo RGR PLPT | - |
| (16) Saldo RGR Demais Investimentos | - |
| (17) Taxa de Depreciação | 3,84% |
| (18) Quota de Reintegração Regulatória | 153,37 |
| (19) WACC real antes de impostos | 10,64% |
| (20) Taxa RGR PLPT | - |
| (21) Taxa RGR Demais Investimentos | - |
| 22) Remuneração do Capital (15)*(20)+(16)*(21)+[(14)-(15)-(16)]*(19) | 6,43 |
| 23) Remuneração do Capital (15)*(20)+(16)*(21)+[(14)-(15)-(16)]*(19) | 282,35 |

Obs: Esta base de Remuneração, após o IRT 2020 apresenta os seguintes valores:

| Componentes do Investimento Remunerável | R\$ | | | | |
|--|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|
| | REAJUSTE 08/17 | REAJUSTE 08/18 | REAJUSTE 08/19 | REAJUSTE 08/20 | REAJUSTE 08/21 |
| a) Ativo Imobilizado em Serviço Bruto | 3.764,08 | 3.872,48 | 3.989,76 | 4.026,20 | 5.148,11 |
| b) (-) Depreciação Acumulada | (1.789,06) | (1.840,59) | (1.896,33) | (1.913,65) | (1.779,63) |
| c) (-) Obrigações Vinculadas ao SPEE | (233,69) | (240,42) | (247,70) | (249,96) | (232,46) |
| d) = Ativo Imobilizado em Serviço Líquido | 1.741,33 | 1.791,48 | 1.845,73 | 1.862,59 | 3.136,02 |
| e) (+) Almojarifado | 12,56 | 12,92 | 13,31 | 13,43 | 12,90 |
| f) = Investimento Remunerável (B.Remuneração) | 1.753,89 | 1.804,40 | 1.859,04 | 1.876,02 | 3.148,93 |
| h) = Investimento total Remunerável na tarifa | 1.753,89 | 1.804,40 | 1.859,04 | 1.876,02 | 3.148,93 |
| i) Bens 100% depreciados | 869,19 | 894,22 | 921,30 | 929,71 | 864,60 |
| j) Variação do IPCA (líquido fator X) | | | | | |
| k) Cota de Depreciação – Taxa média Anual 4,24% | 111,83 | 115,05 | 118,53 | 119,62 | 153,37 |

Reajuste publicado pela REH 2.761/2020 em 25/08/2020



17.4 Custo Anual das Instalações Móveis e Imóveis - CAIMI.

O Custo Anual das Instalações Móveis e Imóveis, também denominado Anuidades, refere-se aos investimentos de curto período de recuperação, tais como os realizados em hardware, software, veículos, e em toda a infraestrutura de edifícios de uso administrativo. Os ativos que compõem a Base de Anuidade Regulatória (BAR) não são considerados no Ativo Imobilizado em Serviço (AIS) que comporá a base de remuneração. Esses ativos são determinados como uma relação do AIS.

A tabela a seguir resume os valores relativos ao CAIMI.

| Descrição | Valores |
|--|---------------|
| (1) Base de Anuidade Regulatória (BAR) | 1.124,36 |
| (2) Base de Anuidade - Infraestrutura de imóveis e móveis administrativos (BARA) | 505,96 |
| (3) Base de Anuidade - Veículos (BARV) | 134,92 |
| (4) Base de Anuidade - Sistemas de Informática (BARI) | 483,47 |
| (5) Anuidade - Infraestrutura de imóveis e móveis administrativos (CAL) | 52,85 |
| (6) Anuidade - Veículos (CAV) | 26,45 |
| (7) Anuidade - Sistemas de Informática (CAI) | 116,93 |
| (8) CAIMI = (5)+(6)+(7) | 196,23 |

17.5 Ajuste da Parcela B em Função de Investimentos Realizados

Conforme previsto na Legislação Setorial, foi definido no Ciclo de Revisão Tarifária Periódica - CRTP anterior, o mecanismo destinado a comparar os investimentos previstos no cálculo do Fator X com os efetivamente realizados pelas distribuidoras. No CRTP vigente, quando da revisão tarifária de cada Concessionária, são levantados os investimentos efetivamente realizados pela distribuidora entre o CRTP anterior e o CRTP vigente, calculados com base nos registros contábeis da distribuidora, deflacionados pelo IGP-M, mês a mês, para a data-base da revisão tarifária anterior.

Caso os investimentos efetivamente realizados sejam inferiores àqueles considerados no cálculo do Fator X do CRTP anterior, esse item é recalculado, com a substituição dos valores de investimento previstos pelos investimentos realizados, mantendo-se inalterados os demais parâmetros.

Vale salientar que, no 5o. Ciclo Tarifário, a ANEEL verificará esse procedimento ao final do ciclo, controlando anualmente os índices de continuidade e de qualidade, de forma a verificar se os investimentos tiveram efetivos resultados aos consumidores.



17.6 Resumo da Revisão Tarifária (ou Reajuste Tarifário)

Aplicando-se as metodologias definidas no Módulo 2 do PRORET, que trata da revisão tarifária das concessionárias de distribuição de energia elétrica, a revisão ou reajuste tarifário da EFLJCL é sintetizada na tabela a seguir, onde são apresentados todos os itens da receita requerida da concessionária, as outras receitas, os componentes financeiros e a receita verificada. A tabela apresenta também o quanto cada item de receita contribui para o reposicionamento tarifário apresentado.

| Descrição | Receita | Receita | | Variação | Impacto no | Part. na |
|---|-------------------|-----------------|-----------------|------------------|-------------------------|--------------|
| | Último RTP R\$ | Verificada | Reajuste | Projetada % | Reajuste Tarifário % | Receita % |
| 1. PARCELA A (1.1 + 1.2 + 1.3) | 8.202,09 | 7.368,04 | 8.202,09 | (64,02)% | 76,23% | 0,00% |
| 1.1. Encargos Setoriais | 1.389,22 | 1.235,78 | 1.389,22 | (47,13)% | 57,47% | 0,00% |
| RGR | - | - | - | - % | - % | - % |
| CCC | - | - | - | - % | - % | - % |
| TFSEE | 15,96 | 15,48 | 15,96 | (3,01)% | 3,10% | 0,00% |
| CDE | 1.091,81 | 993,78 | 1.091,81 | (8,98)% | 9,86% | 0,00% |
| PROINFA | 178,70 | 134,41 | 178,70 | (24,78)% | 32,95% | 0,00% |
| P&D (Eficiência Energética) | 102,75 | 92,11 | 102,75 | (10,35)% | 11,55% | 0,00% |
| ONS | - | - | - | - % | - % | - % |
| ESS | - | - | - | - % | - % | - % |
| 1.2. Transmissão | 1.895,16 | 1.801,06 | 1.895,16 | (4,97)% | 5,22% | 0,00% |
| Rede Básica | - | - | - | - % | - % | - % |
| Rede Básica Fronteira | - | - | - | - % | - % | - % |
| Itaipu | - | - | - | - % | - % | - % |
| Conexão | - | - | - | - % | - % | - % |
| CUSD | 1.895,16 | 1.801,06 | 1.895,16 | (4,97)% | 5,22% | 0,00% |
| Outros | - | - | - | - % | - % | - % |
| 1.3. Compra de Energia | 4.917,72 | 4.331,21 | 4.917,72 | (11,93)% | 13,54% | 0,00% |
| CCEAR Existente | - | - | - | - % | - % | - % |
| CCCEAR Nova | - | - | - | - % | - % | - % |
| Contratos Bilaterais | 4.917,72 | 4.331,21 | 4.917,72 | (11,93)% | 13,54% | 0,00% |
| Itaipu | - | - | - | - % | - % | - % |
| 2. PARCELA B (2.1 + 2.2 + 2.3 + 2.4 + 2.5) | 3.139,37 | 2.957,43 | 3.139,37 | (128,10)% | 239,39% | 0,00% |
| 2.1. Custos Operacionais + Anuidades | 2.809,09 | 2.613,38 | 2.809,09 | (6,97)% | 7,49% | 0,00% |
| 2.2. Remuneração | 286,41 | 257,09 | 286,41 | (10,24)% | 11,40% | 0,00% |
| 2.3. Depreciação | 154,09 | 129,81 | 154,09 | (15,76)% | 18,71% | 0,00% |
| 2.4. Receitas Irrecuperáveis | 8,22 | 5,28 | 8,22 | (35,77)% | 55,69% | 0,00% |
| 2.5. Outras Receitas | (118,44) | (48,13) | (118,44) | (59,37)% | 146,10% | 0,00% |
| 3. Reposicionamento Econômico | 9,76% | | 9,76% | | | |
| 4. Componentes Financeiros | 2,14% | | 2,14% | | | |
| 5. Reposicionamento com Financeiros | 11,90% | | 11,90% | | | |
| 6. Financeiros Retirados do IRT anterior | 1,40% | | 1,40% | | | |
| 7. Efeito para Consumidor | 13,30% | | 13,30% | | | |



18. Conciliação do Balanço Patrimonial Regulatório e Societário

Para fins estatutários, a Outorgada seguiu a regulamentação societária para a contabilização e elaboração das Demonstrações Contábeis Societárias, sendo que para fins regulatórios, a Outorgada seguiu a regulamentação regulatória, determinada pelo Órgão Regulador apresentada no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico.

Dessa forma, uma vez que há diferenças entre as práticas societárias e regulatórias, faz-se necessária a apresentação da reconciliação das informações apresentadas seguindo as práticas regulatórias com as informações apresentadas seguindo as práticas societárias. Conforme segue:

| Descrição | 2021 | | | 2020 | | | |
|---|--------|-----------------|-----------------|-----------------|-----------------|-----------------|-----------------|
| | Nota | Regulatório | Ajustes | Societário | Regulatório | Ajustes | Societário |
| Ativos | | | | | | | |
| Ativo circulante | | 2.953,75 | - | 2.953,75 | 2.953,75 | - | 2.953,75 |
| Caixa e equivalentes de caixa | | 926,82 | - | 926,82 | 926,82 | - | 926,82 |
| Consumidores | | 1.373,04 | - | 1.373,04 | 1.373,04 | - | 1.373,04 |
| Concessionárias e permissionárias | | - | - | - | - | - | - |
| Serviços em curso | | 164,10 | - | 164,10 | 164,10 | - | 164,10 |
| Tributos compensáveis | | 91,91 | - | 91,91 | 91,91 | - | 91,91 |
| Depósitos judiciais e cauções | | - | - | - | - | - | - |
| Almoxarifado operacional | | 11,51 | - | 11,51 | 11,51 | - | 11,51 |
| Investimentos temporários | | - | - | - | - | - | - |
| Empréstimos | | - | - | - | - | - | - |
| Ativos financeiros setoriais | | 266,27 | - | 266,27 | 266,27 | - | 266,27 |
| Despesas pagas antecipadamente | | 16,31 | - | 16,31 | 16,31 | - | 16,31 |
| Ativos de operação descontinuada e bens Destinados à alienação | | - | - | - | - | - | - |
| Instrumentos financeiros derivativos | | - | - | - | - | - | - |
| Outros ativos circulantes | | 103,80 | - | 103,80 | 103,80 | - | 103,80 |
| Ativo não circulante | | 2.655,46 | (480,78) | 2.174,68 | 2.655,46 | (480,78) | 2.174,68 |
| Consumidores | | - | - | - | - | - | - |
| Concessionárias e permissionárias | | - | - | - | - | - | - |
| Serviços em curso | | - | - | - | - | - | - |
| Tributos compensáveis | | 10,66 | - | 10,66 | 10,66 | - | 10,66 |
| Depósitos judiciais e cauções | | 3,37 | - | 3,37 | 3,37 | - | 3,37 |
| Investimentos temporários | | 6,12 | - | 6,12 | 6,12 | - | 6,12 |
| Empréstimos | | - | - | - | - | - | - |
| Tributos diferidos | | - | - | - | - | - | - |
| Ativos financeiros setoriais | | - | - | - | - | - | - |
| Despesas pagas antecipadamente | | - | - | - | - | - | - |
| Bens e direitos para uso futuro | | - | - | - | - | - | - |
| Instrumentos financeiros derivativos | | - | - | - | - | - | - |
| Outros ativos não circulantes (Ativo Financeiro da Concessão) | 18.3 | - | 117,01 | 117,01 | - | 117,01 | 117,01 |
| Bens e atividades não vinculadas à concessão do Serviço Público de Energia Elétrica | | - | - | - | - | - | - |
| Imobilizado | 18.4.1 | 2.635,32 | (2.635,32) | - | 2.635,32 | (2.635,32) | - |
| Intangível | 18.7.2 | - | 2.037,53 | 2.037,53 | - | 2.037,53 | 2.037,53 |
| Total do ativo | | 5.609,22 | (480,78) | 5.128,44 | 5.609,22 | (480,78) | 5.128,44 |



| Descrição | 2021 | | | 2020 | | | |
|--|------------------|-----------------|-----------------|-----------------|-----------------|-----------------|-----------------|
| | Nota Regulatório | Ajustes | Societario | Regulatório | Ajustes | Societario | |
| Passivo | | | | | | | |
| Passivo circulante | 2.751,15 | - | 2.751,15 | 2.751,15 | - | 2.751,15 | |
| Fornecedores | 833,24 | - | 833,24 | 833,24 | - | 833,24 | |
| Empréstimos, financiamentos e debêntures | 76,15 | - | 76,15 | 76,15 | - | 76,15 | |
| Obrigações sociais e trabalhistas | 151,83 | - | 151,83 | 151,83 | - | 151,83 | |
| Benefício pós-emprego | - | - | - | - | - | - | |
| Tributos | 746,64 | - | 746,64 | 746,64 | - | 746,64 | |
| Provisão para litígios | 98,56 | - | 98,56 | 98,56 | - | 98,56 | |
| Dividendos declarados e juros sobre capital próprio | - | - | - | - | - | - | |
| Encargos setoriais | 462,86 | - | 462,86 | 462,86 | - | 462,86 | |
| Provisão para descomissionamento | - | - | - | - | - | - | |
| Passivos financeiros setoriais | 287,10 | - | 287,10 | 287,10 | - | 287,10 | |
| Provisão para uso do bem público | - | - | - | - | - | - | |
| Passivos de operações descontinuadas | - | - | - | - | - | - | |
| Instrumentos financeiros derivativos | - | - | - | - | - | - | |
| Obrigações com associados | - | - | - | - | - | - | |
| Outros passivos circulantes | 94,77 | - | 94,77 | 94,77 | - | 94,77 | |
| Passivo não circulante | 321,18 | (35,44) | 285,74 | 321,18 | (35,44) | 285,74 | |
| Fornecedores | - | - | - | - | - | - | |
| Empréstimos, financiamentos e debêntures | - | - | - | - | - | - | |
| Benefício pós-emprego | - | - | - | - | - | - | |
| Tributos | - | - | - | - | - | - | |
| Provisão para litígios | - | - | - | - | - | - | |
| Encargos setoriais | - | - | - | - | - | - | |
| Provisão para descomissionamento | - | - | - | - | - | - | |
| Tributos diferidos | - | - | - | - | - | - | |
| Passivos financeiros setoriais | 122,46 | - | 122,46 | 122,46 | - | 122,46 | |
| Provisão para uso do bem público | - | - | - | - | - | - | |
| Instrumentos financeiros derivativos | - | - | - | - | - | - | |
| Obrigações com associados | - | - | - | - | - | - | |
| Outros passivos não circulantes | - | - | - | - | - | - | |
| Obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica | 18.6.1 | 198,72 | (35,44) | 163,29 | 198,72 | (35,44) | 163,29 |
| Total do passivo | 3.072,32 | (35,44) | 3.036,89 | 3.072,32 | (35,44) | 3.036,89 | |
| Patrimônio líquido | | | | | | | |
| Capital social | | 1.022,73 | - | 1.022,73 | 1.022,73 | - | 1.022,73 |
| Reservas de capital | 18.8 | (133,01) | 133,01 | - | (133,01) | 133,01 | - |
| Outros resultados abrangentes | 18.8 | 445,35 | (445,35) | - | 445,35 | (445,35) | - |
| Reservas de lucros | | - | - | - | - | - | - |
| Recursos destinados a aumento de capital | | - | - | - | - | - | - |
| Lucros ou Prejuízos Acumulados | 18.8 | 1.201,82 | (133,01) | 1.068,81 | 1.201,82 | (133,01) | 1.068,81 |
| (-) Ações Próprias em Tesouraria | | - | - | - | - | - | - |
| Proposta para distribuição de dividendos adicionais | | - | - | - | - | - | - |
| Participação de Não Controladores | | - | - | - | - | - | - |
| Reserva de sobras | | - | - | - | - | - | - |
| Sobras à disposição da Assembleia | | - | - | - | - | - | - |
| Perdas não cobertas pelos cooperados | | - | - | - | - | - | - |
| Participação de não controladores | | - | - | - | - | - | - |
| Total do patrimônio líquido | | 2.536,89 | (445,35) | 2.091,54 | 2.536,89 | (445,35) | 2.091,54 |
| Total do passivo e do patrimônio líquido | | 5.609,22 | (480,79) | 5.128,43 | 5.609,22 | (480,79) | 5.128,43 |



DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

| Descrição | Nota | 2021 | | | 2020 | | |
|--|--------|-------------------|----------------|-------------------|-------------------|----------------|-------------------|
| | | Regulatório | Ajustes | Societário | Regulatório | Ajustes | Societário |
| Operações em continuidade | | | | | | | |
| Receita / Ingresso | | 13.932,12 | 59,35 | 13.991,47 | 13.932,12 | 59,35 | 13.991,47 |
| Fornecimento de energia elétrica | | 6.811,23 | - | 6.811,23 | 6.811,23 | - | 6.811,23 |
| (-) Transferências | | - | - | - | - | - | - |
| Suprimento de energia elétrica | | - | - | - | - | - | - |
| Energia Elétrica de Curto Prazo | | - | - | - | - | - | - |
| Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição | | 6.704,67 | - | 6.704,67 | 6.704,67 | - | 6.704,67 |
| Ativos e Passivos Financeiros Setoriais | | (102,08) | - | (102,08) | (102,08) | - | (102,08) |
| Serviços cobráveis | | 17,35 | - | 17,35 | 17,35 | - | 17,35 |
| Doações, contribuições e subvenções vinculados ao serviço concedido | 18.7.3 | 500,94 | - | 500,94 | 500,94 | - | 500,94 |
| Outras receitas vinculadas | | - | 59,35 | 59,35 | - | 59,35 | 59,35 |
| Tributos | | (3.870,50) | - | (3.870,50) | (3.870,50) | - | (3.870,50) |
| ICMS | | (3.043,42) | - | (3.043,42) | (3.043,42) | - | (3.043,42) |
| PIS-PASEP | | (147,70) | - | (147,70) | (147,70) | - | (147,70) |
| Cofins | | (679,39) | - | (679,39) | (679,39) | - | (679,39) |
| ISS | | - | - | - | - | - | - |
| Encargos - Parcela "A" | | (1.161,61) | - | (1.161,61) | (1.161,61) | - | (1.161,61) |
| Pesquisa e Desenvolvimento - P&D | | (44,51) | - | (44,51) | (44,51) | - | (44,51) |
| Conta de Desenvolvimento Econômico - CDE | | (44,70) | - | (44,70) | (44,70) | - | (44,70) |
| Programa de Eficiência Energética - PEE | | (1.006,54) | - | (1.006,54) | (1.006,54) | - | (1.006,54) |
| Taxa de fiscalização | | (14,23) | - | (14,23) | (14,23) | - | (14,23) |
| Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH | | - | - | - | - | - | - |
| Outros encargos | | (51,63) | - | (51,63) | (51,63) | - | (51,63) |
| Receita líquida / Ingresso líquido | | 8.900,01 | 59,35 | 8.959,36 | 8.900,01 | 59,35 | 8.959,36 |
| Custos não gerenciáveis - Parcela "A" | | (6.243,41) | - | (6.243,41) | (6.243,41) | - | (6.243,41) |
| Energia elétrica comprada para revenda | | (6.114,51) | - | (6.114,51) | (6.114,51) | - | (6.114,51) |
| Energia elétrica comprada para revenda - Proinfra | | (128,90) | - | (128,90) | (128,90) | - | (128,90) |
| Encargo de uso do sistema de transmissão e distrib. | | - | - | - | - | - | - |
| Encargos e Demais Despesas Setoriais | | - | - | - | - | - | - |
| Matéria-prima / Insumo para geração de energia elétrica Combustíveis | | - | - | - | - | - | - |
| Resultado antes dos custos gerenciáveis | | 2.656,60 | 59,35 | 2.715,94 | 2.656,60 | 59,35 | 2.715,94 |
| Custos gerenciáveis - Parcela "B" | | (2.483,85) | (18,44) | (2.502,29) | (2.483,85) | (18,44) | (2.502,29) |
| Pessoal e administradores (inclui XX de remuneração a administradores) | | (1.926,33) | - | (1.926,33) | (1.926,33) | - | (1.926,33) |
| Entidade de previdência privada | | - | - | - | - | - | - |
| Material | | (110,30) | - | (110,30) | (110,30) | - | (110,30) |
| Serviços de terceiros | | (198,12) | - | (198,12) | (198,12) | - | (198,12) |
| Arrendamento e aluguéis | | - | - | - | - | - | - |
| Seguros | | (2,58) | - | (2,58) | (2,58) | - | (2,58) |
| Doações, contribuições e subvenções | | (19,26) | - | (19,26) | (19,26) | - | (19,26) |
| Provisões | | (120,51) | - | (120,51) | (120,51) | - | (120,51) |
| Recuperação de despesas | | 15,18 | - | 15,18 | 15,18 | - | 15,18 |
| Tributos | | (9,90) | - | (9,90) | (9,90) | - | (9,90) |
| Depreciação e amortização | 18.5.2 | (159,99) | 40,91 | (119,08) | (159,99) | 40,91 | (119,08) |
| Gastos diversos da atividade vinculada | 18.7.3 | (108,26) | - | (108,26) | (108,26) | - | (108,26) |
| Outras Receitas Operacionais | | 173,53 | - | 173,53 | 173,53 | - | 173,53 |
| Outras Gastos Operacionais | | (17,34) | (59,35) | (76,68) | (17,34) | (59,35) | (76,68) |
| Resultado da Atividade | | 172,75 | 40,91 | 213,66 | 172,75 | 40,91 | 213,66 |
| Equivalência patrimonial | | - | - | - | - | - | - |
| Resultado Financeiro | | 124,51 | - | 124,51 | 124,51 | - | 124,51 |
| Despesas financeiras | | (24,69) | - | (24,69) | (24,69) | - | (24,69) |
| Receitas financeiras | | 149,20 | - | 149,20 | 149,20 | - | 149,20 |
| Lucro antes dos impostos sobre o lucro | 18.9 | 297,25 | 40,91 | 338,17 | 297,25 | 40,91 | 338,17 |
| Despesa com impostos sobre os lucros | | (85,22) | - | (85,22) | (85,22) | - | (85,22) |
| Resultado líquido das operações em continuidade | | 212,03 | 40,91 | 252,95 | 212,03 | 40,91 | 252,95 |
| Operações descontinuadas | | - | - | - | - | - | - |
| Lucro (prejuízo) após o imposto do exercício resultante de operações descontinuadas | | - | - | - | - | - | - |
| Resultado líquido do exercício | 18.9 | 212,03 | 40,91 | 252,95 | 212,03 | 40,91 | 252,95 |
| Atribuível aos: | | | | | | | |
| Quotistas controladores | | 166,99 | 32,22 | 199,22 | 166,99 | 32,22 | 199,22 |
| Quotistas não controladores | | 45,04 | 8,69 | 53,73 | 45,04 | 8,69 | 53,73 |
| Lucro por ação | | 0,21 | 0,04 | 0,25 | 0,21 | 0,04 | 0,25 |
| básico - lucro do exercício atribuível a acionistas controladores detentores de ações ordinárias | | 0,21 | 0,04 | 0,25 | 0,21 | 0,04 | 0,25 |
| diluído - lucro do exercício atribuível a acionistas controladores detentores de ações ordinárias | | - | - | - | - | - | - |
| Lucro por ação originado das operações em continuidade | | | | | | | |
| básico - lucro de operações continuadas atribuíveis a acionistas controladores detentores de ações ordinárias | | - | - | - | - | - | - |
| diluído - lucro de operações continuadas atribuíveis a acionistas controladores detentores de ações ordinárias | | - | - | - | - | - | - |



18.1 Consumidores

Não houveram ajustes na rubrica Consumidores.

18.2 Ativos e passivos financeiros setoriais

Não houveram ajustes em ativos e passivos financeiros setoriais, uma vez que são agora aceitos pelas normas do IFRS.

18.3 Ativos financeiros da concessão

Os ajustes são decorrentes de contabilização na contabilidade societária de expectativa de direito incondicional de receber caixa (indenização). Estes lançamentos na contabilidade societária foram realizados em atendimento ao disposto na ICPC 01 - Contratos de Concessão e OCPC 05, mas que para fins de contabilidade regulatória tais práticas não são adotadas e, desta forma, apresenta-se ajustes nesta conciliação de saldos contábeis societários e regulatórios. Nas demonstrações regulatórias esse valor faz parte do ativo imobilizado em serviço.

18.4 Imobilizado

18.4.1 Reavaliação compulsória

Os ajustes são decorrentes do laudo de avaliação regulatório compulsório do 5º ciclo de revisão tarifária periódica, atualizado e depreciado, não aceito na contabilidade societária.

18.4.2 Depreciação

Os ajustes são decorrentes do laudo de avaliação regulatório compulsório do 5º ciclo de revisão tarifária periódica, atualizado e depreciado, não aceito na contabilidade societária.

18.5 Intangível

18.5.1 Reavaliação compulsória

Os ajustes são decorrentes do laudo de avaliação regulatório compulsório do 5º ciclo de revisão tarifária periódica, atualizado e depreciado, não reconhecido na contabilidade societária.

18.5.2 Depreciação

Os ajustes são decorrentes do laudo de avaliação regulatório compulsório do 5º ciclo de revisão tarifária periódica, atualizado e depreciado, não reconhecido na contabilidade societária.

18.5.3. Intangíveis da Concessão

Os valores ali demonstrados como AJUSTES tratam-se dos bens vinculados à Concessão do Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica, não aceitos pela Contabilidade Internacional como Ativo Imobilizado. Preve-se que os valores aqui registrados estejam totalmente depreciados até o final da Concessão. Saldo residuais previstos foram transferidos para o Ativo Financeiro da Concessão.

18.6 Obrigações vinculadas à concessão do Serviço Público de Energia Elétrica

18.6.1 Reavaliação compulsória

Os ajustes são decorrentes do laudo de avaliação regulatório compulsório do 5º ciclo de revisão tarifária periódica, atualizado e depreciado, não reconhecido na contabilidade societária.

18.6.2 Amortização

Os ajustes são decorrentes do laudo de avaliação regulatório compulsório do 5º ciclo de revisão tarifária periódica, atualizado e depreciado, não reconhecido na contabilidade societária.



18.7. Efeitos de contabilização de contratos de concessão (ICPC 01)

18.7.1 Ativo financeiro

Não houve efeitos de contabilização de contratos de concessão (ICPC 01).

18.7.2 Ativo intangível

Não houve efeitos de contabilização de contratos de concessão (ICPC 01).

18.7.3 Receita e Custo de construção (resultado)

Os ajustes são decorrentes da aplicação do conceito do ICPC 01 E OCPC 05, que, por se tratar de ativo imobilizado em curso que já é vinculado à Concessão, deve ser reconhecido pelo IFRS como RECEITA DE CONSTRUÇÃO, e, no mesmo instante, reconhecido o CUSTO DE CONSTRUÇÃO do Ativo Intangível da Concessão.

18.7.4 Remuneração do ativo financeiro (resultado)

Não houve remuneração do ativo financeiro nos exercícios contábeis de 2020 e 2021.

18.7.5 Imposto de renda e contribuição social diferidos (resultado)

Não houveram ajustes de imposto de renda e contribuição social diferidos nos exercícios de 2020 e 2021.

18.8. Conciliação do patrimônio líquido societário e regulatório

| | 2021 | 2020 |
|--|-----------------|-----------------|
| Patrimônio Líquido Societário | 2.278,94 | 2.091,54 |
| Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória | 362,82 | 133,01 |
| Atualização do ativo financeiro da concessão (ICPC 01) | | |
| Ativos e passivos financeiros setoriais | | |
| Reavaliação regulatória compulsória | 2.108,69 | 445,35 |
| Depreciação - reavaliação regulatória compulsória | | |
| Efeitos IFRS - Outras Reservas de Capital | (362,82) | (133,01) |
| | - | - |
| Tributos sobre as diferenças de práticas contábeis | - | - |
| Patrimônio Líquido Regulatório | 4.387,63 | 2.536,89 |



Os efeitos constatados a título de Reavaliação Regulatória Compulsória, referem-se a reversão da Reserva da Reavaliação Regulatória Compulsória, já que a mesma não é aceita pelas normas da Contabilidade Internacional, sendo revertida contra as contas correspondentes do Ativo Imobilizado em Serviço. Salientamos que esta reavaliação somente sofreu baixas e depreciação no exercício de 2021. Com relação ao destaque da Depreciação da Reavaliação Regulatória Compulsória, bem como os efeitos IFRS em outras reservas de capitais, referem-se a reversão da realização da reserva regulatória compulsória ocorrida na Contabilidade Regulatória, revertida conforme regras da Contabilidade Internacional, e, conforme orientação dos auditores e do Órgão Regulador, represada como diferenças IFRS em outras Reservas de capital.

18.9. Conciliação do lucro líquido societário e regulatório

| | 2021 | 2020 |
|---|----------------|----------------|
| Lucro (prejuízo) líquido conforme contabilidade societária | 260,20 | 252,95 |
| Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória | (66,93) | (40,91) |
| Atualização do ativo financeiro da concessão (ICPC 01) | - | - |
| Ativos e passivos financeiros setoriais | - | - |
| Reavaliação regulatória compulsória | - | - |
| Depreciação – reavaliação regulatória compulsória | (66,93) | (40,91) |
| Receita/Despesa de Construção | - | - |
| Tributos sobre as diferenças de práticas contábeis | - | - |
| Lucro (prejuízo) líquido regulatório | 193,27 | 212,03 |

Depreciação - Reavaliação Regulatória Compulsória: Trata-se da reversão das cotas de depreciação da reavaliação regulatória compulsória, realizadas no exercício de 2021, cujos efeitos não são reconhecidos na Contabilidade Societária.

19. Subsídios Tarifários DECRETO 9.642/2018, de 27 de dezembro de 2018

Em 27/12/2018, o Governo Federal publicou o Decreto 9.642/2018 que, entre outros assuntos, definiu:

- Fim do Subsídio Classe Rural no prazo de 5 anos, sendo diminuído na base de 20% ao ano em cada Reajuste ou Revisão da EFLJCL;
- Fim do Subsídio Classe Água e Esgoto no prazo de 5 anos, sendo diminuído na base de 20% ao ano em cada Reajuste ou Revisão da EFLJCL;
- Veto ao Subsídio composto, este de aplicação imediata, ou seja, subsídio para irrigação não pode ser aplicado sobre o valor da tarifa rural, que já contém desconto sobre a tarifa básica;
- O decreto acima descrito, também faz menção a itens não abordados nesta nota explicativa;

Em 2021 os efeitos deste decreto trouxe impacto aos consumidores até então amparados por subsídios.

Após diversos esforços políticos, foi tornado sem efeito o item c) acima, ou seja, foi liberado o desconto sobre desconto, permanecendo, porém, a determinação de que, em 5 anos os descontos fossem descontinuados. Em 2021 tivemos o efeito da segunda de 5 etapas deste processo,

20. Perdas Regulatórias e Realizadas

No exercício de 2021 a EFLJCL contabilizou 4,44% de Perdas (Técnicas e não Técnicas). AANEEL publicou a meta regulatória de 4,78%. Com satisfação a JOÃO CESA apresenta perdas globais abaixo da meta regulatória. Durante o ano de 2022 a EFLJCL continuará seu investimento nesta área com inovação tecnológica, e, combatendo os desvios de energia (gatos).



21. - EFEITOS COVID 19 (CONTA COVID)

Efeitos Sub Classe Baixa Renda

Conforme determinado pela Resolução Normativa nº 878, de 24 de março de 2020, revogada pela RESOLUÇÃO NORMATIVA ANEEL Nº 928, DE 26 DE MARÇO DE 2021, durante o exercício de 2021, Unidades Consumidoras classificadas como Residencial Baixa Renda não poderiam ter seu fornecimento de Energia Elétrica suspenso, devido a inadimplência quanto suas faturas.

Nossa concessionária repassou esse benefício aos consumidoras amparados por tal Normativa.

Conforme cronograma deliberado pela RES 928/2021, as Distribuidoras deveriam voltar realizar a suspensão do fornecimento de Energia Elétrica junto a classe Residencial Baixa Renda, no mês de Outubro de 2021. A seguir, apresentamos o impacto dessa medida:

| | |
|--|---------------|
| Total consumidores* | 3853 |
| Qtd de consumidores Residencial baixa renda* | 353 |
| Qtd de Consumidores Sub Classe Residencial Baixa Renda, inadimplente* | 64 |
| % de consumidores Baixa Renda Beneficiados com a ação* | 18,13% |

* Posição out/21, mês do reinício da suspensão.

22. Formatação Básica das Notas Explicativas

As Notas Explicativas da Administração, parte integrantes destas Demonstrações Contábeis, foram redigidas obedecendo rigorosamente à Legislação pertinente. As bases para a elaboração obedeceram aos Princípios Contábeis aplicados no Brasil, as Políticas Contábeis específicas para o Setor Elétrico e estão todas apresentadas em (R\$/mil), com 2 casas decimais e configuram o Balanço Regulatório de 2021 da Empresa Força e Luz João Cesa Ltda.

AUDICONSULT
AUDICONSULT Auditores S/S

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

Aos

Srs. Cotistas e Administradores da
EMPRESA FORÇA E LUZ JOÃO CESA LTDA
Siderópolis - SC

Opinião

Examinamos as Demonstrações Contábeis Regulatórias – DCRs, da **EMPRESA FORÇA E LUZ JOÃO CESA LTDA**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas pela administração com base nas disposições do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE instituído pela Resolução Normativa 605/2014 da Agencia Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis regulatórias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **EMPRESA FORÇA E LUZ JOÃO CESA LTDA**, em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as disposições para elaboração de relatórios contábeis do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico definido pela Agencia Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

Base para Opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à **EMPRESA FORÇA E LUZ JOÃO CESA LTDA**, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase – Base contábil de elaboração das demonstrações contábeis

Chamamos a atenção para a nota explicativa 02 às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis, que foram elaboradas para auxiliar a companhia a cumprir os requisitos da Agencia Nacional de Energia Elétrica – ANEEL. Consequentemente, as demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outros fins. Nossa opinião não está modificada com relação a esse assunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis regulatórias como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Outros Assuntos

A **EMPRESA FORÇA E LUZ JOÃO CESA LTDA**, elaborou um conjunto de demonstrações contábeis em separado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, sobre o qual emitimos relatório de auditoria independente separado para os cotistas e administradores da **EMPRESA FORÇA E LUZ JOÃO CESA LTDA**, com data de 11 de março de 2022.

AUDICONSULT

AUDICONSULT Auditores S/S

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração da **EMPRESA FORÇA E LUZ JOÃO CESA LTDA**, é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis regulatórias de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE instituído pela Resolução Normativa 605/2014 da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, e pelos controles internos que a administração determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis regulatórias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis.

Os responsáveis pela governança da **EMPRESA FORÇA E LUZ JOÃO CESA LTDA**, são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis regulatórias, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

São José (SC), 20 de abril de 2022.

AUDICONSULT AUDITORES
SS:02057035000192

Assinado de forma digital por AUDICONSULT
AUDITORES SS:02057035000192
Dados: 2022.04.29 10:41:43 -03'00'

Hermenegildo João Vanoni

Sócio Responsável – Contador – CRC-SC 14.874/O-7

AUDICONSULT Auditores S/S

CRC-SC 4.012



Edson de Silvestre
Diretor Administrativo
CPF nº 024.589.159-57

Sednir Cesa
Diretor Financeiro
CPF nº 298.507.039-20

Ian Iazzaris Borges
Contador - CRC nº SC-039796/O-9
CPF: 063.598.819-42



João Cesa
Energia para a vida

Empresa Força e Luz João Cesa Ltda.
CNPJ 86.301.124/0001-22 - Inscr. Est. 251.789.560
Rua José do Patrocínio, 56 - Centro - CEP 88860-000 - Siderópolis/SC
Fone/Fax: (48) 3435-8300 - www.joaocesa.com.br